

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



FERNANDO BALBINO DE ARAUJO

**O MONUMENTO, O MONARCA E AS CONQUISTAS: OS CASTELOS NAS
CAMPANHAS MILITARES DE FERNANDO III (1217-1252)**

Maringá

2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FERNANDO BALBINO DE ARAUJO

**O MONUMENTO, O MONARCA E AS CONQUISTAS: OS CASTELOS NAS
CAMPANHAS MILITARES DE FERNANDO III (1217-1252)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Política. Linha de Pesquisa: História, Cultura e Narrativas.

Orientador: Prof. Dr. Jaime Estevão dos Reis.

Maringá

2021

FERNANDO BALBINO DE ARAUJO

**O MONUMENTO, O MONARCA E AS CONQUISTAS: OS CASTELOS NAS
CAMPANHAS MILITARES DE FERNANDO III (1217-1252)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA:

Profº. Drº. Jaime Estevão dos Reis
Universidade Estadual de Maringá – UEM
(Orientador)

Profª. Drª. Leila Rodrigues da Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Profª. Drª. Clarice Zamonaro Cortez
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Maringá
2021

Dedicado a Aírto e Neusa, que me mostraram o poder do trabalho e da perseverança, assim como o significado de amor inesgotável. Muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, pela saúde, proteção e carinho recebidos desde o primeiro dia da minha vida até os dias de hoje. Com certeza, Sua bênção é razão da minha existência.

Ao meu orientador Jaime Estevão dos Reis, por me convidar para conhecer seu Laboratório de Estudos Medievais e fazer eu me apaixonar ainda mais por uma matéria que já nutria algum afeto, assim como acreditar em meu potencial e habilidades;

Às professoras Dra. Leila Rodrigues da Silva e Dra. Clarice Zamonaro Cortez, por terem aceitado o convite para compor a banca e por contribuírem muito para a realização deste trabalho;

Aos meus colegas de laboratório do LEM, que sempre estiveram dispostos a sanar qualquer dúvida e ajudar no que fosse preciso, entre eles: Giovanni, Augusto e meu mestre Luiz, que sempre buscou tirar o melhor de mim, e que passou a servir como modelo de inspiração para minha profissão;

Aos meus amigos, em especial Anderson Gabriel, Raffael, Jaqueline, Thaísa, Mitio, Deborah e Lucas pelo apoio e encorajamento não somente no período do mestrado, como em boa parte de minha vida. A caminhada pode ser árdua, porém, quando feita na companhia de pessoas como vocês, tudo se torna mais leve;

A todos os professores e professoras do curso de Pós-Graduação em História da UEM, por seus ensinamentos e profissionalismo;

À CAPES pelo financiamento da pesquisa que, por meio da bolsa de estudos, permitiu dedicação exclusiva para desenvolver o trabalho.

“La puerta está abierta y el camino expedito. La paz nos ha sido devuelta en nuestro reino; discordia y profundas enemistades entre los moros, sectas y riñas de nuevo originadas. Cristo, Dios y hombre, de nuestra parte; de parte de los moros, el infiel y condenado apóstata Mahoma. Qué falta? Ruego, clementísima madre, de la, después de Dios, tengo todo lo que poseo, que os agrade que declare la guerra a los moros” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 74).

RESUMO

Esta dissertação analisa o aspecto militar dos castelos durante o reinado de Fernando III de Castela e Leão (1217-1252), enfatizando as principais campanhas militares empreendidas pelo monarca e o papel dos castelos durante as batalhas. O texto foi dividido em três eixos temáticos. No primeiro, discutimos o conceito de castelo, sua simbologia e sua origem, em três regiões específicas: Inglaterra, França e Península Ibérica. No segundo, abordamos a expansão militar empreendida por Fernando III na Península Ibérica, bem como suas motivações e a fundamentação das teorias de guerra justa e de guerra santa, que permearam o processo de Reconquista. No terceiro, discutimos a função militar desempenhada pelos castelos durante as conquistas do monarca, analisando os principais cercos. Os capítulos foram ilustrados com imagens sobre castelos, contendo, também, a árvore genealógica de Fernando III, além de um mapa dos territórios unificados pelo rei. Tomamos como aporte documental, a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999), *Historia de los hechos de España* (1989) e a *Primera Crónica General* (1955). A dissertação objetivou, finalmente, contribuir com os estudos sobre Idade Média no Brasil, especialmente no âmbito da Universidade Estadual de Maringá, por intermédio do Laboratório de Estudos Medievais – LEM, do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História.

Palavras-chave: Castelos; Fernando III; Campanhas Militares; Século XIII.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the military aspect of castles during the reign of Fernando III of Castile and Leon (1217-1252), emphasizing the main military campaigns undertaken by the monarch and the role of castles during battles. The text was divided into three thematic axes. At first, we discuss the concept of the castle, its symbolism and origin, in three specific regions: England, France and the Iberian Peninsula. In the second, we approach the military expansion undertaken by Fernando III in the Iberian Peninsula, as well as his motivations and the foundation of the theories of just war and holy war, which permeated the process of Reconquest. At third, we discuss the military role played by castles during the monarch's conquests, analyzing the main sieges. The chapters were illustrated with images of castles, also containing the family tree of Fernando III, as well as a map of the territories unified by the king. We take as documentary sources such as the *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999), *Historia de los hechos de España* (1989) and the *Primera Crónica General* (1955). The dissertation aims, finally, to contribute to studies on the Middle Ages in Brazil, especially within the scope of the *Universidade Estadual de Maringá*, through the Medieval Studies Laboratory - LEM, the Department of History and the Graduate Program in History.

Keywords: Castles; Fernando III; Military campaigns; XIII Century.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ataque do duque Willian ao castelo de Dinan.....	p.36
Figura 2 - Cena de cortejo em um castelo retratada do Saltério de Luttrell.....	p.37
Figura 3 - O cerco ao castelo de Chincoya.....	p.38
Figura 4 - O Château-Gaillard.....	p.40
Figura 5- Construção de um castelo pelo exército de Guilherme em Hastings, logo após sua chegada em solo inglês.....	p.49
Quadro 1 - Árvore genealógica de Fernando III.....	p. 53
Figura 6 - Mapa dos territórios unificados por Fernando III.....	p.57
Figura 7 - A Reconquista.....	p.70
Figura 8 - A conquista do vale do Guadalquivir.....	p.83
Tabela 1 - Duração dos principais cercos de Fernando III.....	p.89
Figura 9 - Castelo de Martos.....	p.94
Figura 10 - Castelo de Capilla.....	p.97
Figura 11 - O cerco de Sevilha.....	p.109

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - O MONUMENTO: CASTELOS, CONCEITOS, DEFINIÇÕES E SIMBOLOGIAS	15
1.1. O estudo sobre castelos: apontamentos historiográficos	16
1.1.1. O caso inglês: os castelos e a chegada de Guilherme, o Conquistador	17
1.1.2. O caso francês: o encastelamento	18
1.1.3. Os reinos hispânicos: os castelos no contexto da Reconquista	21
1.2. O conceito de castelo	26
1.2.1. Apontamentos historiográficos	26
1.2.2. O conceito de castelo nas fontes: <i>Historia de los hechos de España e Las Siete Partidas</i>	28
1.3. A simbologia do castelo medieval	31
1.3.1. A questão dos símbolos medievais e seu estudo	31
1.3.2. Perspectivas e limites do uso de imagens aos estudos medievais	34
1.3.3. O <i>status quo</i> : poder e riqueza	41
1.4. Os primeiros castelos	43
CAPÍTULO II – O MONARCA: FERNANDO III E A EXPANSÃO TERRITORIAL DA COROA DE CASTELA E LEÃO	51
2.1. A Ascensão de Fernando III e a unificação dos reinos de Castela e Leão	52
2.2. A ideia de Reconquista no século XIII	58
2.2.1. Santo Agostinho e a guerra justa	59
2.2.2. Os carolíngios e a guerra santa	64
2.2.3. A Reconquista	66
2.3. O início das campanhas militares de Fernando III	71
2.3.1. Córdoba, Jaén e Sevilha: as principais conquistas Fernandinas	72

CAPÍTULO III - AS CONQUISTAS: A FUNÇÃO MILITAR DOS CASTELOS NA EXPANSÃO TERRITORIAL DE FERNANDO III	81
3.1. A estratégia de guerra fernandina	82
3.1.1. A diplomacia	85
3.1.2. Os cercos	87
3.2. O aspecto militar dos castelos durante a Reconquista de Fernando III	91
3.2.1. As primeiras campanhas militares	91
3.2.2. O castelo de Capilla e a cidade de Úbeda	94
3.2.3. A conquista de Córdoba.....	99
3.2.4. A conquista de Jaén	102
3.2.5. A conquista de Sevilha.....	104
3.3. Os louros da vitória: a administração dos castelos pós-conquista	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS.....	119

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação buscamos compreender a relação entre castelos medievais e as campanhas militares de Fernando III, o Santo (1217-1252). O monarca foi responsável pela unificação definitiva dos reinos de Castela e Leão em 1230, e também empreendeu o maior avanço registrado por um rei cristão no processo de Reconquista da Península Ibérica.

No primeiro capítulo, serão apresentados o conceito, a simbologia e a definição de castelo: uma construção que combina os aspectos defensivos de um forte e os habitáveis de um palácio ou casa. Ou seja, pode ser definido como uma fortaleza habitável. Porém, a historiografia mostra que a definição é complexa e merece atenção e um maior aprofundamento.

Dividimos a discussão deste capítulo da seguinte forma: em primeiro lugar, destacamos algumas obras importantes na historiografia de regiões como Inglaterra, França e a Península Ibérica (atual Espanha e Portugal), que abrigaram muitos castelos durante a Idade Média.

No caso inglês, historiadores como George Thomas Clark (1884), Ella Armitage (1912) e Abigail Margaret Wheatley (2001) defendem que os primeiros castelos ingleses foram construídos por Guilherme I, o Conquistador, após a invasão normanda de 1066.

Anteriormente a esta data, as fortalezas construídas pelos povos anglo-saxões apresentavam caráter público, e tinham por objetivo somente a defesa temporária de povoados ou famílias, não concentrando a função de moradia. Após a chegada de Guilherme e seu exército na Inglaterra, foram erguidas construções pré-fabricadas de madeira, acumulando as funções defensivas e de moradia.

Na França, os estudos sobre castelos sofreram considerável aumento após o ano de 1954, com a criação do *Centre de Recherches Archéologiques Médiévales* por Michel de Bouärd, que também foi criador do termo “castelologia”, derivado da palavra em latim *castellum* para designar a disciplina responsável pelo estudo dos castelos medievais.

Destacamos a célebre tese sobre o encastelamento proposta por Pierre Toubert em sua obra *Les structure du Latium medieval* (1973). Nela, o castelo aparece

como elemento central e estruturador de cidades e vilas, em uma análise das estruturas políticas e sociais baseando-se no modo de produção de uma sociedade em transformação. O conceito de Toubert serviu como base de estudos de diversos historiadores, assim como foi alvo de discussões.

Já na Península Ibérica, destacamos as obras de Gonzalo Martínez Díez (1974), Abilio Barbero e Marcelo Vigil (1978) e Juan Antonio Quirós Castillo (2010). O castelo foi abordado de forma mais intensa a partir da década de 1960 por historiadores espanhóis, o que demonstra que os trabalhos são relativamente recentes, se comparados a Inglaterra e França.

Na sequência, discutimos o conceito de “castelo” e alguns significados em textos medievais, exemplificando que tal palavra possui conotação diferente, se observado o contexto no qual está inserida. Por fim, identificamos nas obras *Historia de los hechos de España* e *Las Siete Partidas* quando e como aparecem os primeiros castelos.

Ainda no primeiro capítulo, analisamos a questão simbólica do castelo medieval e a utilização de imagens para tal estudo. O castelo, sendo um dos principais símbolos da Idade Média, está presente em diversas gravuras, crônicas e ilustrações. Apresentamos alguns exemplos em fontes da época medieval, bem como o status adquirido pelo rei e pela nobreza que o habitavam.

No segundo capítulo, apresentamos a figura do rei Fernando III e o seu contexto: a Península Ibérica durante o século XIII. O monarca enfrentou uma nobreza poderosa desde que assumiu a coroa de Castela, em 1217, pois não compartilhavam dos mesmos objetivos. Resolvidos os atritos e após a unificação das coroas de Castela e Leão em 1230, Fernando III se concentra em seu principal objetivo: a guerra contra os muçulmanos que habitavam a Península Ibérica.

Para melhor compreensão sobre como se deu a declaração de guerra de Fernando III, fato que o tornaria o rei com maiores conquistas de território durante todo o processo de Reconquista, resgatamos conceitos sobre guerra justa e guerra santa, fundamentais para a mudança de pensamento e atitude da Igreja em relação à guerra, assim como o próprio processo, passando pelas suas origens, motivações, chegando até as principais conquistas fernandinas.

Para tanto, utilizamos três principais fontes: a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999), *Historia de los hechos de España* (1989) e a *Primera Crónica General* (1955). A primeira retrata os reinados de Sancho III (1157-1158), Alfonso VIII (1158-1214), Enrique I (1214-1217) e Fernando III (1217-1252) até a tomada de Córdoba, em 1236. Não existe um consenso sobre a autoria de tal obra, entretanto, devido a aspectos apresentados pela mesma, diversos historiadores atribuem sua escrita ao bispo de Osma, Juan Dominguez.

A crônica foi produzida entre 1230 e 1236, período em que Fernando III unificou as coroas de Castela e Leão e consolidou o avanço da Reconquista na Península Ibérica, com a tomada de Córdoba. O autor demonstra ter um grande conhecimento a respeito da família real de Castela e Leão, assim como membros da nobreza e do clero, transpassando a intencionalidade religiosa em sua escrita.

Dispomos da edição do ano de 1999, escrita por Luis Charlo Brea. O autor traduziu a obra para o espanhol moderno, baseando-se em uma edição de Georges Cirot lançada em 1912. Nesta edição, o autor se preocupou em adicionar várias notas relativas ao contexto histórico, comparações da fonte com crônicas tanto cristãs como árabes do período, incluiu também índices e mapas que auxiliam no entendimento.

A *Historia de los hechos* foi escrita pelo bispo Rodrigo Jiménez de Rada, a mando do próprio Fernando III. Nela, o autor aborda a história da Península Ibérica, desde os primeiros povoamentos até o reinado do monarca, totalizando doze séculos. Com um corte temporal massivo, o bispo descreve a origem dos povos peninsulares, a tomada das terras pela invasão moura e o recomeço cristão.

O autor utilizou fontes andaluzes para desenvolver a história geral de reinos como Castela, Leão, Aragão, Navarra e Portugal, desde os textos de Lucas de Tuly até as inúmeras lendas e mitos populares. A crônica foi utilizada amplamente por historiadores espanhóis, por conter detalhes importantes sobre a história peninsular e de seus principais governantes. Utilizamos uma versão do ano de 1989 lançada pela Alianza Editorial.

Por fim, a *Primera Crónica General* ou também conhecida como *Estoria de España*. A obra foi escrita a mando de Alfonso X, o Sábio, filho de Fernando III. Aborda fatos históricos desde a Antiguidade até a morte de Fernando III em 1252, acredita-se que foi produzida a partir de 1270, por cronistas, escritores e especialistas reunidos

pelo monarca. Sua escrita foi interrompida em 1275, e foi finalizada em 1284 por Sancho IV, filho do rei Sábio. Utilizamos uma edição de 1955 da Editorial Gredos.

Estas fontes narram a vida do monarca castelhano-leonês, bem como seu relacionamento com sua nobreza e as conquistas alcançadas durante o avanço da Reconquista; dentre os triunfos numerosos, destacaremos as três principais cidades: Córdoba, Jaén e Sevilha, e o esforço bélico demandado pelo monarca e suas tropas durante as campanhas militares.

No terceiro capítulo, analisamos as principais conquistas de Fernando III, enfatizando sua relação com os castelos medievais. Para tanto, iremos abordar as táticas de guerra usadas pelo monarca: a diplomacia e os cercos, visando responder a uma pergunta específica: quais eram os aspectos militares dos castelos durante as conquistas militares de Fernando III?

Nas fontes aqui abordadas, identificamos diversos acordos firmados pelo monarca com reis muçulmanos, que geralmente envolviam a entrega de um ou mais castelos. Tais acordos contribuíram financeiramente e politicamente com as campanhas do monarca.

Quando um acordo militar era inviável, utilizava-se da tática de cerco. O monarca não participou de nenhum enfrentamento direto em toda sua campanha militar. A organização logística de suas tropas permitiu o uso dos assédios a longo prazo, conquistando assim castelos até então inexpugnáveis. Após a conquista de tais castelos, destacaremos o cuidado com o qual Fernando III lidava com a entrega das propriedades para seus aliados.

A partir da análise das fontes indicadas e do diálogo historiográfico de autores que estudaram a guerra na Idade Média, bem como as conquistas fernandinas, buscamos compreender o papel dos castelos durante o reinado e conquistas de Fernando III, destacando seu aspecto militar.

CAPÍTULO I

O MONUMENTO: CASTELOS, CONCEITOS, DEFINIÇÕES E SIMBOLOGIAS

Ao longo do século XIX e até a primeira metade do século XX, os estudos acerca dos castelos medievais priorizavam apenas os aspectos militares. Com a renovação historiográfica trazida pelos *Annales*, as possibilidades de investigação de temáticas vinculadas aos castelos aumentaram consideravelmente, tornando possível a análise de tais construções além do campo militar, como também no campo social e político, por exemplo.

Tais análises e discussões podem ser observadas na tese denominada *The Language of Authority: The Expression of Status in the Scottish Medieval Castle* de M. Justin Mcgrail de 1995, *Castillos del camino del Cid en tierras valencianas* (2008), do espanhol José Vicente Gómez Bayarri, *Da História Militar e da Estratégia* (2013), coordenada por Francisco Proença Garcia e Abílio Pires Lousada em Lisboa e *Historia de La Guerra en la Edad Media* (2010) do inglês Maurice Keen, entre tantos outros exemplos.

O castelo medieval como monumento simbólico da Idade Média tem sua representatividade expressa não apenas no aspecto militar, de fortaleza inexpugnável, mas também, no sentido social, como um ponto de controle de um território, um refúgio que atraía camponeses indefesos, além de viajantes.

O imaginário do homem contemporâneo apresenta, muitas vezes, uma visão sombria dos castelos: muralhas envoltas em névoas, lua cheia despontando em um céu nublado, juntamente com seus pesados portões de ferro que demoram minutos para se abrirem por completo - nem sempre fizeram jus aos castelos medievais.

Os castelos nem sempre foram gigantescos, erguidos em altas montanhas e feitos de pedra. Existiram castelos dos mais diversos tamanhos, formas e modelos. Da mesma forma, existem várias definições acerca do significado de um castelo.

No presente capítulo discutiremos a historiografia acerca dos castelos medievais, com destaque em três regiões: Inglaterra, França e Península Ibérica, notadamente, Castela e Leão. Não descartamos outras regiões da Europa Ocidental para uma melhor compreensão sobre a origem e definição dos castelos, porém,

escolhemos as três regiões acima por julgar que se relacionam melhor com o objetivo de estudo: os castelos durante as campanhas militares de Fernando III.

Objetivamos um resgate historiográfico demonstrando a origem dos primeiros castelos nas regiões delimitadas, assim como a discussão sobre suas origens. Por fim, será realizada uma análise sobre a simbologia que envolve um dos maiores ícones da Idade Média, salientando seu significado e importância.

1.1. O estudo sobre castelos: apontamentos historiográficos

Os castelos medievais são majoritariamente conhecidos pelo seu caráter militar. Graças a interdisciplinaridade entre a história e outros campos do saber, os estudiosos puderam explorar outras faces das fortificações. O mote desta investigação recai no aspecto militar, isto é, a função dos castelos nas campanhas militares de Fernando III. Todavia, é preciso considerar o diálogo com estudos que revelam outros aspectos dos castelos que estão, muitas vezes, vinculados à função militar, como: a arqueologia e tipologia das construções, sua importância para o controle do território conquistado ou como ponto propulsor de fundação de cidades e vilas, entre outros.

Os primeiros estudos relacionados aos castelos foram desenvolvidos por historiadores dos países em que estas edificações emergiram em consonância com o fortalecimento de uma elite, a nobreza medieval. Segundo Daniel Justo Sánchez (2018), historiadores franceses e ingleses iniciaram, quase que simultaneamente, as discussões sobre os castelos medievais, entendendo-os “[...] como manifestação física do poder” (JUSTO SÁNCHEZ, 2018, p. 32), apesar das diferenças contextuais das quais partiram tais estudos. Mais tarde, historiadores espanhóis também adentraram o campo de estudo, analisando as construções deixadas por muçulmanos e cristãos durante o processo de Reconquista.

Na Inglaterra, os primeiros trabalhos produzidos a respeito dos castelos surgiram no século XIX, com George Thomas Clark (1884). Na sequência, Ella Armitage (1912) marcaria toda uma geração de historiadores ingleses. Na França, lar dos *chateaus*, destacamos os trabalhos de Michel de Bouärd (1962) e Pierre Toubert

(1973), que transcenderam o campo francês e passaram a inspirar diversos historiadores europeus.

Já na Espanha, os estudos acerca dos castelos iniciaram nas décadas de 1970 e 1980, a partir da análise do papel edificador dos poderes políticos durante a Alta Idade Média. Destacamos os trabalhos de José Maria Mínguez Fernández (1998) e Iñaki Marín Viso (2001). Para melhor análise sobre as investigações pioneiras acerca dos castelos, dividiremos a discussão em três partes principais: Inglaterra, França e Península Ibérica.

1.1.1. O caso inglês: os castelos e a chegada de Guilherme, o Conquistador

No que diz respeito ao estudo historiográfico sobre castelos na Inglaterra, os principais trabalhos foram produzidos a partir do século XIX, baseados em análises de caráter militar. Destacamos a obra *Medieval Military Architecture in England*, de George Thomas Clark lançada originalmente em 1884, na qual o autor realiza a classificação dos diversos castelos ingleses e sua evolução durante séculos, baseando-se nas mudanças de estratégia militar de guerra, como uma das pioneiras no campo de estudos.

Seguindo os argumentos de Clark, o autor John Horace Round publica, em 1902, a obra *The castles of the Conquest*. Nela, conduz a discussão sob o aspecto militar dos castelos ingleses, defendendo a conquista normanda comandada por Guilherme, o Conquistador em 1066, como ponto de partida para se analisar a construção de castelos e fortalezas na Inglaterra.

O ano de 1066 também foi tomado como partida para uma das principais autoras inglesas sobre o tema: Ella Armitage. Sua obra intitulada *The Early Norman Castles of the British Isles*, publicada originalmente em 1912, foi utilizada (e ainda é) como modelo para diversos pesquisadores não somente do campo da história, como também da arqueologia. A autora credita a construção dos primeiros castelos privados em solo inglês aos normandos de 1066, introduzindo assim a palavra *castel* ao vocabulário inglês, advindo da língua francesa.

A obra de Armitage serviu como modelo para gerações de historiadores e arqueólogos posteriores. Nela são apresentados os principais castelos normandos,

desde os primeiros modelos *mottle-and-bailey*¹ até as grandes torres de pedra, onde estiveram localizados e suas respectivas plantas, detalhando a arquitetura e engenharia de cada um.

A autora argumenta que as fortificações existentes anteriores a tal período foram erguidas por povos Anglo-Saxões, originalmente tribais. Elas eram denominadas *burhs*, e apenas o caráter defensivo era levado em conta (não existindo o caráter residencial). A construção e o aprimoramento dos castelos se deram a partir da afirmação do feudalismo inglês. Desenvolvimento este iniciado após a conquista normanda de 1066 (ARMITAGE, 2015, p. 63-65).

A partir destes estudos, as investigações sobre os castelos aumentaram exponencialmente, fazendo com que o campo de estudo (outrora apenas militar) sofresse grande expansão. Joseph e Frances Gies apresentam um estudo detalhado sobre o dia a dia em um castelo inglês em *Life in a Medieval Castle* (1979), tomando o famoso castelo de Chepstow como modelo. Os autores vão além do campo militar, abordando assuntos correspondentes ao funcionamento geral: o senhorio, as guarnições, os camponeses, as formas de se obter e estocar alimento, entre outros segmentos.

Como exemplo contemporâneo, citamos Abigail Margaret Wheatley e sua tese de doutorado intitulada *The idea of medieval castle* (2001). A autora realiza um profundo estudo fundado em tópicos predominantemente simbólicos e ideológicos, como observado nos títulos de seus capítulos: *The Idea of The Castle, The Urban Castle, The Spiritual Castle, e The Imperial Castle*, com diálogo interdisciplinar entre história da arte, literatura e arqueologia. Wheatley compara debates historiográficos de diferentes épocas, atentando para o uso e etimologia do que seria um “castelo”.

1.1.2. O caso francês: o encastelamento

No que diz respeito à historiografia francesa, destacamos o trabalho do historiador e arqueólogo Michel de Bouärd, criador do termo “castelologia”, derivado

¹Segundo Armitage (1912) os castelos *mottle-and-bailey* foram castelos erguidos com terra e madeira, como o próprio nome indica. Sua construção era rápida, seu custo baixo e não era necessário grande conhecimento em mão de obra para construí-los. Sua fragilidade defensiva e o alto custo de manutenção foram os motivadores para que tal construção fosse abandonada.

da palavra em latim *castellum* para designar a disciplina responsável pelo estudo dos castelos medievais. No ano de 1954, o pesquisador funda, na cidade de Caen, o *Centre de Recherches Archéologiques Médiévales* que, como o próprio nome indica, se dedicava a arqueologia medieval dos castelos. A partir de seus esforços, o interesse pelo estudo da matéria sofreu considerável aumento.

Abordando diversos aspectos e assuntos sobre a França medieval, Louis Halphen (1880-1950) criou, em 1923, a série de livros intitulada *Les Classiques de l'Histoire de France au Moyen Âge*. A obra apresenta vários clássicos da historiografia francesa, entre eles *La Conquête de Constantinople* (1961), de Geoffroy de Villehardouin (considerado o texto em prosa francesa mais antigo ainda existente), no qual a influência islâmica é ressaltada na origem e na arquitetura dos primeiros castelos.

Destacamos não só o trabalho contemporâneo de Brigitte Bedos-Rezak intitulado *Towns and Seals: Representation and Signification in Medieval France* de 1990, em que os castelos franceses são retratados como símbolos de uma sociedade, como representação do poder e riqueza da nobreza francesa medieval, mas também o de Philippe Durand, que realizou um estudo baseando-se em Bouärd focado na arqueologia dos castelos franceses, dedicando-se a uma análise mais profunda sobre as fortificações medievais em sua obra *La Castellologie: Étudier le Château du Moyen Âge, Histoire et Images Médiévales* (2005).

Segundo Conrad Cairns (2010, p. 6), as primeiras fortalezas foram erguidas em solo francês a partir do desmoronamento do Império Carolíngio: o povo sofria com ataques de vikings e magiares, e devido à fragilidade do rei, os nobres donos de terra decidiram erguer fortalezas particulares para sua defesa. É importante salientar que tais fortalezas ainda não eram denominadas castelos: tal construção surgiria em consonância com o desenvolvimento do sistema feudal francês, a partir do século IX.

Uma das principais personalidades da historiografia francesa no que diz respeito aos castelos medievais é Pierre Toubert. O autor criou uma tese específica sobre as fortificações medievais e a sociedade rural do século X ao XIII, na qual o desenvolvimento de uma aldeia ou cidade estava atribuído a presença de um castelo. Tal conceito foi batizado *de encastelamento*, e contribuiu de forma decisiva para os estudos franceses.

A obra de Toubert *Les structure du Latium medieval* (1973) aborda a sociedade medieval e seus meios de produção, fazendo o castelo aparecer como elemento centralizador das chamadas “estruturas feudais” na região italiana de Lazio por volta do ano 1000. De base marxista, o autor realiza uma análise das estruturas políticas e sociais baseando-se no modo de produção de uma sociedade em transformação.

O senhor do castelo era quem detinha os meios de produção, tornando assim, a população em sua volta dependente, não apenas de sua segurança, mas também de suas terras. O castelo era, portanto, a expressão do poder. Edson Cruxen (2011) apresenta uma definição objetiva sobre o *encastelamento* proposto por Toubert:

O *Incastellamento*, a ocupação por fortalezas, dos pontos mais altos na topografia da Europa Ocidental, fenômeno registrado no ocidente medieval, desde o século XI, serve para corroborar essa linguagem de poder, caracterizada pela hierarquização da ocupação do espaço. Esse procedimento, além de responder a necessidades estratégicas, de vigilância e defesa, responde também a pautas ideológicas. Desde um patamar mais elevado no terreno e de cima das torres ou muralhas, o domínio visual do território, poderia chegar a muitos quilômetros (CRUXEN, 2011, p. 5).

Do processo de ocupação do território, juntamente com o crescente poder entre os ricos senhores donos de terras (que formavam uma espécie de nobreza), Igreja e aristocracia, a também a dominação da grande massa de pobres trabalhadores que dependiam das terras para sobreviver, surgiu a necessidade de construção de castelos, não somente para a defesa e segurança do território, mas para firmar o poder e o controle sobre os demais.

O conceito de Toubert serviu como base para gerações de historiadores e estudiosos sobre castelos. María Pérez Rodríguez (2015), citando a obra pioneira de 1973, afirma que “o *incastellamento* tornou-se um importante ponto de referência para quem buscava abordar o estudo do desenvolvimento feudal europeu” (RODRÍGUEZ, 2015, p. 882)².

A tese de Pierre Toubert causou impacto profundo na historiografia italiana, pois sua análise partiria da região do Lazio. As investigações medievais sobre castelos

²Do original: el incastellamento se convirtió en un importante punto de referencia para quienes pretendían abordar el estudio del desarrollo feudal europeo (RODRÍGUEZ, 2015, p. 882).

ganhavam fôlego: os mecanismos jurídicos e sociais de poder eram atrelados a noção de controle de território. Autores como C. Wickham (1985), R. Francovich e M. Milanese (1990), que abordam o castelo e os assentamentos fortificados como “centros de coerção feudal com uma funcionalidade militar, de controle do território e das comunidades campesinas” (GUTIÉRREZ GONZÁLEZ; MANJÓN, 2007, p. 7)³ promoveram amplo debate sobre as diferentes funções sobre a qual o castelo figurou, estimulando o ideal de *encastelamento*.

Embora importante, a tese do *encastelamento* não encontra unanimidade entre estudiosos da Península Ibérica. José Maria Mínguez Fernandez (1998) e Iñaki Marín Viso (2001), dois renomados pesquisadores sobre o feudalismo em Castela e Leão, rejeitam tal teoria por discordarem que o castelo era fundamental na concentração do poder ao seu redor.

Para ambos os autores, o castelo não concentrava o desenvolvimento social e político defendido pela tese do *encastelamento*, apenas constituindo um importante ponto de defesa de uma vila ou cidade. O desenvolvimento era atribuído a produção da cidade ou vila onde o castelo foi erguido, que recorria a tal construção apenas em momentos necessários. Tal análise exclui o fator político presente em um castelo, restringindo-o apenas ao campo militar. Sua construção visava unicamente a defesa de um território, e nada mais. Todo e qualquer desenvolvimento social e político se concentrava nas vilas e cidades. Esse campo analítico foi base para o início dos estudos espanhóis sobre o assunto.

1.1.3. Os reinos hispânicos: os castelos no contexto da Reconquista

Na Península Ibérica os estudos que abordam a temática vêm experimentando um crescimento significativo. Inicialmente escassas, as investigações sobre castelos e fortalezas medievais surgiram a partir de meados do século XX, destacando seu papel militar no processo de Reconquista. Um dos primeiros registros sobre tal tema parte do historiador Luis Díez del Corral e sua obra *Reflexiones sobre el Castillo*

³Do original: “centros de coerción feudal con una funcionalidad militar, de control del territorio y de las comunidades campesinas” (GUTIÉRREZ GONZÁLEZ; MANJÓN, 2007, p. 7).

Hispano de 1952. Nela, o autor destaca as particularidades do local de análise (Península Ibérica) e traça um paralelo entre as principais fortalezas cristãs e mouras.

O castelo era entendido, inicialmente, como “um elemento atrelado a ideia de fronteira” (PASCAL, 2002, p. 202), com maior desenvolvimento de obras relativas ao tema entre 1960 e 1970, cujo foco era militar. Período relativamente recente, se comparado com os estudos na Inglaterra e França, conforme apontamos. Entre os trabalhos pioneiros, encontra-se o de Gonzalo Martínez Díez, *Álava medieval* (1974), no qual analisa o castelo em meio ao ciclo de conquistas cristãs sobre os muçulmanos, destacando as diferentes fases e conquistas militares de cada rei.

Destacamos, também, a obra de Abilio Barbero e Marcelo Vigil *La formación del feudalismo en la Península Ibérica* (originalmente de 1978), que analisa o surgimento dos castelos espanhóis como uma necessidade defensiva, assim como um local centralizador do poder de uma nova nobreza⁴, devido ao desenvolvimento do feudalismo peninsular, o qual ocorreu de forma diferente do chamado “feudalismo tradicional”. Como define Augusto João Moretti Junior (2015):

Dois fatores são importantes para entendermos essa diferença. Primeiramente, ainda que tenham existido relações feudo-vassálicas, estas não promoveram a efetiva consolidação de um estado político feudal. Em segundo lugar, a falta de sincronização do processo espanhol em relação ao europeu. Na realidade, o feudalismo espanhol, ao contrário do francês, efetivou-se, tal como na Inglaterra, de forma muito mais centralizada [...] (MORETTI JUNIOR, 2015, p. 39).

Devido à maior retenção de poder nas mãos do rei, o feudalismo hispânico deve ser analisado como uma exceção na Europa, graças ao aspecto único atribuído a Península Ibérica: a Reconquista. Foi devido a tal movimento que a nobreza de Castela e Leão conseguiu influenciar as decisões do rei, pois concentrava grande parte dos exércitos, assim como provisões e recursos financeiros para a guerra.

⁴ Segundo Salvador de Moxó (1970), a nobreza de Castela e Leão foi um grupo social com grande capacidade de transformação e adaptação da realidade em sua volta. Originalmente definidos devido à origem racial de seus membros, aliada à situação econômica, política, social e espiritual do momento (MOXÓ, 1970, p. 231), passaram a usar de sua capacidade militar para assumir o poder durante o processo de Reconquista (MOXÓ, 1970, p. 255), obtendo assim papel de destaque não somente no campo de batalha, como também na administração dos novos territórios, e consequentemente, de novos castelos (MOXÓ, 1970, p. 231 e 255).

Segundo Olga Písnitchenko (2016), a mudança na relação entre rei-súdito “tende a ser substituída pela relação senhor-vassalo fruto de um pacto social, o que trará consequências decisivas de ordem política” (PÍSNITCHENKO, 2016, p. 27).

É importante salientar a grande variedade de significados incluídos no termo “Reconquista”, e suas diferentes aplicações na historiografia. Marcelo Vigil e Abílio Barbeiro (2015) afirmam que os povos do norte espanhol, local de origem do processo de Reconquista, jamais haviam sido dominados pelos romanos e visigodos anteriores aos muçulmanos. Logo, possuíam suas próprias características, não compartilhando com o sentimento de “retomada” de um território que nunca os pertenceu, e sim concordando com uma “conquista”. O ideal de formação de uma identidade nacional devido ao embate era errôneo, pois, os povos remanescentes apresentavam características distintas entre si.

Questionando o ponto de vista apresentado por Vigil e Barbeiro, Armando Besga (2000) argumenta que tal região possuía, de fato, raízes romanas e godas em sua fundação, o que fortalece a tese sobre a união cristã e formação de uma identidade nacional. Já Manuel González Jiménez (2000) afirma que tal processo existiu desde a tomada árabe da Península Ibérica, tendo amadurecido através dos anos, como retratam as Crônicas Asturianas de Alfonso III (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2000, p. 169), o que elucida o sentimento de unidade presente em tais povos.

Abordando sobre o mesmo tema, Julio Valdeón Barúque (2006) argumenta que a Reconquista se inicia a partir do século XI, e que anteriormente a tal período, houve somente alguns pequenos avanços sobre o rio Ebro. Tal avanço foi resultado principalmente da atuação do rei, na conquista e divisão de novas terras conquistadas. Ou seja, os contingentes cristãos não eram fortes o suficiente para organizar um levante contra o domínio muçulmano, obtendo somente vitórias inexpressivas por quase três séculos. Graças a figura do rei e a centralização do poder em suas mãos, a sociedade cristã soube se organizar e se armar para a guerra.

Segundo Francisco García Fitz (2009), esse conceito se consolida na historiografia espanhola durante a segunda metade do século XIX, associada a formação de uma identidade espanhola, em que vários povos pertencentes à Península Ibérica compartilharam de um objetivo em comum: a retomada de suas terras dominadas por árabes a partir do ano de 711 (GARCÍA FITZ, 2009, p. 146).

Tal formação de identidade foi apropriada e utilizada durante a ditadura de Francisco Franco (1936-1975), cuja luta foi batizada como “reconquista”, visando libertar o território espanhol da ameaça comunista. Concordando com García Fitz, o historiador Manuel González Jimenez afirma que o termo foi usado por historiadores espanhóis desde o século XIX “sem maiores problemas” (JIMÉNEZ, 2000, p. 151), o que denuncia uma vasta gama de aplicações genéricas.

Francisco García Fitz propõe analisar o processo de Reconquista através de duas vertentes: como sinônimo da expansão territorial dos reinos cristãos peninsulares, e como a retratação de um período histórico (GARCÍA FITZ, 2009, p. 152;158). Tais análises se mostram pertinentes ao presente estudo, pois nos possibilita a compreensão do avanço a partir de uma sociedade militarizada, preparada para a guerra, e moldada pela mesma, assim como a origem de cidades que viriam a se tornar protagonistas da consolidação territorial cristã na Península Ibérica, como a cidade de Castela.

Abordando a complexidade do tema, a obra de Derek Lomax intitulada *La Reconquista* (1984) defende que a Reconquista não foi somente um processo religioso ou político, como argumentam os historiadores modernos. Segundo o autor:

A Reconquista é um marco conceitual útil para historiadores, mas não artificial como a Idade Média. Foi um ideal esclarecido pelos cristãos hispânicos logo após 711 e sua consumação positiva o preservou desde então como uma tradição historiográfica, embora tenha se convertido em um motivo de nostalgia e um clichê retórico de escritores tradicionalistas e comunistas (LOMAX, 1984, p. 10)⁵.

Derek Lomax concorda com a teoria da data inicial do processo proposta por García Fitz⁶, porém, discorda dos rótulos frequentes utilizados por historiadores românticos ou marxistas, atribuindo a Reconquista como consequência de diversas motivações, entre elas políticas, sociais, culturais, religiosas e militares, em que os

⁵ Do original: “La Reconquista es un marco conceptual útil a los historiadores, pero no artificial como la Edad Media. Fue un ideal alumbrado por los cristianos hispánicos poco después de 711 y su consumación positiva lo ha conservado desde entonces como una tradición historiográfica, si bien hubo de convertirse asimismo en motivo de nostalgia y en cliché retórico de escritores tradicionalistas y comunistas” (LOMAX, 1984, p. 10).

⁶ Na presente dissertação, concordamos com a teoria proposta por García Fitz sobre o início do processo de Reconquista: 711. Após uma série de domínios muçulmanos, os cristãos da Península Ibérica contiveram o inimigo e iniciam o contra-ataque, tendo a primeira vitória registrada neste ano, buscando assim a retomada dos territórios perdidos.

cristãos da península lutaram para recuperar seu território, tomado por invasores muçulmanos.

A partir da análise dos autores citados, chegamos à conclusão de que a Reconquista era uma guerra de territórios. Os castelos e fortalezas desempenhavam papel fundamental no campo de batalha, por vezes, sendo o fator determinante para a vitória ou derrota dos exércitos cristãos. O embate entre cristãos e muçulmanos foi constante durante os séculos VIII e XI. A partir desse período e principalmente no século XIII, os cristãos se consolidam no território, obtendo avanços contra um império árabe fragmentado e desorganizado política e militarmente. Avanços esses que fortaleceram as bases para um grupo social organizado e fortemente influente: a nobreza.

Os estudos que vinculam os castelos à afirmação de poder da nobreza iniciam-se nas décadas de 70 e 80, com os autores Carlos Estepa Díez, José María Mínguez e Julio Escalona. Estes pesquisadores fundamentaram suas investigações a partir das novas discussões acerca do feudalismo, do próprio conceito de *encastelamento* e do método arqueológico (RODRÍGUEZ, 2015, p. 883).

Recentemente alguns estudiosos da arqueologia têm se dedicado ao estudo dos castelos medievais. Destacamos Juan Antonio Quirós Castillo e suas investigações sobre os castelos medievais espanhóis, focado principalmente no País Basco: *Castles and villages of the Early Middle Ages in northwest of Spain* (2010) e *Los castillos altomedievales en el noroeste de la Península Ibérica* (2012).

Por fim, em Portugal, como afirma Edison Bisso Cruxen (2011, p. 57), o interesse pelo estudo da arqueologia dos castelos inicia-se nas últimas décadas do século XX. O sentimento nacionalista e a oposição ao racionalismo fizeram com que os historiadores portugueses buscassem tais afirmações no estudo de fortificações medievais. Exemplos dessa produção são as obras de Duarte Veiga (1881-1944) e Humberto Beça (1878-1923).

Nesses estudos, os castelos e fortificações são considerados como instrumento de identificação nacional da imagem de um povo guerreiro, forte e conquistador, em defesa de determinadas ideologias políticas ou correntes de pensamento existentes nos fins do século XIX.

1.2. O conceito de castelo

A riqueza do vocabulário nos permite utilizar uma única palavra para dar sentido aos mais diversos assuntos. E com a palavra “castelo” não é diferente: ela possui diversos significados. Nicasio Salvador Miguel (1988) afirma que “é preciso lembrar que, nos textos da Idade Média, a palavra castelo tem um valor polissêmico, pois nem sempre responde ao significado mais comum” (MIGUEL, 1988, p. 65)⁷. Esse “significado comum” se aplica às lendárias construções feitas em pedra.

Estamos acostumados a realizar um exercício lógico quando ouvimos falar de castelos: visualizamos mentalmente construções monumentais, com altos muros, torres, um pesado portão e todo o misticismo e curiosidade envoltos em sua aura. A realidade pode se apresentar um tanto quanto decepcionante: poucas eram as fortificações que possuíam tais características. Existiram castelos dos mais variados tamanhos e formas. Historiadores e outros estudiosos da arquitetura medieval têm divergido sobre o significado do termo, o que demonstra a complexidade de definição.

A palavra castelo deriva do latim *castel*, *castellum* e *castrum* (WHEATLEY, 2001). Termo relativamente moderno foi empregado para descrever inúmeras fortificações erguidas em diferentes épocas, com características únicas. Usualmente é empregada para designar edificações que possuem duas finalidades principais: a militar e a residencial. Um castelo é uma construção que combina ambos os aspectos de um forte e um palácio.

1.2.1. Apontamentos historiográficos

Segundo Salvador Miguel (1988), a função primordial do castelo durante a Idade Média foi a defesa. Entre seus variados aspectos, o militar foi o principal (SALVADOR MIGUEL, 1988, p. 69). O autor ainda cita os diversos usos da palavra “castelo” em obras literárias e românticas, que eram empregadas em diferentes situações: entre seus derivados, a palavra “*castellar*” era empregada para descrever

⁷Do original: “Conviene tener presente que en los textos de la Edad Media la palabra castillo posee un valor polisémico, puesto que no siempre responde a la acepción más común (MIGUEL, 1988, p. 65).

grandes construções ou animais de tamanho descomunal (SALVADOR MIGUEL, 1988, p. 67).

Um exemplo clássico é visto na obra *Etimologias* de Isidoro de Sevilha (c. 560 - 636), considerada a primeira Enciclopédia do Ocidente. Em uma passagem do Livro XII, denominado *De animalibus* (Dos animais), o item 2 chamado *Sobre las Bestias* descreve um elefante, segundo os gregos: “Esse tipo de animal é apropriado para a guerra, tendo os Persas e Indianos instalados torres de madeira neles, atacando com dardos como se fosse em um parapeito” (SAN ISIDORO DE SEVILLA, 2004, p. 905)⁸. O animal era descrito possuir um tamanho *castellar*.

No *Livro de Alexandre*, escrito, provavelmente, entre 1230 e 1250, o emprego do termo é muito parecido com a definição dada por Isidoro de Sevilha. Denomina-se castelo as estruturas de madeira em forma de torres usadas na guerra pelos antigos, que as colocavam sobre elefantes, como visto nas *Etimologias*: “O povo com medo foi chegando, temendo o que vinha foram todos armados, trazendo os elefantes de castelos carregados, que são feras valentes e muito poderosas” (LIBRO DE ALEXANDRE, 1975, p. 471)⁹.

Entretanto, consideremos dois aspectos mais comuns atribuídos aos castelos: o de servir como moradia e proteção. Para Jean-Marie Pesez (2017):

O castelo é, antes de tudo, uma casa, uma residência aristocrática que abriga um homem que é um senhor, um *dominus*, com sua família, com as pessoas de sua *domus*, parentes, oficiais, familiares, criados. É necessariamente uma grande morada: isso já a distingue das outras (PESEZ, 2017, p. 173).

O autor define um castelo como uma moradia de grandes proporções, capaz de prover uma posição defensiva para seus habitantes, materializar o prestígio e a influência de seu dono e servir como instrumento de coerção e domínio de seus

⁸Do original: This kind of animal is suited to warfare, for the Persians and Indians, having set wooden towers on them, attack with javelins as if from a rampart (BARNEY; LEWIS; OLIVER BERGHOF, 2006, p. 252).

⁹Do original: Los pueblos con el miedo fueron luego llegados, temiendo lo que vino fueron todos armados; trayén los elefantes de castillos cargados, que son bestias valientes e muy apoderados (Libro de Alexandre, 1975, p. 471).

territórios e até mesmo da população que vive em sua volta. Pode até mesmo ser classificado como uma “fortaleza habitada” (PESEZ, 2017, p. 187).

No mesmo sentido, Justin McGrail define castelo “como uma residência privada fortificada” (MCGRAIL, 1995, p. 1), referindo-s às primeiras construções em solo inglês, iniciada pelos conquistadores normandos. Assim como Conrad Cairns (2010) que entende o castelo “como uma casa particular fortificada, projetada para proteger contra qualquer ataque armado” (CAIRNS, 2010, p.3)¹⁰.

1.2.2. O conceito de castelo nas fontes: *Historia de los hechos de España e Las Siete Partidas*

Duas das fontes abordadas aqui apresentam definições distintas sobre castelos medievais. No que diz respeito à *Historia de los hechos de España*, Rodrigo Jiménez de Rada (1170-1247) aborda a história da Península Ibérica desde os primeiros homens até o ano de 1243. Observamos que a palavra castelo é citada primeiramente no capítulo 19 do livro terceiro, quando o conde Julián¹¹ foi apresentado:

Julián era uma pessoa nobre, descendente da nobre linhagem dos godos, influente na corte, veterano no exército, conde dos espatários, parente e amigo de Witiza, *dono do castelo chamado Consuegra* e detentor de vários títulos de lugares no outro lado do mar. (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 144, grifo nosso)¹².

O autor não faz menção aos “castelos” nas passagens anteriores, mas sim a “fortalezas”. Apesar de quase sinônimas, tais palavras não devem ser entendidas com o mesmo significado: um castelo é uma construção erguida com o intuito de servir como apoio militar e residência; uma fortaleza (grande construção superior a um forte), serve apenas para fins militares, excluindo, assim, a função de residência.

¹⁰Do original: “Un castillo puede definirse simplemente como una vivienda particular fortificada, diseñada para proteger de cualquier ataque armado” (CAIRNS, 2010, p.3).

¹¹ O conde foi embaixador do rei Rodrigo, que mais tarde viria a traí-lo, levando os árabes para saquear e dominar a Península Ibérica (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p. 145).

¹²Do original: “Era Julián persona noble, descendiente de la noble alcurnia de los godos, influyente en la corte, veterano en el ejército, conde de los espatarios, pariente y amigo de Witiza, dueño del castillo que se llama Consuegra y poseedor de diversos títulos de lugares del otro lado de mar”. (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 144).

A citação de Rodrigo Jiménez de Rada, descrevendo a posse do castelo de *Consuegra* como uma das características do nobre Julián, levanta outra vertente importante para a análise e definição do termo “castelo”. Seu caráter deixa de ser unicamente militar, para também enaltecer as riquezas ou o poder de quem o possui.

O castelo personificava o poder do rei, ou do nobre que o possuísse. Logo, a presença dos castelos em leis, ou códigos jurídicos, buscando normatizar seu uso, manutenção, ataque e defesa, além de estipular normas para quem o fosse habitar se fez necessária. Outra fonte da presente dissertação, também do século XIII, *Las Siete Partidas* (1256), escrita por Alfonso X, o Sábio (1221-1284), dedica trinta e duas leis do título 18 da *Partida II*, ao tema dos castelos.

A abordagem dos castelos neste código jurídico demonstra a necessidade da normatização da sua propriedade em função do poder real, da conquista e/ou defesa de determinados territórios. As concessões, certamente, estão permeadas pelas relações de vassalagem. Como observamos na lei II denominada *Cómo deben ser dados e recibidos los castillos, e en qué manera*:

Lealdade é algo que fortalece os homens em todas as suas ações porque sempre fazem o seu melhor; é por isso que os espanhóis, que a usaram mais do que todos os outros homens [...] devem cuidar dos castelos que pertenceram ao rei, para que o recebam perante ele, estando ali aquele que há de dar o castelo e o outro que há de receber. E também devem ser recebidos por sua ordem, e principalmente pelo seu porteiro; e o porteiro deve ser natural do rei, e conhecido pelo nome e pela terra de onde nasceu, e que ele mesmo lhe dê em mãos, que faça a entrega daquele castelo que lhe ordenam a dar para aquele que irá receber (PARTIDA II, T. XVIII, L.II)¹³.

Em tal lei, observamos que a lealdade daqueles escolhidos pelo rei para receber um castelo é exaltada como uma qualidade importante, assim como a presença real, seja pessoalmente ou personificada no *portero*¹⁴, para a entrega de

¹³ Do original: Lealtad es cosa que endereza los hombres en todos sus hechos porque hagan siempre todo lo mejor; e por esto los españoles, que todavía usaron de ella más que todos los otros hombres [...] deben guardar que los castillos que fueran del rey, que los reciban ante él siendo allí aquél que ha de dar el castillo e el otro que lo ha de recibir. E otrosí deben ser recibidos por su mandado, e señaladamente, por su portero; e el portero ha de ser natural del rey, e conocido por nombre e por tierra de donde es natural, e que él mismo se lo de por mano, que haga entrega de aquel castillo que le mandar a dar al que le ha de recibir (PARTIDA II, T. XVIII, L.II).

¹⁴ O *portero* é a pessoa responsável pela entrega de castelos em nome do rei. Cargo geralmente atribuído a pessoas que desfrutam de grande confiança e prestígio real.

uma propriedade, indicando que tal feito não deveria ser realizado sem o consentimento real. Definem-se, ainda, os rituais de entrega e controle de um castelo (Leis II a V) e também normativos militares (Leis XI a XVI). A lei XII denominada *Cómo se deben los castillos con esfuerzo e con ardimiento, defender, e guardar* demonstra as qualidades necessárias para se defender um castelo:

[...] uma, que defendam com ardor e com esforço; a outra, com sabedoria e com sanidade. O que deve ser feito com ardor, e com esforço, que devem defender o castelo com muito ardor, ferindo e matando os inimigos mais fortes que puderem, de maneira que não os deixem chegar a ele. [...] Também deve haver um grande esforço para sofrer todo o medo, e todo o trabalho que vierem para eles ali, tanto em cuidar como em passar sede, e fome, e frio, ou todo o trabalho que possa haver ali (PARTIDA II, T. XVIII, L.XII)¹⁵.

O dono de um castelo, de acordo com a lei citada, não era uma pessoa comum: deveria apresentar características únicas, como resiliência, força de vontade e resistência para suportar as mais variadas adversidades. O castelo se torna um símbolo de poder de quem o detém. De acordo com Joaquin Tovar (1993):

O castelo tem sido considerado sempre como um dos monumentos mais característicos da Idade Média. Sua importância militar é indiscutível e demonstra também sua transcendência política e social (TOVAR, 1993, p.57)¹⁶.

Baseando-se nas *Siete Partidas*, salientamos que o significado do castelo transcende o campo militar por sua posse ter implicações sociais, econômicas, políticas e administrativas. É símbolo de poder da monarquia e nobreza medievais.

Como observado, diversas são as definições da palavra castelo. O condicionamento que leva a imaginar uma construção com características únicas,

¹⁵ Do original: ... la una, en defenderlos en ardimiento e con esfuerzo; e la otra, con sabiduría, e con cordura. E la que ha de ser con ardidez, e con esfuerzo, es que deben defender el castillo muy ardidamente, hiriendo e matando los enemigos los más de recio que pudieren, de manera que los no dejen llegar a él. [...] Otrosí, debe haber gran esfuerzo en sufrir todo miedo, e todo trabajo que les allí venga, tanto en velar como en sufriendo sed, e hambre, o frío, o todo trabajo que allí prisiese (PARTIDA II, T. XVIII, L.XII).

¹⁶Do original: "El castillo ha sido considerado siempre como uno de los monumentos más característicos de la Edad Media. Su importancia militar es indiscutible y está demostrada también su transcendencia política y social" (TOVAR, 1993, p. 57).

sólidas e de grandes proporções quando pensamos em “castelos” é impreciso, pois, tal palavra possui um vasto significado. E assim como seus variados significados, também possui diversos símbolos.

1.3. A simbologia do castelo medieval

Não é exagero algum considerar o castelo medieval como um dos principais símbolos da Idade Média. Suas imagens e ilustrações são utilizadas em diferentes obras que tratam de temáticas medievais, sendo ainda, apontadas como uma referência máxima do período medieval por arqueólogos e historiadores (MCGRAIL, 1995, CAIRS, 2010, e CRUXEN, 2011).

Ressaltamos que iremos abordar a questão simbólica dos castelos no campo mental e ideológico, e não como um símbolo de magia e fantasia, ou como fortalezas magníficas construídas em montanhas de igual magnitude, com seu tamanho colossal e seus portões impenetráveis. Deixaremos esse mundo aos contos de ficção e à imaginação de seus criadores e leitores.

Um símbolo, definido pelo dicionário da língua portuguesa, é uma figura que representa um ser, objeto ou ideia abstrata; emblema. Analisaremos a questão simbólica que envolveu os castelos medievais e o que os mesmos representavam em suas sociedades nos mais diversos campos do saber.

1.3.1. A questão dos símbolos medievais e seu estudo

O simbolismo é definido por Manfred Lurker como “o estudo, a doutrina, a ciência dos símbolos, de sua origem, significado e divulgação” (1997, p. 649). Essa definição permite sua aplicação para referir-se a uma obra de arte, a uma pintura rupestre, uma igreja ou catedral, entre outros exemplos.

O uso da palavra e seu significado se tornou tão normal entre os medievalistas que segundo Michel Pastoureau (2017, p. 555), que eles deixaram de se preocupar com a questão teórica, semântica ou didática de seu significado, assim como sua definição em si. O autor atribui que a origem da palavra deriva do latim *signum*, *figura*,

exemplum, *memoria* e *similitudo*, que podem ser traduzidas como “símbolo” no francês moderno. O termo é tão forte e carregado de significados que é impossível de ser traduzido com precisão, dada a vastidão de seu campo semântico (PASTOUREAU, 2017, p. 555).

Para Enrique Varela Agüi (1999), é preciso compreender a simbologia dos castelos sob novas perspectivas de análise, além das escassas opções apresentadas pela arquitetura. Tais perspectivas devem considerar aspectos políticos, sociais e culturais. Isso significa que o historiador não deve se prender apenas ao caráter histórico ou arqueológico, mas também, considerar a interdisciplinaridade do diálogo com outras áreas do conhecimento, como a semiótica, a antropologia cultural ou simbólica e a psicologia da percepção, que apresentam pontos de vista diferentes em uma análise mais abrangente. Ainda segundo Enrique Varela Agüi (1999):

Quantas vezes temos lido que o castelo é um símbolo da Idade Média, que sua construção é mais paradigmática, sua arquitetura mais representativa... Palavras que são inteiramente verdadeiras, mas que, de tanto repeti-las sem explicarmos ou argumentarmos adequadamente, perderam toda a sua força para converter-se em meros estereótipos verbais em “frases feitas”, faltando um verdadeiro conteúdo (VARELA AGÜI, 1999, p.43)¹⁷.

O autor defende o estudo simbólico mais aprofundado dos castelos, rejeitando os aspectos militares que dominaram a historiografia. Estudiosos como José Maria Mínguez Fernandez (1998) e Iñaki Martín Viso (2001) recusaram a premissa de que poderes políticos e sociais se desenvolveram graças à construção de castelos, atribuindo um sentido unicamente militar em suas análises. Em parte, tal análise deriva da falta de fontes de estudo mais específicas, como relatórios, crônicas e livros que documentam atividades rotineiras em uma fortaleza.

Também a intencionalidade é um fator a ser destacado em qualquer obra. Não há dúvidas que o aspecto militar de um castelo é fundamental, mas não é único. É necessário compreender o que ele representa, qual a simbologia que suas colunas

¹⁷Do original: Cuántas veces habremos leído que el castillo es un símbolo de la Edad Media, que es su construcción más paradigmática, su arquitectura más representativa... Palabras que son del todo ciertas, pero que fuerza de tanto repetirlas de no haberlas explicado argumentado adecuadamente, han perdido toda su fuerza para convertirse en meros estereotipos verbales, en «frases hechas» carentes de verdadero contenido (AGÜI, 1999, p. 43).

sustentam. O simbolismo é definido como um modo de pensar com a consciência racional, encontrada na própria natureza do homem. Além do pensamento racional, o pensamento simbólico cria um modo de vida paralelo.

Ideias estas compartilhadas por Manuel García Pelayo. Em sua obra *Mitos simbólicos políticos* (1964), o autor aborda a capacidade humana de utilizar suas “potências da alma” (GARCÍA PELAYO, 1964, p. 163-164). Ou seja, o homem não opera somente com seu intelecto, mas também com a consciência mítica e o pensamento simbólico. Tais “potências” são um modo de pensamento comprometido, derivado de uma atitude existencial, repleta de qualidades, necessárias ao ser humano para se centrar e orientar-se no mundo.

A capacidade de criar símbolos e os atribuir a determinadas situações ou lugares é entendida como uma das “potências da alma” do homem. Ou seja, é uma das características que os separam dos outros animais: a inteligência humana. Ao observamos diferentes símbolos espalhados pelo mundo, de forma lógica e imediata, os condicionamos a determinados lugares ou pessoas. Por exemplo, ao pensarmos nas Pirâmides do Egito, logicamente imaginamos os faraós e o deserto; a grandiosa Muralha da China nos emana a visão de segurança e grandiosidade de um povo, entre tantos outros exemplos.

No caso medieval, mais especificamente no que se refere aos castelos, o tempo é um grande inimigo para o historiador. Poucos são os castelos que mantiveram suas características iniciais, e, mais ainda, os que resistiram a épocas de descuido, bombardeios provenientes de guerras e ao avanço da natureza. Dificuldades essas que expõem ainda mais a necessidade de se estudar sua simbologia e sua representação em determinada época.

Tal necessidade deve ser suprida por intermédio de fontes variadas e referências documentais. Crônicas, tratados de arquitetura, obras legislativas, ilustrações, tapeçarias, entre outras, são fundamentais ao estudo dos castelos na Idade Média. Segundo Michel Pastoureau (2017), o símbolo está presente em várias formas de expressão humana:

O símbolo é sempre proteiforme, polivalente, ambíguo. Ele não se manifesta apenas através de palavras e textos, mas também por imagens, objetos, gestos rituais, crenças, comportamentos. O símbolo

está em todos os lugares e reveste tudo com aspectos variáveis e imperceptíveis. Seu estudo é sempre difícil. (PASTOUREAU, 2017, p. 556).

A diversidade de fontes amplia as possibilidades de investigação, que permitem um aprofundamento dos estudos não apenas sobre a função militar dos castelos, mas também no campo simbólico. O símbolo não se encontra apenas em documentos escritos, mas também em imagens e retratos de uma realidade.

1.3.2. Perspectivas e limites do uso de imagens aos estudos medievais

Os estudos imagéticos dos castelos, em sua maioria, referem-se a fortalezas que não existem mais, devido a problemas de conservação, restando, em muitos casos apenas ruínas. Esses estudos consistem em analisar uma imagem (seja ela foto, pintura ou bordado) e sua relação com as narrativas históricas existentes sobre o objeto, comparando-as ou distanciando-as.

Conforme afirma Willian Reis Meirelles, a imagem possui múltiplas funções:

[...] a imagem enquanto representação do real estabelece identidade, distribui papéis e posições sociais, exprime e impõe crenças comuns, instala modelos formadores, delimita territórios, aponta para os que são amigos e os que se deve combater (MEIRELLES, 1995, p. 101).

Na Idade Média, a imagem foi largamente utilizada em retábulos e manuscritos, pois somente uma pequena parcela da população tinha acesso à leitura. A imagem assume um papel narrativo para quem souber interpretá-la de forma correta.

A autora Sandra Jatahy Pesavento (2008) também aborda o uso da imagem e sua capacidade de se tornar uma narrativa historiográfica. A imagem, segundo a autora, adquire um papel de narrativa, pois a mesma transmite ou explica algo referente a sua época, assim como atesta a presença e a passagem do homem através das épocas. As imagens carregam uma carga simbólica grande, pois são portadoras de significados para além daquilo que é mostrado (PESAVENTO, 2008, p. 99).

Peter Burke, na obra *Testemunha ocular* (2004) propõe uma nova forma de analisar a imagem: sem descartar as opiniões dos críticos e adeptos ao seu uso, uma “terceira via” é sugerida: levar em conta as nuances e ponderações de ambos os lados para que o uso de imagens seja feito da forma correta. Deste modo, “em vez de descrever imagens como confiáveis ou não confiáveis, adeptos da terceira via estão preocupados com graus, ou formas de confiabilidade para propósitos diferentes” (BURKE, 2004, p. 233). Para o autor, o historiador deixou de aceitar que a imagem possa ser uma evidência em sua pesquisa histórica, prendendo-se apenas nos textos e crônicas:

Imagens nos permitem imaginar o passado de forma mais vívida [...]. Embora os textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais nas vidas religiosa e política de culturas passadas (BURKE, 2004, p.17).

A análise de Burke levanta um ponto específico para o historiador: o significado de uma ou mais imagens estão atribuídos ao seu contexto social, considerando os aspectos gerais, culturais e políticos, assim como as circunstâncias de sua criação (quem encomendou, quem produziu, com qual objetivo). Tal ponto vai exatamente ao encontro dos estudos e análises de castelos medievais em pinturas e tapeçarias.

Um exemplo clássico de tal aplicação é a *Tapeçaria de Bayeux*, confeccionada no século XI, medindo aproximadamente 70 metros de comprimento e uma largura entre 48 e 51 centímetros, a pedido do bispo Odo de Bayeux (1030-1097). A obra contém 58 cenas, as quais narram a conquista normanda da Inglaterra por Guilherme, o Conquistador.

Devido a sua grande distância temporal, pode-se observar os costumes, vestes e até mesmo a arquitetura de castelos que já não existem nos dias atuais. Também são retratadas cenas diárias da sociedade inglesa, nas quais o ataque e defesa aos castelos podem ser destacados e analisados, como na figura abaixo:

Figura 1



Ataque do duque Willian ao castelo de Dinan. Fonte:
<http://www.bayeuxtapestry.org.uk/BayeuxContents.htm>. Acesso em: 21/12/2020.

Nessa imagem, podemos observar a utilização da cavalaria para o ataque, bem como o fogo para destruir as muralhas do castelo. Os soldados que fazem a defesa arremessam longas lanças em direção a cavalaria do alto de suas muralhas. Porém, como bem observa Burke, devemos considerar os aspectos principais da fonte: ela foi produzida a mando de um normando, para retratar a vitória normanda da Inglaterra. Logo, a intencionalidade deve ser levada em conta.

Outro exemplo pode ser visto em *Saltério de Luttrell*, um manuscrito iluminado encomendado por volta de 1320 a 1340 por Sir Geoffrey Luttrell (1276-1345). Foi produzido por artistas e escribas anônimos, e contém, além dos Salmos bíblicos, um calendário, cânticos, uma missa e uma antífona para os mortos. A seguinte cena foi extraída na fol. 75v.

Figura 2



Cena de cortejo em um castelo retratada do Saltério de Luttrell. Disponível em:

<https://i.pinimg.com/originals/20/13/a8/2013a868e5392cb26e6f6d36bdb02856.jpg>. Acesso em:

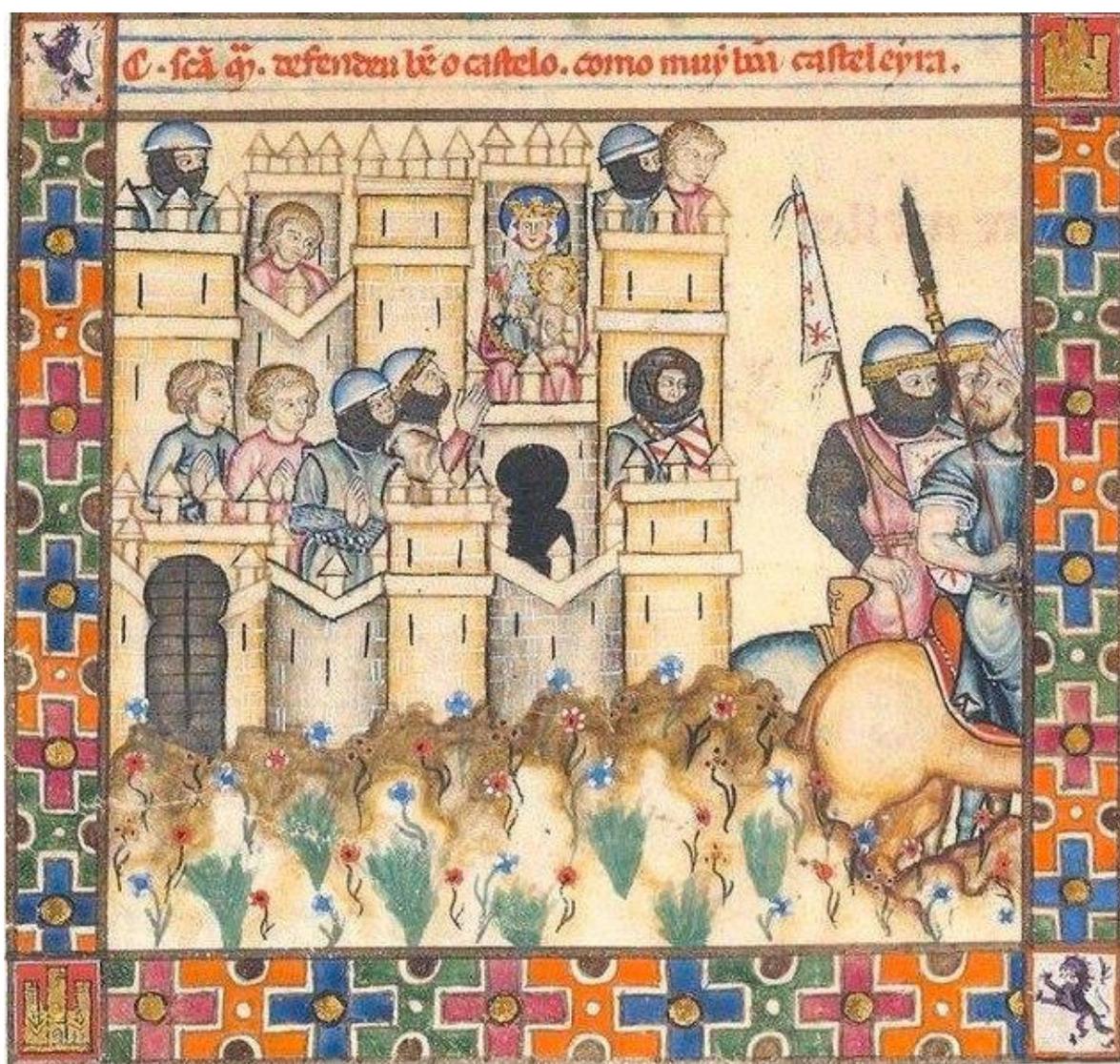
18/11/2020.

A figura não representa um castelo em específico, mas uma cena de cortejo, em que as nobres damas que se encontram no alto do castelo arremessam flores aos soldados que tentam invadi-lo. A imagem nos mostra uma das táticas utilizadas pelos invasores para superar os altos muros de um castelo: a escada. Elementos defensivos como o formato dos muros, do portão e da *torre de menagem*¹⁸ também podem ser analisados.

¹⁸ A torre de menagem, segundo António Lopez Pires Nunes (2005, p. 166-168) é a denominação atribuída a maior e principal torre de um castelo, e servia como último reduto de defesa em caso de um ataque inimigo.

No que diz respeito aos castelos hispânicos, as *Cantigas de Santa Maria* compõem uma importante fonte de informações. Tal obra foi produzida no século XIII, durante o reinado de Alfonso X, o Sábio. Possuem 427 cantigas de louvor e milagres, que relatam diversos aspectos da vida medieval, como o trabalho no campo, a vida na corte, a presença de muçulmanos na Península Ibérica, assim como batalhas sangrentas. Algumas cantigas, músicas e partituras são ilustradas na forma de iluminuras.

Figura 3



O cerco ao castelo de Chincoya. Disponível em: <https://www.alamy.com/cantigas-de-santa-maria-187b-5-siege-of-chincoya-castle-image228818733.html>. Acesso em: 18/12/2020.

Na imagem, observamos habitantes e soldados do castelo de Chincoya, localizado na Província de Jaén (sua existência é comprovada apenas através de

fontes escritas) dando graças à Virgem Maria após um ataque frustrado dos inimigos árabes (facilmente identificados devido as suas vestes). Na imagem, além de características da arquitetura militar, pode ser observado a devoção ao catolicismo, que foi fundamental durante o processo de Reconquista da Península Ibérica.

Porém, o estudo de imagens deve considerar um fator primordial: sua originalidade. Carlo Ginzburg em *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* (1989) demonstra um método epistemológico para se trabalhar com imagens: o paradigma indiciário. Esse paradigma foi inspirado no escritor Giovanni Morelli, que consistia em realizar uma análise detalhada sobre uma pintura, ou uma obra de arte, apegando-se a detalhes mínimos, como o formato das unhas, orelhas etc. Detalhes esses que são facilmente falsificáveis, porém, possuem grande presença nas obras originais (GINZBURG, 1989, p. 144).

O historiador deve se atentar ao fato da veracidade da imagem que está trabalhando. Também ao fator intencional, pois como apresentado por Burke, a produção de uma imagem está atrelada ao seu contexto social. Em nosso caso específico, os castelos representados em pinturas ou tapeçarias devem ser analisados de acordo com a origem da fonte mencionada (como no caso da Tapeçaria de Bayeux, na qual os normandos vitoriosos produziram tal peça para enaltecerem seus feitos).

Fotografias também podem ser utilizadas para análises mais exatas. Certamente nem todos os castelos medievais sobreviveram ao passar dos séculos, e em muitos casos, sua construção foi modificada por diversas vezes, restando pouco do que foi originalmente. Jacques Le Goff em sua obra *Heróis e Maravilhas da Idade Média* (2013), ao discutir o simbolismo do castelo medieval, utiliza um exemplo que conta com registros fotográficos atuais:

Seja em seu tempo, seja no imaginário moderno e contemporâneo, certos castelos medievais adquiriram uma personalidade impressionante. Não contando com a espiritualidade da catedral, o castelo medieval proclama o seu poder simbólico e impõe-se como imagem inconsciente da força e do poder. O conflito que começou no século XII entre a França e a Inglaterra, um dos primeiros grandes embates entre nações cristãs, presenciou, por exemplo, a construção da fortaleza de Château-Gaillard, edificada no final do século XIII pelo rei da Inglaterra Ricardo, Coração de Leão, no centro do espaço francês disputado pelos ingleses. Sua posição em uma ilha do Rio

Sena ilustra esse aspecto ambiental e espetacular do castelo medieval (LE GOFF, 2013, p. 30).

O Château-Gaillard citado por Le Goff ainda mantém suas muralhas em pé, depois de mais de sete séculos. Mesmo não conservando muito de suas características iniciais, ainda hoje é possível observar o aspecto ambiental e espetacular citado pelo autor.

Figura 4



Château-Gaillard, por Sylvain Verlain. Disponível em:
<https://in.pinterest.com/pin/7388786867843595/>. Acesso em: 16/02/2021.

O retrato do castelo nos mostra sua imponente presença no topo de uma colina, às margens do rio Sena. Suas grossas muralhas e sua destacada torre de *menagem* demonstram uma figura assombrosa para seus inimigos e intimidadora para os servos

que viviam à sua sombra. Qualquer nobre, guerreiro ou camponês que avistasse o castelo saberia que ali vivia alguém de extrema importância.

Novamente salientamos que nem todos os castelos medievais possuíam tais características, em questão de tamanho. Utilizamos o exemplo do castelo francês pois acreditamos que ele é aquele que personifica toda a simbologia que estamos abordando no presente capítulo.

As imagens dos castelos na Idade Média simbolizam aspectos do contexto social: o feudalismo, o poder do rei e da nobreza, o dia a dia do campesinato, a patrulha de guerreiros, os afazeres diários do senhor e seus lacaios, as reuniões, os conselhos, as celebrações religiosas, tarefas que moviam a sociedade como um todo. Segundo Le Goff (2013):

O castelo medieval está estreitamente ligado ao feudalismo, e a imagem recorrente que o imaginário europeu constrói dele confirma que a época e o sistema feudal, desde o século X até a Revolução Francesa, formaram uma camada fundamental das realidades materiais, sociais e simbólicas da Europa (LE GOFF, 2013, p. 30).

Como afirma o autor, o castelo está diretamente ligado a questão do feudalismo e suas relações entre camponeses e senhores de terra. A posse de uma fortificação funcionava para ambas as partes: o camponês recorria à segurança de suas muralhas em caso de algum ataque inimigo, enquanto o senhor o utilizava como centro de comando, demonstrando suas riquezas e seu poder.

1.3.3. O *status quo*: poder e riqueza

Na Idade Média, o castelo simbolizava o poder. Para Justin McGrail, ele expressa e justifica a distinção social entre a nobreza e os demais membros da sociedade, pois reveste-se de um caráter militar (McGRAIL, 1995, p. 7) de ameaça e proteção. Essa manifestação se evidencia, principalmente, em seu tamanho e imponência. Sua presença era sentida mesmo à longa distância através da silhueta no horizonte. A estrutura interna, as divisões, as paredes espessas são aspectos que transmitiam a mensagem de poder.

Edson Cruxen define a simbologia do castelo medieval:

Na medida em que é o símbolo mais emblemático do poder feudal, a fortaleza se acha junto a uma população cuja tranquilidade assegura, mas que também condiciona. Sua presença está ligada a um grupo minoritário, mas dominante no seio da sociedade, ele é a expressão plástica, arquitetônica, de um poder de caráter privilegiado, hierárquico, portanto, exercerá na percepção da coletividade, uma imagem simbólica ameaçadora, coercitiva, seja do poder senhorial, nobiliárquico ou régio. A arquitetura castral está consagrada a fins persuasivos (CRUXEN, 2011, p. 6).

O ponto de vista apresentado por Edson Cruxen revela uma questão social importante: o castelo aparece como marco divisor entre a nobreza e a plebe. Como observaremos mais adiante, no século XIII, a nobreza castelhano-leonesa soube aproveitar o estado de guerra constante para impor o seu poder até mesmo ao monarca, pois colaborava em troca de privilégios, como por exemplo, a concessão de castelos e o direito de explorar as cercanias.

Jean-Marie Pesez (2017) define de forma objetiva a personificação de poder simbolizada no castelo:

[...] o castelo tem, além disso, o papel de um signo: ele deve materializar, tornar sensíveis, o lugar e a categoria ocupados por quem o habita e que é seu senhor. Esse papel é materializado por suas dimensões, mas também por sua situação geralmente elevada, dominante, e pela demonstração de poder contida nas fortificações, torres, portas e ameias (PESEZ, 2017, p. 173).

Tal materialização do poder se faz presente na arquitetura do castelo: muralhas altas, torres de *menagem* imponentes, pesados portões, entre outras estruturas criadas não somente para dificultar o avanço inimigo, mas também para o intimidar. Tal processo não se restringia apenas ao adversário: se tornava um símbolo de poder e controle para todos aqueles que habitavam seus domínios. Quanto mais imponente o castelo, maior seu impacto simbólico. Razão para entendê-lo como uma manifestação de poder, como ponto estratégico nos enfrentamentos entre cristãos e muçulmanos, especialmente no reinado de Fernando III, dado o ímpeto de reconquista empreendido pelo monarca.

Tamanho simbolismo é destacado por Jacques Le Goff (2013), que comenta a importância do castelo medieval para os nobres da Península Ibérica:

Assim, a Espanha transformou-se em uma região exuberante em castelos, já que os soberanos cristãos da Reconquista prometiam os castelos já existentes ou a futura construção de castelos aos guerreiros que os acompanhassem na conquista dessas regiões e castelos. Foi então que nasceu a expressão “castelos em Espanha” (que significa “sonhos ou projetos irreais”), inserindo o castelo ainda mais no sonho da Europa cristã (LE GOFF, 2013, p. 30)

Motivados pelo ganho das colossais construções, vários nobres e guerreiros se juntaram a Fernando III em sua guerra contra os mouros. Como veremos adiante, nem todos os nobres da corte de Castela estavam de acordo com o pensamento do monarca, arcando com as consequências de suas escolhas. Certamente, a expressão “castelos em Espanha” cunhada por Le Goff pode ser perfeitamente aplicada nesses casos particulares.

1.4. Os primeiros castelos

No presente item, discutiremos a historiografia a respeito da origem dos primeiros castelos nas regiões da Península Ibérica e Inglaterra. A primeira foi o local de nascimento e vida de Fernando III, a segunda serviu de inspiração para muitos estudiosos aqui abordados. Salientamos que apesar de não serem abordadas, outras regiões como França e Itália são importantes para compreender o surgimento dos primeiros castelos.

É difícil afirmar com exatidão as origens dos primeiros castelos no Ocidente. Observamos traços distintos na historiografia espanhola e inglesa ao tratar do assunto. Porém, antes de prosseguirmos, alguns questionamentos se fazem necessários para uma melhor compreensão do tema: por que surgem os castelos? Sua edificação surgiu de repente, para atender uma necessidade militar imediata ou o real motivo vai além disso? O que levou o homem medieval a dedicar décadas à construção de fortalezas de grandes proporções?

Mário Jorge Barroca (2003) responde de forma categórica:

Porque surgem os castelos? Por duas questões fundamentais. Por um lado, para responder aos múltiplos problemas de insegurança que se detectam – as incursões muçulmanas, os conflitos internos da sociedade cristã e as ameaças setentrionais (as incursões vikings ou normandas que, com alguma regularidade, fustigavam as costas da Península até a primeira metade do século XI). É nesse sentido que assistimos a comunidades de um ou vários vales que se unem para, comunitariamente, erguerem um pequeno reduto defensivo e que, depois, continuam organizadas comunitariamente para assegurar a vigilância. Mas, por outro lado, é claro que os castelos também surgem para controlar espaços e populações, ou seja, para exercício de poder (BARROCA, 2003, p. 176-177).

A primeira questão levantada pelo autor reflete o caráter militar das fortificações. Mas, não descarta o surgimento do castelo também como expressão de poder da nobreza medieval. O teor violento da vida aristocrática e seu impacto na construção de castelos apontada em primeiro plano por Mario Jorge Barroca, é compartilhado por Maurice Keen:

Mais do que nunca, a sociedade aristocrática ocidental tornou-se uma sociedade agressiva, onde cavaleiros e seus companheiros, arqueiros e besteiros expandiram as fronteiras de seu domínio; para o leste contra os eslavos e para Jerusalém, para o sul em direção à Grécia e para a área muçulmana do sul da Itália e Espanha, para o norte e oeste na Inglaterra, país de Gales e Irlanda, construindo castelos onde quer que fossem (KEEN, 2010, p. 87-88)¹⁹.

Observados os motivos que levaram à construção de castelos, agora abordaremos suas origens, inicialmente, na Península Ibérica. Para Mário Jorge Barroca (2003), os primeiros castelos foram documentados no local a partir de meados do século IX (BARROCA, 2003, p. 176). Mais especificamente, no ano de 868, com Afonso III, ocorreram as primeiras reconquistas, nas Astúrias.

Mas há registros de castelos e fortalezas erguidos pelos muçulmanos. O exemplo é o castelo de Gormaz, pertencente à província de *Soria* que foi erguido pelos muçulmanos no século IX, sob o Califado de Córdoba. Fortaleza de proporções destacadas, suas grandes muralhas e torres ainda podem ser vistas atualmente.

¹⁹Do original: Más que nunca antes, la sociedad aristocrática occidental se convirtió en una sociedad agresiva donde los caballeros y sus acompañantes, arqueros y ballesteros, ampliaron las fronteras de sus dominios; al este contra los eslavos y hacia Jerusalén, al sur hacia Grecia y hacia el área musulmana del sur de Italia y de España, al norte y oeste en Inglaterra, Gales, e Irlanda, construyendo castillos allá donde fueron (KEEN, 2010, p. 87-88).

Originalmente construído para manter o controle sobre rotas comerciais, principalmente do rio Douro, o castelo pertenceu a árabes e cristãos, até sua tomada definitiva em 1060 por Fernando I, de Leão (CRUZ, 2018).

As fortificações árabes apresentavam qualidades militares importantes em tempos de conflito constante: segurança, imponência, poder. Observamos a dificuldade de tomada de Gormaz, graças a sua posição geográfica estratégica e suas altas muralhas, o que oferecia uma vantagem significativa para quem o defendia. Porém, um fator importante fez com que as fortalezas muçulmanas não obtivessem êxito militar como as erguidas pelos cristãos: seu significado.

Segundo Luis Díez Del Corral (1952):

Os castelos califais são instrumentos de dominação de um poder central que estende seu império sobre uma terra insegura: são o contrário das fortalezas feudais; não servem para a libertação, senão para a submissão; não dividem o solo, senão o unificam; não nascem da terra, senão que se apropriam; não defendem a extensão e o privilégio, senão a uniformidade. Por isso, de um lado, se parecem como antigos e imperiais para nós, e, por outro lado, como antecipadores do estilo político militar moderno; quer dizer, estatal; o que não são medievais em rigores dos termos. O mundo muçulmano não percorreu o caminho intrincado e preguiçoso do medievalismo ocidental (DÍEZ DEL CORRAL, 1952, p. 36).²⁰

As fortificações árabes não obtiveram o mesmo êxito na defesa de seus territórios (comparadas às fortificações cristãs) pelo seu caráter isolado. Enquanto o segundo grupo criou redes de abastecimento e logística entre seus castelos e os tratava de forma individual (cada castelo era mantido de acordo com a vontade de seu senhor feudal), o primeiro grupo os tratava como um instrumento de uniformidade de seu poder, os deixando isolados das grandes cidades. Tal fator contribuía para o atraso das tropas aliadas, em caso de um cerco.

²⁰Do original: Los castillos califales son instrumentos de dominación de un poder central que extiende su imperio sobre una tierra insegura: son lo contrario de las fortalezas feudales: no sirven para la libertad, sino para la sumisión; no parcelan el suelo, sino que lo unifican; no brotan de la tierra, sino que se la apropian; no defienden la exención y el privilegio, sino la uniformidad. Por eso, de un lado. se nos aparecen como antiguos, imperiales, y de otro lado, como anticipadores del estilo político militar moderno; es decir, estatales; lo que no son es medievales en el rigor de los términos. El mundo musulmán no ha atravesado la senda intrincada, perezosa, del medievalismo occidental. (DEL CORRAL, 1952, P 36).

Tais afirmações demonstram uma troca de informações existente entre povos considerados inimigos, assim como o poder de absorção e adaptação de novas culturas e costumes. Tal absorção também é notada ao estudarmos os castelos originalmente árabes que continuaram sendo utilizados pelos cristãos. Não somente os castelos, mas diversas obras arquitetônicas e militares merecem destaque.

De acordo com o próprio Luis Díez del Corral (1952):

A mesquita de Córdoba, o palácio de Madinat az-Zahra e a fortaleza de Gormaz são os três feitos arquitetônicos que marcam a diferença de nível entre o mundo do ocidente cristão e o hispânico muçulmano; não existe nada na Europa do século X que de longe poderia ser comparado a Gormaz (DÍEZ DEL CORRAL, 1952, p. 35).²¹

Conforme discutimos acima, Mario Jorge Barroca, ao tratar do surgimento dos castelos na Península Ibérica, afirma que a primeira menção ao termo se deu no século IX, no reinado de Afonso III, de Astúrias. Jacques Le Goff (2013) também atribuiu os primeiros castelos na Península Ibérica como resultado do encontro entre cristãos e muçulmanos. Segundo o autor, “em contato com o islã ibérico, contam-se a partir do século X dezenas de castelos na Catalunha, e a Castela deve-lhes o seu nome” (LE GOFF, 2013, p. 30).

Entretanto, a leitura da *Historia de los hechos de España*, de Rodrigo Jiménez de Rada (1170-1247), indica uma origem ainda anterior. Nessa fonte, o termo “castelo” surge no relato acerca de um nobre possuidor de muitas posses, o conde Julián, como já observado no item 2.2 da presente dissertação.

O castelo de Consuegra, pertencente ao conde Julián, é de origem visigoda. Ainda segundo a *Historia de los hechos*, foi o mesmo Julián que traiu os cristãos, auxiliando os árabes nas primeiras invasões no ano de 711 (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 145). Logo, o primeiro castelo citado na presente crônica é anterior aos povos muçulmanos, pertencente aos visigodos que ali habitavam.

²¹ Do original: La mezquita de Córdoba, el palacio de Madinat az-Zahra y la fortaleza de Gormaz son tres hitos arquitectónicos que marcan la diferencia de nivel entre el mundo del Occidente cristiano y el hispano-musulmán; nada hay, ni hubo en la Europa del siglo x que de lejos pudiera compararse a Gormaz (DEL CORRAL, 1952, p. 35).

A leitura das fontes aqui citadas indica a origem dos castelos na Península Ibérica a partir do século VIII, através dos povos visigodos. Após a invasão árabe, castelos foram erguidos para a manutenção da defesa do território conquistado, sendo posteriormente conquistados e utilizados pelos cristãos.

Concepción López González em sua obra *Del castillo medieval al palacio-fortaleza* (2015) cita inúmeras fortalezas originalmente construídas por árabes, após a invasão de 711, que acabaram se tornando cristãs (Beselga, Marinyén, Cofrenes, Chirel, entre tantos outros exemplos).

Na Inglaterra, a discussão acerca das origens dos castelos afirma-se a partir dos estudos do historiador George Thomas no século XIX. Em *Medieval Military Architecture in England* (1884), Thomas defendeu que os primeiros castelos *motte-and-bailey* eram atribuídos aos anglo-saxões que já habitavam a ilha inglesa, além de serem fortalezas “comunais”, ou seja, abrigavam toda a população em seu redor em caso de ataque.

Compondo uma das primeiras e principais questionadoras da teoria de George Thomas, Ella Armitage, em 1912, em seu livro *The Early Norman Castles of the British Isles*, defende que o uso do termo “castelo” deve ser empregado para definir construções fortificadas estilo *motte-and-bailey* (terra e madeira, materiais presentes na construção dos primeiros castelos), associadas exclusivamente aos normandos (ARMITAGE, 1912, p. 26), se referindo à invasão normanda comandada por Guilherme, o Conquistador, em 1066.

Ella Armitage também defendeu que as primeiras fortalezas possuíam caráter privado, assim como origem normanda, contraponto a tese das fortalezas de uso coletivo proposta por George Thomas. A autora inspiraria toda uma geração de historiadores e arqueólogos. Os trabalhos posteriores atribuíram a definição de um castelo levando em conta a época em que o mesmo foi erguido, por quais motivos e quais foram seus principais aspectos arquitetônicos particulares. Bryan Hugh St. John O'Neill, arqueólogo especializado em fortificações inglesas, afirma que “agora está claro que o termo “castelo” não deve ser aplicado adequadamente a qualquer estrutura nas Ilhas Britânicas, seja de terra ou pedra, erguido antes da Conquista” (O'NEIL, 1966, p. 1-2), opinião que vai de encontro com a análise proposta por Armitage.

Seguindo a mesma linha, Reginald Allen Brown e sua obra *English Castles* (obra originalmente publicada em 1954) foca seus estudos a partir das fortificações normandas de madeira e terra, excluindo o uso da palavra “castelo” para construções anteriores a data já citada. Os castelos posteriores, erguidos em pedra ou alvenaria, constituíam uma variação entre a nova tecnologia disponível e necessidade defensiva. Mas tal inovação foi trazida com a invasão de Guilherme, em 1066.

Tal abordagem engloba a construção apresentada pelos invasores normandos como algo inédito em toda a Inglaterra e ilhas vizinhas, classificando como fortes ou fortalezas todas as edificações existentes que possam combinar os principais fatores de um castelo.

Justin McGrail (1995) em sua tese intitulada *The Language of Authority: The Expression of Status in the Scottish Medieval Castle* de 1995 igualmente defende que o castelo “apareceu” na Escócia no século XI (MCGRAIL, 1995, p. 1) e que sua edificação está conectada aos “novos homens anglo normandos, que vieram à Escócia como amigos e apoiadores dos reis escoceses entre os séculos onze e catorze”²² (MCGRAIL, 1995, p. 1).

Recentemente, Conrad Cairns (2010) argumenta que não se deve falar sobre castelos durante a Alta Idade Média. O autor concorda com a tese de que foi Guilherme quem ergueu os primeiros castelos na Inglaterra, em 1066. O duque, ao chegar em solo inglês, rapidamente ergueu um castelo para proteger sua frota em solo inimigo, graças as peças pré-fabricadas e cortadas ainda em sua terra natal. Do mesmo modo que Justin McGrail, conclui que “ao invadir a Irlanda, em 1169, os normandos se apressaram a construir castelos em todas as regiões que ocuparam”²³ (CAIRNS, 2010, p. 7).

²²Do original: ...the Anglo-Norman “new man” who came to Scotland as friends and supporters of Scottish kings between the eleventh and fourteenth centuries (MCGRAIL, 1995, p. 1).

²³Do original: ...tras invadir Irlanda, en el 1169, los normandos se apresuraron a construir castillos en todas las regiones que ocuparon (CAIRNS, 2010, p.7).

Figura 5



Construção de um castelo pelo exército de Guilherme em Hastings, logo após sua chegada em solo inglês. Fonte: <http://www.bayeuxtapestry.org.uk/BayeuxContents.htm>. Acesso em: 15/12/2020.

A leitura da historiografia indica que no caso inglês que o que define, de fato, um castelo é sua época de construção. Qualquer construção erguida em solo inglês após a chegada de Guilherme, o Conquistador, em 1066, é denominada “castelo”. Já existiam fortificações anteriores a tal período, porém, não com as características principais que a nomenclatura invoca. Tais fortificações eram denominadas *buhrs*.

Essa tipologia analítica acaba por excluir grande parte da historiografia existente referente a construções posteriores ao período citado, como Pevensey, Colchester e a Torre de Londres, identificados por Abigail Wheatley como construções primitivas a grande conquista romana (WHEATLEY, 2001, p. 18), período posterior ao de Guilherme.

A construção dos primeiros castelos também significou a criação de grandes cidades, que se desenvolveram a partir da fortificação. Locais como Newcastle (Inglaterra), Castela (Espanha) e Carcassonne (França) podem ser utilizados como exemplos de grandes cidades criadas a partir de um ou de vários castelos. O desenvolvimento é atribuído principalmente a questão de segurança dessas terras, fazendo com que o comércio se desenvolvesse mais rápido, em comparação a terras desprotegidas.

Portanto, concluímos que a origem dos castelos pode variar de acordo com a região a ser estudada. Para os autores ingleses citados, o castelo surgiu a partir de

1066, em uma inovação trazida pelos conquistadores normandos. Já no que diz respeito à Península Ibérica, de acordo com a fonte abordada, o primeiro registro de um castelo remete a uma construção visigoda, no ano de 711, período posterior a grande invasão árabe.

Procuramos debater no presente capítulo o que é um castelo: sua presença nas principais obras historiográficas, seu conceito, definição, simbologia e origem. Verificamos que o castelo, considerado por muitos como símbolo da Idade Média, variou sua origem conforme o contexto histórico da região a ser analisada, bem como o que o define como palavra.

Um castelo é uma construção que combina dois elementos principais: moradia e defesa. Observamos sua origem demandada de uma necessidade militar; porém, sua simbologia e significados transpassaram o campo militar, fazendo do castelo um símbolo de nobreza. A materialização do poder de seu proprietário, o centro de controle de uma região e o ponto de referência do nascimento de algumas cidades; essas foram algumas das características citadas no presente capítulo.

Ainda retomando sobre suas origens, a conquista da Península Ibérica pelos árabes a partir de 711 é a data inicial onde verificamos a existência dos primeiros castelos em tal região. Uma vez dominados, os povos católicos se reorganizaram e iniciaram o processo de reconquista do território, processo que duraria quase oito séculos. Entre as principais batalhas registradas, o castelo quase sempre esteve presente.

Adiante, iremos abordar sobre os feitos militares daquele que foi o rei cristão que mais obteve territórios em todo o processo de Reconquista: Fernando III. Hábil negociador e um guerreiro valioso, o monarca soube lidar com os diversos castelos inimigos durante sua vida de batalhas em nome de Deus, contribuindo muito para a expulsão dos árabes da Península Ibérica.

CAPÍTULO II

O MONARCA: FERNANDO III E A EXPANSÃO TERRITORIAL DA COROA DE CASTELA E LEÃO

No primeiro capítulo abordamos o conceito de castelo e suas origens, assim como o uso do termo na historiografia recente. Tal análise é fundamental para compreendermos a função do castelo como ponto estratégico nas campanhas militares no campo de batalha. A capitulação de castelos e fortalezas, por vezes, garantiram o sucesso militar durante o processo de Reconquista da Península Ibérica, particularmente, durante o reinado de Fernando III (1217-1252).

Todavia, antes de adentrarmos na discussão da função dos castelos no movimento de expansão territorial empreendido por Fernando III, torna-se necessário a compreensão do contexto de seu reinado, seus feitos militares e, sobretudo, sua relação com a nobreza castelhana-leonesa que participou efetivamente das campanhas militares do monarca.

Fernando III é um dos monarcas hispânicos mais bem estudados²⁴. A vasta coleção de fontes e crônicas medievais²⁵ que abordam a vida e os feitos do monarca canonizado em 1671, viabilizou uma análise mais profunda sobre seu reinado e suas conquistas militares. Para compreender a relação entre o monarca e a tomada de castelos inimigos, interessa-nos investigar os laços entre o rei e a nobreza castelhana-leonesa, visto que tal grupo de notáveis detinham grande parte dos recursos financeiros necessários para realizar campanhas militares.

²⁴ Indicamos, para maior compreensão sobre o assunto, as obras de GONZÁLEZ-CASANOVAS, R. **Fernando III como rey cruzado en la Estoria de Espanna de Alfonso X: la historiografía como mitografía en torno a la reconquista castellana**, Birmingham: Centro Virtual Cervantes, 1995, RODRÍGUEZ GARCIA, J.M. **Fernando III y sus campañas en el contexto cruzado europeo, 1217-1252**, Salamanca, 1994, e RODRÍGUEZ, J.C. **Fernando III a través de las crónicas medievales**, Zamora, 2001 e MARTÍNEZ LLORENTE, Félix (org). *memoria de un rey, memoria de un reinado - Fernando III, rey de Castilla y León (1217-1252)*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2019.

²⁵ As crônicas medievais fornecem um grande volume de dados sobre a vida de Fernando III. Algumas foram produzidas contemporaneamente ao reinado do monarca, outras após tal período. Devido a seus autores serem em grande parte castelhanos, deve-se levar em conta a intencionalidade presente em tais obras, por vezes tendenciosas. As principais crônicas utilizadas aqui foram a *Primera Crónica General de España que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289*; *Historia de los Hechos de España* e a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*.

Em suas campanhas, destacaremos as principais conquistas, como a da cidade Córdoba, em 1236; de Jaén, em 1246 e Sevilha, em 1248, não perdendo de vista o foco no domínio dos pontos fortes: castelos e fortalezas.

A compreensão do processo de Reconquista da Península Ibérica também se mostra fundamental para observarmos a necessidade militar demandada por Fernando III. A análise do contexto político de Castela e Leão, a relação entre o monarca e os muçulmanos, bem como as táticas e métodos de conquista de castelos e fortalezas são alguns dos tópicos que abordaremos no presente capítulo.

2.1. A Ascensão de Fernando III e a unificação dos reinos de Castela e Leão

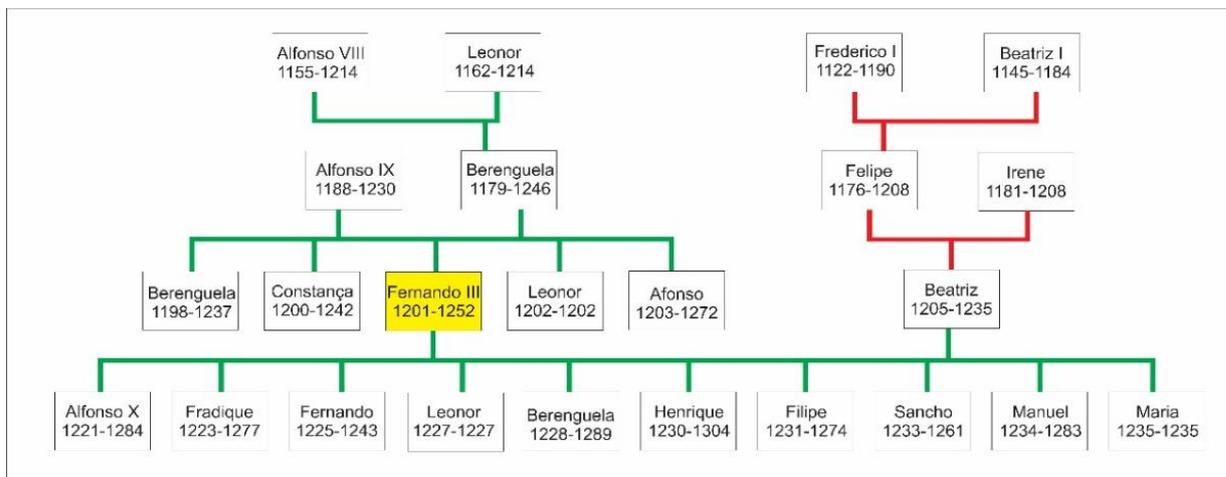
Fernando III, filho de Afonso IX de Leão²⁶ e Berenguela de Castela²⁷, nasceu em agosto de 1201, na cidade de Zamora. Após unir definitivamente os reinos de Castela e Leão no ano de 1230, consolidou-se na Península Ibérica como um dos reis cristãos que mais avançaram no processo da Reconquista. Foi casado com Beatriz da Suábia, com quem teve dez filhos, entre eles seu sucessor, Alfonso X, que viria a ser conhecido como o Rei Sábio.

Abaixo elaboramos, de forma resumida, uma árvore genealógica do monarca:

²⁶ Figura controversa no processo de Reconquista, Alfonso IX foi rei de Leão entre 1188 e 1230. Segundo Luis Valero de Bernabé (2004), a historiografia o define como um rei infeliz, insignificante e criminoso. Infeliz por seus casamentos desafortunados, insignificante pelo fato de se aliar a muçulmanos para combater cristãos e criminoso por se omitir na luta de Las Navas de Tolosa, utilizando a situação para atacar Castela.

²⁷ Por outro lado, Berenguela (ou Benengária) é narrada como uma mulher excepcional nas crônicas medievais aqui abordadas. Prudente, inteligente, astuta e influente, podemos atribuir grande parte do sucesso de seu filho, Fernando III, devido às suas manobras políticas: inicialmente, abdica do direito ao trono para que seu filho o assumia; posteriormente, o auxilia para acalmar a nobreza inflamada de seu reino. Foi responsável por negociar o acordo que tornou seu filho rei de Castela e Leão em 1230.

Quadro 1



Árvore genealógica de Fernando III.

Seu início de reinado foi conturbado, devido a anulação do casamento de seus pais pela Igreja, em razão dos laços de parentesco. Paralelamente a tal fato, os atritos gerados entre a coroa e a nobreza de Castela e Leão também representaram dificuldades para o monarca.

Após a morte de Alfonso VIII, em 1212, avô de Fernando III, que venceu a conhecida batalha de Las Navas de Tolosa²⁸, quem deveria herdar o trono era Enrique I. Porém, como o infante tinha menos de doze anos e sua mãe se encontrava enferma (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 63), sua guarda foi confiada à sua irmã mais velha, Berenguela. Tal feito levantou a ira de um grupo específico de nobres, que desejava separar o rei de sua irmã, com o objetivo de enfraquecer o poder real e fortalecer seus próprios interesses. Entre os nobres que mais apoiaram o jovem Enrique I, estava a família Lara, que por sua influência, acabam por elegeram Álvaro Núñez de Lara como tutor do jovem rei.

Todavia, durante a tutoria, esse nobre entrou em atritos com outros notáveis de Castela. A nobreza dividiu-se em dois grandes blocos: os Lara, que apoiavam o rei

²⁸ Batalha vastamente documentada na época, é considerada como o divisor de águas no processo de Reconquista da Península Ibérica. As tropas lideradas por Afonso VIII de Castela que contavam com o apoio do rei Sancho VII, de Navarra; Pedro II, de Aragão; Afonso II, de Portugal; de soldados leoneses, franceses e portugueses; assim como as ordens militares de Santiago, Templários e Calatrava, enfrentaram o exército almôada, em 16 de julho de 1212, nas proximidades de Las Navas de Tolosa. Derrotados, o exército muçulmano teve grande contingente massacrado durante a fuga, em uma estratégia orquestrada pelos líderes cristãos, visando enfraquecer seu inimigo e evitar novas revoltas. A vitória de Afonso VIII abriria as portas de *al-Aldaluz* para todo o reino cristão, especialmente para Fernando III (MONTEIRO; MARTINS; AGOSTINHO, 2015, p. 171).

(tutelado por dom Álvaro Nuñez), e os Castro e os Haro, que permaneceram fiéis à rainha Berenguela²⁹. Iniciava-se assim uma série de conflitos internos entre as facções da nobreza castelhana.

As disputas foram constantes até a morte de Enrique I, em 1217³⁰. Após o acontecimento, a rainha Berenguela, antes mesmo que a notícia se espalhasse, envia os nobres Lope Díaz e Gonzalo Ruiz para a cidade de Toro, com o objetivo de buscar o jovem Fernando, que, até então, vivia com seu pai, Alfonso IX de Leão (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 336). Trazido o jovem para perto de sua mãe, a rainha reúne seus nobres de confiança e com membros do clero e da sociedade, renuncia ao trono em nome de seu filho (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 714). Assim, Fernando III assume a coroa de Castela, aos 16 anos, em meio a uma crise interna entre a nobreza castelhana.

Tal fato acabou por gerar um descontentamento entre os Lara. O apoio de Fernando III estava atrelado ao poder eclesiástico, principalmente aos bispos de Burgos e Palência, que também mantinham laços estreitos com a rainha Berenguela (REIS, 2007, p. 29). A nobreza contrária ao novo rei alinha seus interesses juntamente com outro inimigo: o pai de Fernando III, Alfonso IX.

Ao saber da coroação do filho, o rei de Leão, Alfonso IX, decide atacar Castela, motivado pelos conselhos do conde Álvaro Núñez de Lara (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 337). Além do mais, segundo Jaime Estevão dos Reis:

Os conflitos com Alfonso IX, rei de Leão, derivam do interesse do monarca leonês em assumir o trono de Castela. Alfonso IX baseava seus argumentos em um acordo estabelecido em 1158 entre Sacho III, de Castela (1157-1158) e Fernando III, de Leão (1157-1188), que estabelecia que se algum deles morresse sem ter filhos varões, eles próprios se tornariam herdeiros um do outro (REIS, 2007, p. 30).

²⁹ A divisão é retratada com dor e sofrimento na *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999), pois após uma onda de ataques entre os dois lados, com destruição de campos e vidas humanas, a situação do reino de Castela se deteriorava dia após dia, pois todos não procuravam o governo do reino, mas sim sua destruição (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 64).

³⁰ As crônicas medievais abordam a morte de Henrique I de diferentes formas: *A Crónica Latina de Los Reyes de Castilla* (1999) afirma que o jovem rei foi morto enquanto brincava com amigos, devido a uma pedra atirada em sua cabeça (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 66). *A Historia de los Hechos de la España* (1989) narra que foi uma telha, arremessada do alto de uma torre, que ocasionou o ferimento fatal (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 335), fato semelhante ao descrito na *Primera Crónica Geral* (1955), no qual uma donzela, ao subir na torre, por desventura, acaba por derrubar uma telha na cabeça do jovem rei (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, p. 712).

Após uma série de incursões sobre o território castelhano, o rei leonês chega até Arcos, planejando tomar a cidade de Burgos. Ao descobrir que em tal cidade estava Lope Díaz e vários nobres castelhanos dispostos a dar sua vida pelo novo rei, Alfonso IX desiste do cerco e retorna para Leão por outro caminho (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 69), frustrando os planos dos Lara de destronar o jovem rei. A nobreza aliada da coroa de Castela se mostrara fundamental para que Fernando III permanecesse no trono.

O monarca consegue contornar os problemas relativos a seu pai, Alfonso IX, através de um acordo firmado em 1218, em que o rei aceita quitar todas as dívidas pendentes com o reino vizinho, em troca de uma trégua (RIBEIRO, 2017, p. 56). Satisfeito, Alfonso IX concorda com o trato, novamente causando frustração aos Lara.

Segundo narra a *Historia de los Hechos de España*, o conde Álvaro de Lara acaba por ser capturado por Fernando III e seus nobres em um golpe de sorte, enquanto cavalgavam em direção a Valência e cruzam com seu inimigo, acampado em uma pequena vila, onde realizam a “fácil captura do inimigo do reino” (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 339).

O conde, após passar meses feito prisioneiro, é solto, mas não antes de transferir a posse da maioria de seus castelos e fortalezas³¹ à coroa de Castela, e firmar um acordo com Fernando III. Após tal feito, a paz voltaria a prosperar por todo o reino, fortalecendo a coroa de Fernando III (MOXÓ, 1965, p. 36).

Como afirma a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999):

Assim, pela misericórdia de tal feito, em menos de seis meses, a perturbação do reino de Castela, que por alguns era esperada para sempre, se dissipou, e o rei com sua mãe passou a exercer seus deveres reais em todas as partes do reino (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 71)³².

³¹ Segundo a *Primera Crónica Geral* (1955, p. 716), os castelos foram: Cannet, Alarcon, Amaya, Tariago, Cesareo, Villafranca de Montes dOca, Torre de Bilforado, Nagera e Nayara.

³² No original: “Así, por la misericórdia que esto hizo, en menos de seis meses, la turbación del reino de Castilla, que por algunos se esperaba para siempre, se disipó, y el rey con su madre empezó a ejercer sus deberes reales en todas las partes del reino (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 71)”.

Observamos que Fernando III foi obrigado a lidar inicialmente com um inimigo interno: sua própria nobreza. Fragmentados devido a divergências sobre objetivos, os nobres se mostraram desafiadores desde os primeiros dias de seu reinado. Porém, também se mostraram um aliado poderoso. Acalmados os ânimos, o rei enfim pôde desfrutar da paz em seu reino. Ainda que essa paz fosse interna.

Apaziguados os conflitos, o monarca inicia as campanhas de reconquista dos territórios perdidos. A partir de 1224, Fernando III iniciou os ataques a regiões fronteiriças de Castela, objetivando a conquista dos territórios e a expulsão dos muçulmanos cada vez mais ao sul da Península Ibérica. O monarca não obteve significáveis avanços até o ano de 1230, quando um acontecimento mudaria para sempre a configuração do território.

Após abandonar o segundo cerco a cidade de Jaén, Fernando III recebe uma notícia que alteraria seus planos de guerra, como narra Rodrigo Jiménez de Rada:

Ele então sitiou Jaén novamente e a atacou com equipamentos poderosos, porém ao comprovar que a cidade estava dotada de tais defesas que não haveria meio humano de conquistá-la, se retirou do local após reunião com seus nobres; e quando haviam chegado a Guadalferza, recebeu a notificação de que seu pai havia partido deste mundo em Vilanova de Sarna e havia sido enterrado na igreja de Santiago, no ano de 1268, e ademais, que havia deixado o reino para as filhas que havia tido com a rainha Teresa (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 346-347)³³.

Com isso, uma grande oportunidade se apresentava: a possibilidade de unir os reinos de Castela e Leão baixo a um mesmo rei. Todavia, como menciona Jimenez de Rada, o reino de Alfonso IX ficara nas mãos de suas duas filhas, Sancha e Dulce. Novamente o papel de Berenguela, sempre descrita nas crônicas aqui abordadas como uma habilidosa negociadora, foi fundamental. A rainha firmou pessoalmente um acordo entre as infantas no dia 11 de dezembro de 1230, fazendo com que recebessem uma renda vitalícia de 30 mil áureos (PRIMERA CRÓNICA GENERAL,

³³ No original: "A continuación sitió de nuevo Jaén y la atacó con poderosos ingenios; pero al comprobar que la ciudad estaba dotada de tales defensas que no había medio humano de conquistarla tras deliberar con sus nobles se retiró de allí; y cuando había llegado a Guadalferza, recibió la noticia de que su padre había marchado de este mundo en Vilanova de Sarna y había sido enterrado en la iglesia de Santiago, en la era 1268, y, además, que había dejado el reino a las hijas había tenido con la reina Teresa" (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 346-347).

1955, p. 723) em troca de abdicarem de qualquer direito ao trono. Já a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* narra o acordo da seguinte forma:

As condições do acordo foram as seguintes: o rei designou a suas duas irmãs o valor fixo de 30.000 maravedis, que receberiam anualmente enquanto vivessem, acrescentando muitas condições que se encontram em documentos escritos. As irmãs, por sua parte, renunciariam ao direito, se é que possuíam no reino, e destruiriam as cartas paternas sobre a sucessão ou doação do reino a elas. Mandaram, ainda, que os castelos e defesas que possuíam, fossem entregues em seu nome para nosso rei, exceto alguns castelos que seus partidários mantiveram para a defesa do pacto (CLCR, 1999, p. 92).³⁴

Após o acordo, Fernando III foi oficialmente coroado como rei de Castela e Leão, “trazendo paz e tranquilidade a todas as fortificações e todos os castelos”³⁵ (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 348). Devido à manobra política de sua mãe, Fernando III se tornara um dos mais poderosos reis da Península Ibérica.

Figura 6



Mapa dos territórios unificados por Fernando III. Fonte: geacron.com. Acesso em: 27/10/2020.

³⁴ Do original: “Las condiciones, pues, de la concordia fueron éstas: el rey asignó a sus dos hermanas en lugar fijados 30.000 maravedís, que habían de recibir anualmente mientras vivieran, añadidas muchas condiciones que se contienen en cartas sobre esto escritos. Las hermanas, por su parte, renunciaron al derecho, si alguno tenían en el reino, y destruyeron las cartas paternas sobre la sucesión o sobre la donación del reino a ellas. Mandaran además que los castillos o defensas, que los suyos tenían, fueran entregados en su nombre a nuestro rey, excepto algunos castillos que debían retener sus partidarios para la defensa del pacto” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 92).

³⁵ Do original: “se hizo cargo en paz y tranquilidad de todas las fortificaciones y todos los castillos” (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 348).

A unificação de Castela e Leão possibilitou a Fernando III o fortalecimento de seu exército. O monarca podia contar, agora, com a força de ambas as nobrezas, e dar continuidade a sua missão de vida: a luta contra os inimigos da Igreja Católica, presentes na Península Ibérica.

O monarca castelhano-leonês contou com o apoio de bispos do mais alto escalão, assim como obteve financiamento para suas campanhas militares, o que indica que as intenções do monarca em reaver as terras perdidas há séculos estavam alinhados com os interesses da Igreja. Para melhor compreendermos como se deu o processo de retomada do território, bem como a justificação da guerra pelo catolicismo, abordaremos a seguir alguns conceitos essenciais para a discussão: a Reconquista, a guerra justa e por fim, a guerra santa.

2.2. A ideia de Reconquista no século XIII

Em 1236, Fernando III entrou triunfante na cidade de Córdoba, dando graças a Deus pela vitória sobre os muçulmanos, expulsando-os ao mesmo tempo em que ordenou o expurgo e limpeza da principal mesquita da cidade, transformando-a em igreja (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 733; HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 350-351). Ao seu lado, o bispo Rodrigo Jiménez de Rada, assim como combatentes de ordens militares provenientes da igreja, como Santigado de Compostela e dos Cavaleiros Templários.

A *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* descreve o momento exato em que o monarca adentra a cidade:

Enquanto os sarracenos deixavam a cidade e, em grupo, caíam de fome, seu príncipe Abohazán entregou as chaves da cidade ao nosso rei e imediatamente o rei, como homem católico, deu graças ao nosso Salvador, reconhecendo a misericórdia especial que havia tanta graça na tomada de tão nobre cidade, e ordenou que a insígnia da Cruz preceda a sua bandeira e que seja colocada na torre mais alta da mesquita, para que diante de todos possa tremular junto com a sua

bandeira (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 102)³⁶.

Verificamos em tal passagem, que, primeiramente, o monarca agradece e dedica sua vitória a Deus, colocando-O em primeiro lugar. A ação de Fernando III, de expulsão dos infiéis e retomada de territórios que, no passado visigodo, pertenciam aos cristãos, se baseia, também, no apoio obtido pela Igreja Católica, fundamentada no ideal de guerra justa e santificada, formulado no Ocidente em séculos anteriores. Como afirma Alain Demurger (2007):

A Igreja teve de refinar sua reflexão sobre a guerra e o uso da violência; teve de levar em conta evoluções sociais que, com o desenvolvimento da feudalidade e da cavalaria, marcam a sociedade cristã do século do ano 1000 (DEMURGER, 2007, p. 40).

As reflexões geradas a partir dos contextos históricos diferentes nos levam a dois pontos principais: os conceitos de guerra justa e de guerra santa. Conceitos esses, que fundamentaram a ação dos monarcas ao longo do processo de Reconquista, especialmente no reinado de Fernando III.

2.2.1. Santo Agostinho e a guerra justa

Podemos considerar que a guerra acompanha a história do homem desde os primeiros tempos. Segundo Julio Trebolle Barrera (2009, p. 13), os primeiros enfrentamentos ocorreram com o surgimento das cidades-estados na Mesopotâmia, por volta de 2700 a.C. Por definição, é uma luta entre pelo menos dois lados, que possui como objetivo a imposição de algo, ou de algum ideal, pela força. Não somente no sentido físico, como também material e ideológico. Como bem define Yoram Dinstein (2004):

³⁶ Do original: Cuando los sarracenos salían de la ciudad y en caterva caían de hambre, su príncipe Abohazán entregó las llaves de la ciudad a nuestro rey e inmediatamente el rey, como hombre católico, dio gracias a nuestro Salvador, de cuya especial misericordia reconocía que había tanta gracia en la toma de tan noble ciudad, y ordenó que la enseña de la Cruz precediera a su bandera y que fuera colocada en la torre más alta de la mezquita, para que delante de todos pudiera ondear junto con su bandera (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 102).

Guerra é a interação hostil entre dois ou mais Estados, seja num sentido técnico ou material. A guerra no sentido técnico é o status formal produzido por uma declaração de guerra. A guerra no sentido material é gerada pelo uso de força armada, que deve ser extensiva e realizada por pelo menos uma das partes do conflito (DINSTEIN, 2004, p. 21).

Um dos autores mais estudados sobre o tema, Carl Von Clausewitz (1790-1831) define a questão sobre o que é uma guerra de forma direta e objetiva:

A guerra nada mais é do que um duelo em grande escala. Inúmeros duelos fazem uma guerra, mas pode ser formada uma imagem dela como um todo, imaginando-se um par de lutadores. Cada um deles tenta, através da força física, obrigar o outro a fazer a sua vontade. O seu propósito imediato é derrubar o seu oponente de modo a torná-lo incapaz de oferecer qualquer outra resistência. A guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade (VON CLAUSEWITZ, 2014, p. 75).

O ato de guerrear implica o uso da força para impor algo. Tal teoria é contrária aos ensinamentos bíblicos pregados pelo cristianismo, incentivando o pacifismo, a resolução de conflitos por intermédio da conversa e a questão de “oferecer a outra face”. Porém, tais ensinamentos passaram por diferentes análises e pontos de vista com o passar dos séculos, fazendo com que as novas realidades impostas pelas circunstâncias obrigassem a Igreja a revisar e reinterpretar tais normativas.

A mudança da percepção cristã sobre a guerra tem sua origem no Império Romano, que adotou o cristianismo como religião oficial no ano de 380, com Teodósio I. Visto a decadência de Império e a maior popularização do cristianismo entre os povos bárbaros e romanos - Constantino já havia concedido a liberdade do direito de expressão religiosa com o Édito de Milão, em 313 - a inevitabilidade de justificar a guerra e o comportamento violento contra os inimigos bárbaros, visto que os interesses do Estado e da Igreja eram mútuos.

No caso de Roma, os interesses eram claros: manter suas fronteiras frente aos povos bárbaros que se aproximavam; a Igreja, por sua vez, buscava estabelecer a fé cristã frente ao paganismo (GARCÍA FITZ, 2003, p. 103). Portanto, o embate bélico entre nações era totalmente justificado, buscando assim a sobrevivência de um povo

e sua cultura, fazendo com que o catolicismo fosse imposto aos povos bárbaros pela força, como define Von Clausewitz (2014).

A Igreja necessitava justificar a ação bélica em nome de seus interesses. Tal justificativa foi possível graças à dupla possibilidade de interpretação das escrituras bíblicas. Segundo Augusto Moretti Junior (2015):

Em geral, a ambiguidade ocorre entre Novo e Velho Testamento. Os primeiros livros caracterizam um Deus mais belicoso e vingativo, enquanto que no Novo Testamento cria-se a imagem de um Deus de amor e paz. Porém, ainda que de forma mais branda, no Novo Testamento também é possível encontrar passagens que possibilitam uma interpretação favorável à violência, desde que a causa seja justa do ponto de vista cristão (MORETTI JUNIOR, 2015, p. 23).

Portanto, a nova situação em que se encontrou o cristianismo (religião oficial do Império Romano, belicoso) juntamente com a possibilidade de interpretação dos textos bíblicos abriram precedentes para uma nova definição do “fazer guerra”, e ainda mais importante, uma forma de justificar tais atos.

Um dos principais contribuintes para o campo foi Agostinho de Hipona, considerado por muitos como o fundador da teoria da guerra justa. Nascido em 354, na Argélia atual, Agostinho foi um dos maiores teólogos e filósofos do cristianismo da Europa Ocidental, tendo inspirado o pensamento cristão por séculos. É importante ressaltar que apesar de ser considerado o fundador da teoria sobre guerra justa, Agostinho jamais escreveu nada específico a respeito do tema. Seus trabalhos consistiam na análise da importância da participação dos soldados cristãos nos embates bélicos, assim como suas motivações. Como afirma Silvalino Ferreira de Araújo (2017):

Agostinho não sistematizou a teoria da guerra justa como fez com as teorias da cristologia, da soteriologia e também sobre a teoria trinitária; mas refletiu, debateu e escreveu acerca do problema da guerra. Analisou algumas guerras gregas, judaicas, romanas e, posteriormente, algumas guerras cristãs (ARAÚJO, 2017, p. 60).

Para Agostinho, a guerra não era algo bom, porém, era um mal necessário. A guerra conduzia ao pecado, porém, se utilizada da forma correta, se tornaria um instrumento benéfico, que traria a paz:

As próprias guerras, portanto, são conduzidas tendo em vista a paz, mesmo por aqueles que se dedicam ao exercício da guerra, quer comandando quer combatendo. Donde se evidencia que a paz é o fim desejado da guerra. Efetivamente, todo homem procura a paz, mesmo fazendo a guerra; mas ninguém procura a guerra ao fazer a paz (SANTO AGOSTINHO, 2000, p. 1909).

Outrora classificado como um ato maléfico, a guerra passaria a ter o papel principal pela busca da paz entre os povos. Santo Agostinho buscou analisar o ato de se fazer guerra como um sinal de justiça, quando travada em legítima defesa. Daí o conceito de guerra justa:

Somente são chamadas de guerras justas aquelas que vingam injustiças, no caso de uma nação ou uma cidade, que deve ser atacada na guerra, tenha deixado de punir o que os seus próprios fizeram de forma errada, ou devolver o que foi saqueado por meio de injustiças (SANTO AGOSTINHO, 1989, p. 611)³⁷.

Santo Agostinho desenvolvera uma análise profunda sobre a guerra e seus combatentes, concluindo que a Igreja Católica e seus seguidores poderiam recorrer ao embate bélico, porém, tal guerra somente adquiriria o status de justa se considerasse alguns elementos:

[...] a guerra é o último recurso, e se deve recorrer a ela somente em legítima defesa ou para corrigir uma injustiça, deve ser anunciada por uma autoridade, não é admissível uma agressão sem aviso prévio e se deve evitar crueldades excessivas (PIQUERO, 2009, p. 110).³⁸

A mudança de pensamento era clara: a guerra adquiriu um *status* de mal, porém, um mal menor, necessária para evitar a consumação de um mal ainda pior: a

³⁷ Do original: Suelen llamarse guerras justas las que vengan injurias, en el caso de que una nación o una ciudad, que hay que atacar en la guerra, ha descuidado vengar lo que los suyos han hecho indebidamente o devolver lo que ha sido arrebatado por medio de injurias (SANTO AGOSTINHO, 1989, p. 611).

³⁸ Do original: [...] la guerra es el último recurso, solamente se debe recurrir a ella en legítima defensa o corregir una injusticia, debe ser anunciada con anterioridad, no es admisible una agresión sin previo aviso y se debe evitar una crueldad excesiva (PIQUERO, 2009, p. 110).

injustiça. Porém, são necessários limites: a busca pela paz deve sempre ser o objetivo final de toda guerra, assim como combater injustiças.

O conceito de guerra justa foi aprimorado por outros pensadores posteriores a Santo Agostinho, sempre em vista da necessidade de justificar um ato hediondo aos olhos dos cristãos primitivos. Isidoro de Sevilha trabalhou o conceito com ideais semelhantes aos de Agostinho: “Guerra justa é aquela que se realiza por prévio acordo, depois de uma série de feitos repetidos para expulsar ao invasor” (ISIDORO DE SEVILLA, 2004, p. 1217)³⁹.

Assim, graças a mudança de pensamento proposta por Agostinho e posteriormente por Isidoro, juntamente com o maior envolvimento católico na cristianização dos povos bárbaros e a exigência de defender seus interesses frente a um inimigo, a guerra passaria a ser aceita pela comunidade cristã do ocidente.

A nova realidade e a necessidade constante de batalha geraram um novo grupo social: os cavaleiros. Maurice Keen (2008) define a sociedade medieval como agressiva e expansionista, e o cavaleiro medieval personifica tal sentimento. Como bem define Ricardo da Costa (2001):

Este grupo social representava a violência, o espírito de agressão e pilhagem da época, pois qualquer pretexto era motivo para esses homens turbulentos lançarem-se uns contra os outros. Estavam assim, sempre matando, em movimento: nas batalhas, caçando o javali, organizando torneios. Mas o maior sofrimento que infligiam às populações – especialmente os camponeses – eram as guerras particulares, as vinganças, chamadas de faídas (*fehde*), isto é, o direito da vítima de um prejuízo causar ao seu autor prejuízo igual. Nessas faídas, a principal estratégia cavaleiresca era arruinar o inimigo matando e aleijando o maior número possível de camponeses, além de destruir suas plantações e celeiros. O objetivo era reduzir as fontes de renda do inimigo. (COSTA, 2001, p. 2)

Para conter tal sede de sangue, a Igreja Católica, agora fortalecida graças aos ideais de guerra justa e maior envolvimento nos interesses gerais, inicia um processo de cristianização da cavalaria, contando com o apoio de aristocratas e até mesmo de guerreiros (CARDINI, 1989, p.59). Tal processo impôs regras para a ação dos cavaleiros, restringindo assim seus alvos e suas atividades. A Igreja demonstrava cada vez mais força no campo militar.

³⁹ Do original: “Guerra justa es la que se realiza por previo acuerdo, después de una serie de hechos repetidos o para expulsar al invasor” (ISIDORO DE SEVILLA, 2004, p. 1217).

Abordando sobre o conceito proposto pelo bispo de Hipona, identificamos que a guerra proposta por Fernando III contra os muçulmanos da Península Ibérica se encaixa facilmente em tal teorema: o rei cristão buscou reparar uma injustiça, isso é, a retomada do território que séculos antes era habitado pelos cristãos. Retomar as terras por intermédio da força seria uma forma de se fazer justiça. Porém, a guerra apesar de ainda continuar sendo algo ruim, era um mal necessário.

2.2.2. Os carolíngios e a guerra santa

O pensamento de Santo Agostinho, reforçado por outros pensadores como Isidoro de Sevilha e, posteriormente, no século XIII por Tomás de Aquino⁴⁰ embasou as ações bélicas dos cristãos, agora necessárias para manter seus próprios interesses, assim como ocorrera no enfrentamento com os bárbaros após a desestruturação do Império Romano e o desejo de levar o cristianismo ao maior número possível de pessoas.

Os cristãos ganhariam ainda mais influência no campo bélico com a chegada dos carolíngios ao poder, a partir de 751, com Pepino, o Breve. Graças as diversas concessões cedidas ao papado, principalmente com a chegada de Carlos Magno ao trono, como imperador, no ano 800, os interesses católicos foram cada vez mais alinhados com os interesses do Estado, visto o compromisso adotado pelo imperador de combater os inimigos da Igreja (GARCÍA FITZ, 2010, p. 136-137).

Dotada de novas posses, a Igreja participou mais ativamente das atividades bélicas, devido à consolidação cada vez maior do conceito de guerra justa. Porém, a guerra, mesmo que fosse justa, ainda era algo ruim, pois não trazia ao seu praticante o objetivo final de todo cristão: sua salvação. Com a necessidade do processo de sacralização do combate surgiu a chamada *guerra santa*.

Segundo Francisco García Fitz (2010, p. 141), o primeiro passo para a sacralização da guerra foi dado pelo Papa Leão IV (847-855), que declarou que todos os cristãos que lutassem contra os inimigos da Igreja no Mar Mediterrâneo seriam

⁴⁰ São Tomás de Aquino (1225-1274), baseando-se nos ideais de Agostinho, defendeu em sua obra *Suma Teológica* três pontos principais para uma guerra ser considerada justa: deveria ser declarada por uma autoridade oficial, que seu objetivo provesse de uma causa justa e possuir boas intenções (MORETTI JUNIOR, 2015, p. 26-27).

salvos. Logo, o objetivo final estaria consumado: o combatente, além de defender a honra da Igreja e lutar pelos seus interesses, caso fosse morto durante o combate, seria levado ao Reino dos Céus.

Mesmo com o declínio carolíngio, a Igreja Católica não refreou o processo de sacralização da guerra, visto que era de seu interesse proteger suas posses e bens das investidas dos senhores feudais e inimigos. O nome de santos católicos passaria a ser invocado antes dos embates, e suas aparições em batalhas documentadas por monges católicos. Segundo Jean Flori (2013, p. 35-37), essa nova forma de religiosidade foi fundamental para consolidar os ideais de guerra santa.

Com a Primeira Cruzada declarada por Urbano II, em 1095, a Igreja dava um gigantesco passo em direção à guerra, apoiando-se em ambos os conceitos: o de guerra justa, buscando reaver o território de Jerusalém outrora perdido, harmonizando com a definição de Santo Agostinho de reparar uma injustiça, ou retomar o que foi tomado, e o de guerra santa, com a promessa da salvação de todos os seus participantes, assim como o perdão de seus pecados.

Ainda segundo Jean Flori (2013), a Primeira Cruzada e o ideal de guerra santa compartilham características em comum:

Apoio do Papado, demonização dos adversários, presença de sacerdotes, “esperança escatológica, expectativas de recompensas materiais ou espirituais, noção de vingança ou de desforra, vestígios de xenofobia ou antijudaísmo, ou mesmo intenção de conversão (FLORI, 2013, p. 22).

Na Península Ibérica, a discussão pertinente à guerra santa reacende com o conceito de Reconquista. Segundo Patrick Henriot (2015), os povos cristãos combateram inimigos da Igreja Católica desde o início do processo de Reconquista da Península, porém, nem sempre praticaram a chamada guerra santa.

A guerra, expressando o sentimento de reaver um território perdido (portanto, uma guerra justa, segundo Santo Agostinho, apresentaria laços de sacralização a partir do final do século IX e início do século X. A crônica de Alfonso III, ao narrar sobre a batalha de Covadonga (primeira grande vitória cristã sobre os muçulmanos), apresenta a figura cristã presente no campo de batalha:

Deus ajuda os cristãos com dois milagres e os reis asturianos, os quais Pelayo era o modelo, puderam então ganhar territórios, ao mesmo tempo que reconstituem a Igreja em um processo que mescla constantemente os dois aspectos (HENRIET, 2015, p. 290).⁴¹

A presença de Deus como fator decisivo para a vitória cristã configura um dos principais fomentadores do ideal de guerra santa na Península Ibérica. A Igreja peninsular, que atravessava por um período de reformas, absorveu os ideais sacralizados que configuram a guerra santa, como a presença de Deus no campo de batalha, assim como a salvação de seus guerreiros em caso de morte, citada na carta do Papa Alexandre II convocando francos hispanos e italianos para tomarem a cidade de Barbastro em 1064 (HENRIET, 2015, p. 293).

Com a sacralização do combate proveniente dos conceitos de guerra justa e guerra santa, os cristãos puderam assim justificar atos de guerra, baseando-se em uma vontade divina. Tal conceito não foi utilizado apenas a partir da Primeira Cruzada: também foi aplicado em outra monumental ação bélica liderada pelos católicos: o Processo de Reconquista da Península Ibérica.

2.2.3. A Reconquista

A Península Ibérica apresenta uma característica peculiar: seu território esteve envolto em guerras por território durante séculos. O embate entre muçulmanos, que invadiram o local em 711 e foram dominados completamente pelos cristãos em 1492, chamado de Reconquista, sem dúvidas foi um marco profundo na história da Espanha e de seus descendentes. O país sofreu influência de diversos povos que o habitaram e acabou por herdar um sistema cultural no qual várias tradições foram incorporadas, entre elas, os modelos de construções de castelos e fortalezas.

A Igreja ocupava uma posição de destaque no campo de batalha, graças aos ideais de guerra justa e guerra santa, fundamentados através de séculos. O papado possuía interesses no processo de Reconquista: a manutenção da fé cristã sobre o

⁴¹ Do original: Dios ayuda a los cristianos con dos milagros y los reyes asturianos, de los cuales Pelayo es el modelo, pueden luego ganar territorios, al mismo tiempo que reconstruyen la Iglesia en un proceso que mezcla constantemente los dos aspectos (HENRIET, 2015, p. 290).

território recém conquistado, expulsar os infiéis que haviam tomado o que lhes pertencia anos atrás, assim como garantir novas propriedades nos territórios retomados.

O papel desempenhado pela Igreja visava apoiar os monarcas em sua retomada, buscando meios de legitimar a batalha e oferecer recompensas aos vitoriosos, semelhante ao acontecido nas Cruzadas a Jerusalém. Rodríguez García (1994) define bem como a visão de Cruzada e Reconquista se entrelaçam:

A reconquista espanhola, ou parte de suas campanhas, e muitas das realizadas por Fernando III contra os muçulmanos, tiveram o posto de Cruzada, com os mesmos privilégios e indulgências que as cruzadas ao oriente. Como tal, contava com os mesmos elementos que formam uma cruzada: objetivos – recuperação das terras anteriormente cristãs das mãos do infiel – legados pontifícios, liderança na campanha secular, indulgências e participação das ordens militares (RODRÍGUEZ GARCIA, 1994, p. 213).

Ao abordar as Cruzadas como ponto de referência da Reconquista, cria-se o chamado “espírito de cruzada”, que elucida as motivações dos guerreiros católicos que batalhavam na Península Ibérica como seus aliados em Jerusalém. Ao mencionar o “espírito de cruzada” que permeou tal processo, Juan Carillo de Albornoz y Galbeño destaca a influência da Igreja em tal aspecto:

Desde o IV concílio de Latrão (1215), o Papado propôs, a respeito da Península Ibérica, dois objetivos: revigorar o ideal de Cruzada em seu próprio território e, como corolário do anterior, impulsionar, através das monarquias espanholas, o afastamento dos infiéis e a restauração da fé cristã nas zonas ocupadas pelos mesmos (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 137-138).

Tais motivações foram suficientes para organizar um grande exército cristão, não combatendo apenas em nome de Deus e da salvação, mas também em troca das grandiosas recompensas oferecidas a quem lutasse ao lado de seu rei. Para tanto, era primeiro necessário reconquistar o que havia sido perdido.

A Reconquista da Península Ibérica foi um movimento desenvolvido em praticamente oito séculos, em que os reinos cristãos enfrentaram os reinos muçulmanos, buscando reaver o território perdido com a chegada do segundo grupo

em 711, dominando os visigodos que ali habitavam. Os reinos cristãos, uma vez derrotados e deslocados para as montanhas das Astúrias (no extremo norte da península), lentamente organizaram-se política e militarmente para fazer frente ao inimigo. Segundo Rodrigo Jiménez de Rada, o processo de retomada se inicia com Pelágio, em 718 (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 159), pois, após a união e organização dos exércitos cristãos, os mesmos conseguiram conter o ímpeto do inimigo e contra-atacar, obtendo assim avanços contra os até então dominantes muçulmanos.

O papel divino se manifesta através de Pelágio para guiar os católicos oprimidos na luta contra seus inimigos, o que caracteriza os ideais de guerra justa e guerra santa. O autor descreve o momento crucial da virada cristã:

E encontrando muitos que fugiam por medo da tirania dos árabes, ele os confortou com seu espírito de resistência e com esperança no Senhor, pois embora castigue seus filhos corrompidos por seus pecados, sem dúvida, no final não deixa de ter misericórdia. Atendendo a sua mensagem sagrada, abalados pelo medo, reconfortados e esperançosos novamente, escalaram uma grande montanha chamada Auseva; e levando sua mensagem sagrada entre todos os ástures, ele despertou os pobres de espírito como de um pesado sonho; e vindo a ele como alguém enviado por Deus de todos os cantos das Astúrias, em meio a tão grande abandono o elegeram príncipe. E ele começou a causar estragos contra os mouros em lugares remotos e desconhecidos e a incitar sua vitória silenciosa como um redemoinho e a encorajar os seus a assediar os árabes (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 160)⁴².

Na presente passagem, evidenciamos a intencionalidade da obra de Jiménez de Rada: a exaltação do catolicismo em oposição ao inimigo muçulmano. Expressões como “tirania” dos árabes demonstra a conotação negativa de tal povo, assim como a exaltação de Pelágio como aquele que se sobressai como o guerreiro escolhido por

⁴² Do original: Y encontrando a muchos que andaban huidos por miedo a la tiranía de los árabes, los confortó con su espíritu de resistencia y con la esperanza en el Señor, porque aunque castiga a sus hijos corrompidos a causa de sus pecados, sin embargo al final no deja de apiadarse. Haciendo caso aquéllos de su sagrado mensaje, sacudido el miedo, reconfortados y esperanzados de nuevo, subieron a una gran montaña que se llama Auseva; y llevando su sagrado mensaje entre todos los ástures, despertó como de un pesado sueño a los pobres de espíritu; y acudiendo a él como a un enviado de Dios desde todos los rincones de Asturias, en medio de tan gran abandono lo eligieron príncipe. Y comenzó a causar estragos contra los moros por lugares apartados y desconocidos y a soliviantar como un torbellino su tranquila victoria y a animar a los suyos al hostigamiento de los árabes (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 160).

Deus para guiar todos os “pobres de espírito” e “oprimidos” para a vitória enuncia louvor ao personagem e ao catolicismo.

Após o quase domínio completo da Península Ibérica pelos muçulmanos e com a organização dos reinos católicos nas Astúrias, a situação se manteve inalterada durante três séculos, com poucos avanços registrados. Devido à fragmentação interna do governo muçulmano e a separação de diversos reinos independentes (as chamadas *taifas*), os católicos obtiveram importantes vitórias sob o comando de Afonso VI de Leão (1065-1109), conquistando a importante cidade de Toledo, em 1085 (MONTEIRO; MARTINS, AGOSTINHO, 2015, p. 114).

Contudo, a supremacia muçulmana ainda se manteve, atribuído ao domínio e estabelecimento da dinastia Almorávida em 1086. Após anos de conflitos internos e desestabilização política, os almorávidas são subjugados e dominados pelos almóadas ente 1130 e 1147, iniciando assim o segundo reinado das *taifas*. Os novos senhores peninsulares lidaram com a resistência de comunidades muçulmanas, assim como a constante pressão exercida pelos cristãos em sua fronteira. A maior conquista do califado almóada ocorreu em 1195, na batalha de Alarcos⁴³. Seria a última grande vitória muçulmana registrada na Península Ibérica.

Afonso VIII conseguiria sua remissão após a derrota sofrida em Alarcos no ano de 1212, quando o exército liderado por ele e constituído de milhares de soldados advindos dos reinos cristãos peninsulares derrotaram o contingente muçulmano em Las Navas de Tolosa. Após essa batalha, os cristãos se fortaleceram na Península, conseguindo expandir a fronteira cada vez mais ao sul. Depois de anos de batalhas e acordos firmados, a Reconquista é concluída no ano de 1492, quando o último reino mouro, localizado na cidade de Granada, capitula.

⁴³ Alarcos foi uma vila fronteiriça erguida a mando do rei Afonso VIII de Castela (1158-1214), que serviu de ponto de partida para um “repopoamento” cristão ao norte do rio Guadiana, assim como para ataque de fortalezas muçulmanas das proximidades. Segundo Ricardo da Costa (2004), a derrota na batalha de Alarcos é atribuída a imprudência de Afonso VIII, que decide atacar o contingente muçulmano almóada, enviado para conter os avanços cristãos no local, liderado pelo sultão do Marrocos *Yacub ben Yusef I* (1184-1199) antes da chegada de seus reforços. O fator surpresa e o cansaço das tropas cristãs também são citados como determinantes para o resultado do embate (COSTA, 2004, p. 79-80).

Figura 7



A Reconquista. Fonte: GARCÍA DE CORTÁZAR, 2005, p.167.

Destacamos que o conceito de Reconquista é complexo, contando com diversas análises de historiadores da Península Ibérica e de outros pontos da Europa, como destacado no item 1.3 do primeiro capítulo da presente dissertação.

As fontes medievais aqui abordadas apresentam razões distintas que levaram o rei a combater os muçulmanos: Como narra a *Primera Crónica General* (1955), Berenguela tenta convencer seu filho Fernando para alongar a trégua imposta contra eles; este, ouvindo seu coração, decide juntar suas hostes e combater os inimigos de Deus (PRIMERA CRÓNICA GERAL, 1955, p. 720).

Na *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999), Fernando III discursa diante de sua nobreza e clero sobre seu desejo de cumprir o que Deus lhe havia confiado: a luta contra os infiéis ainda presentes em território outrora cristão. Sua mãe, ao ver ímpeto tão forte vindo de seu filho, aconselha-o a “procurar sua felicidade”, e que ouça os conselhos de seus vassalos e sua corte ali reunidos (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 74-75).

Por fim, Rodrigo Jiménez de Rada narra tal episódio na *Historia de los hechos de España* (1989) que mesmo contra o desejo de sua mãe de o manter alheio as lutas cristãs, o próprio Fernando III ofereceu ao Senhor sua vida militar, negando-se a prolongar a trégua imposta aos mouros (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 344). O caráter divino é destacado nas três passagens citadas, o que denuncia a importância cristã atribuída pelo monarca para se dedicar ao combate dos inimigos de sua fé.

Concluimos que a Reconquista foi um evento bélico baseada nos conceitos de guerra justa e guerra santa. Justa no sentido de objetivar reaver um território dominado injustamente pelos muçulmanos, e santa no sentido de combater os inimigos da fé católica, evitar sua propagação e derrotar um deus pagão. Foi graças a esses ideais desenvolvidos durante séculos, que o cristianismo, outrora uma religião pacífica, pôde pegar em armas e combater seus inimigos em nome de Deus.

2.3. O início das campanhas militares de Fernando III

A Reconquista foi uma guerra de territórios. Os castelos e fortalezas, utilizados como ponto de referência em fronteiras, desempenhavam papel fundamental no campo de batalha, por vezes, sendo o fator determinante para a vitória ou derrota dos exércitos cristãos.

O embate entre cristãos e muçulmanos foi constante durante os séculos VIII e XI. A partir deste século, os cristãos foram consolidando sua posição frente aos muçulmanos, obtendo avanços sobre territórios fragmentados e, muitas vezes, desorganizados política e militarmente. Fernando III soube aproveitar o período de instabilidade muçulmana, organizando suas tropas, levantando recursos e conquistando grandes cidades e territórios.

O monarca se tornou o rei com maiores ganhos territoriais de toda a Reconquista. Graças ao apoio de diversos grupos sociais, juntamente com seu desejo de derrotar seus inimigos muçulmanos, servindo sempre a Deus e sendo fiel a seus ideais, Fernando III fez em dez anos o que seus antepassados não conseguiram fazer em cem (DÍAZ-PLAJA, 1997, p.190).

As primeiras batalhas se iniciaram no outono de 1224, época em que se encerravam os pactos com os almóadas. O rei encontrou um inimigo frágil e desestabilizado internamente⁴⁴. A partir desse período, o exército cristão não pôde ser detido pelos muçulmanos que habitavam a península. Pouco a pouco, os grandes castelos e cidades foram sucumbindo ao poder do monarca castelhano. No *hall* de seus principais triunfos, três cidades merecem destaque.

2.3.1. Córdoba, Jaén e Sevilha: as principais conquistas Fernandinas

No presente item, buscaremos descrever quais foram as principais conquistas de Fernando III durante o processo de Reconquista: Córdoba, Jaén e Sevilha. A primeira cidade, antiga capital do Império Omíada, foi tomada no ano de 1236, após um assalto liderado por um pequeno grupo de soldados, que lograram êxito ao dominar um importante bairro da cidade. Jaén caiu no ano de 1246, somente após o terceiro cerco.

Por fim, a maior e mais custosa operação militar fernandina culminou na conquista de Sevilha, no ano de 1248. Os métodos utilizados pelo monarca em tais conquistas, bem como os castelos que participaram das campanhas militares serão abordados de forma mais específica no capítulo III da presente dissertação.

A primeira grande conquista de Fernando III foi a da cidade de Córdoba, situada próximo ao rio Guadalquivir⁴⁵. Foi capital do *Império Omíada* (756-1031) considerada um centro cultural com uma grande biblioteca, e descrita na *Primera Crónica General*

⁴⁴ Segundo Albornóz y Galbeño, após a morte do califa *Al-Mustansir*, sem filhos, foi nomeado para substituí-lo seu tio, *Abu Muhammad Al-Wahid*, o que ocasionou grande divisão em *Al-Andalus*. O governador de Murcia, *Al-Adil*, chegou até mesmo a se proclamar califa, após conseguir o destronamento de *Al-Wahid* (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 138).

⁴⁵ O rio Guadalquivir está situado ao sul da Península Ibérica, sendo o maior rio da Andaluzia e o quinto mais comprido rio da Península, perdendo para o Tejo, o Ebro, o Douro e o Guadiana. Foi local de origem de importantes cidades, como Córdoba e Sevilha.

como “cidade real, mãe das outras cidades da Andaluzia” (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 729).

A cidade floresceu durante o período denominado Califado de Córdoba (923-1031), uma forma de governo islâmico que substituiu o Emirado Independente instaurado em 756. O Califado perdurou até o ano de 1031, quando, após uma série de revoltas internas, foi desintegrado, dando lugar a pequenos reinos denominados *taifas*.

Devido ao seu valor acadêmico, a cidade era procurada por estudantes e intelectuais⁴⁶, médicos, filósofos, astrônomos, geógrafos e matemáticos de toda a Península Ibérica (MIQUEL, 1971, p. 182). A cidade possuía influência na coleta de impostos da região, assim como dispunha de uma rota de comércio volumosa, tanto terrestre quanto marítima.

Curiosamente, o cerco e tomada da cidade de Córdoba foi realizado de forma repentina. Segundo Carmen Panadero Delgado (2018), a iniciativa partiu de forças almogávares descontentes com o governo de *Ibn Hud*. O pequeno contingente aproveitou uma falha na vigilância de um dos bairros da cidade e durante uma fria noite de inverno no mês de dezembro de 1235, escalaram os muros e invadiram um bairro denominado Axarquía. Após perderem o bairro, os cordobeses se organizam e iniciam uma defesa contra os invasores, visando também barrar o avanço cristão (DELGADO, 2018, p. 1-2; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2014, p. 221-222).

Segundo narram as crônicas medievais, Fernando III parte imediatamente em direção a Córdoba ao saber por um mensageiro da invasão, apesar dos conselhos de seus nobres para não prosseguir com o avanço, devido às más condições proporcionadas pelas chuvas e o inverno (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 98; HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 349-350). Segundo a *Primera Crónica General*, após receber a notícia do cerco realizado pelo pequeno grupo de católicos, o monarca decide ir a Córdoba imediatamente:

Então o rei muito rapidamente, não querendo parar por hora, ordenou que seus vassalos se movessem, assim como aqueles nas cidades e nos castelos, que fossem com ele depressa até a fronteira, tal quando

⁴⁶ Segundo Jacques Le Goff e Maria Teresa Fumagalli Beonio Brocchieri (1989, p. 20), o intelectual na Idade Média “não existe”, pois nada se diz a seu respeito. O que existem são trabalhadores que usam a mente ao invés das mãos. São os estudiosos, “homem dos livros”, geralmente clérigos que usufruem dos privilégios da sua classe, e que sobretudo sabem o latim. Possuem vários nomes: *magister* (mestre), *doctor* (doutor), *philosophus* (filósofo) ou *litteratus* (literato).

a ordem chegasse a eles; ao dizer que não esperaria por eles, ele saiu do lugar com apenas cem cavaleiros. Eram épocas de fortes águas, de muita chuva, e os rios estavam cheios, e lhe questionaram que naqueles dias que não poderia chegar ao cerco de Córdoba, tanto antes como queria⁴⁷ (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 731).

Ao chegar aos arredores da cidade, com uma hoste de cerca de cem cavaleiros conforme citado na passagem acima, Fernando III inicia o cerco à cidade. Organizando seu exército de forma que nada pudesse entrar ou sair de Córdoba, restou ao monarca aguardar.

Os cordobeses que ainda resistiam bravamente ao cerco não receberam o apoio esperado de seu rei *Avenhut*⁴⁸, não restando outra saída a não ser negociar a entrega da cidade, estabelecendo como única condição a de levarem seus bens móveis. Após 5 meses de cerco, a cidade capitula.

A conquista da cidade representou “um feito extraordinário”, segundo Jaime Estevão dos Reis (2007, p. 46). Até então, por mais que suas conquistas merecessem o devido respeito, “nenhuma tinha o valor e o significado da antiga capital andaluza”. Este empreendimento reuniu as principais forças de Castela e Leão na época: o rei Fernando III, seu filho Alfonso, seus nobres mais influentes e membros da Igreja Católica e ordens militares, assim como o rei Jaime I de Aragão⁴⁹. A campanha, de início tímida e sigilosa, se mostrou bem-sucedida devido ao cerco a cidade e ao bloqueio de vias de acesso, impedindo assim a chegada de reforços ou mantimentos, forçou seus habitantes a rendição.

⁴⁷ Do original: Et el rey mouio lugo ende, que non se quiso detener vna ora, et mando que mouiesen sus uasallos enpos el, et enbio luego por los dé las çipdades et de los castiellos que fuesen con el a la frontera apriesa, ca tal mandado le llegara dalla; et enbioles dezir esto, et no les espero, et salió el lugo apenas con çient caualleros. Mas fazie entonge fuerte tiempo de aguas, et las lluuias muchas, et los ríos yuan muy creçidos; et enbargaronle yaquantos dias que non pudo acorrer a la gerca de Cordoua tan ayna commo el quisiera (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 731).

⁴⁸ Segundo a Crónica Latina de los Reyes de Castilla (1999), o exército mouro de Avenhut era composto de quatro ou cinco mil soldados montados e trinta mil soldados a pé, que enfrentariam centenas de católicos. O rei mouro desiste da ajuda a Córdoba mediante conselhos de Lorenzo Suárez, um membro cristão expulso de suas terras, que servia o rei mouro. Por esse feito, Lorenzo é novamente aceito como vassalo do rei cristão (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 99-100). Já a Primera Crónica General (1955) destaca a desconfiança do rei Avenhut em atacar Fernando III e seus homens, não acreditando que tal rei, conhecido por suas enormes hostes, estivesse na companhia de poucos soldados (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 731).

⁴⁹ Segundo narra a *Primera Crónica General* (1955, p. 729-733), Córdoba enviara a maioria de suas tropas para socorrer a cidade de Valência, atacada por Jaime I, ficando assim mais vulnerável.

É importante ressaltar as qualidades apresentadas por Fernando III durante o episódio da tomada de Córdoba: as crônicas o descrevem como um cavaleiro implacável, leal a seus homens e um soldado de Cristo, pois, nem o mau tempo e as forças adversas o impediram de atingir seu objetivo. Era a imagem do rei ideal: aquele que foi escolhido por Deus para guiar seus filhos à salvação. Além, disso, segundo Almir Marques de Souza (2009):

Coragem e perseverança também estavam associadas ao rei Fernando. Este também se lança vorazmente em direção à fronteira entre seus territórios e os estados islâmicos, e não se furta a cavalgar de dia e de noite, sem se conceder qualquer descanso, para conseguir acudir à população cristã de Córdoba que clamava por seu auxílio (SOUZA, 2009, p. 87).

Os anos posteriores a tomada de Córdoba procedera o estreitamento dos laços reais com a Igreja Católica. Munido de diversas concessões papais, Fernando III avançou ainda mais em sua guerra contra os muçulmanos, tomando diversas fortalezas e castelos⁵⁰ ao longo do vale do rio Guadalquivir.

Já a cidade de Jaén se mostrou um verdadeiro desafio para Fernando III, que a conquistou somente após o terceiro cerco. O primeiro havia sido em 1225, no qual o monarca abandonou a empreita devido à cidade estar muito bem fortificada (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 77), e o segundo em 1230, como narra a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999):

No mesmo ano (1230), próximo a festa do Natal de São João Batista, nosso rei dom Fernando assediou a muito defendida cidade de Jaén, o qual causou muito dano, porém finalmente próximo a festa de São Miguel, considerando que não se avançaria, tanto pelo número de defensores que estavam dentro como pela segurança do lugar, o assédio foi retirado (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 90)⁵¹.

⁵⁰ Tais castelos e fortalezas são nomeados na Primera Crónica General de España (1955, p.740): *Eçija, Estepa, Almodouar, Siete fila, Santaella, Maratiella, Fornachuelos, Mirabel, Fuente Tomiel, Çafra Pardal, Çafra Mogon, Rut, Bella, Montor, Aguyar, Benmexit, Zanbra, Ossuna, Baena, Casçalla, Marchena, Çueros, Cuheret, Luc, Porcuna, Cot, Moron e Fornachuelos*.

⁵¹ Do original: “En el mismo año (1230), alrededor de la fiesta de la Navidad de San Juan Bautista, nuestro rey don Fernando asedió la muy defendida ciudad de Jaén, a la que infirió mucho daño, pero finalmente alrededor de la fiesta de San Miguel, considerando que no progresaba, tanto por el número

A conquista de Jaén significava também o controle definitivo da região do Alto Guadalquivir. Segundo Juan Carlos Castillo Armenteros (1998, p. 159-160), o território era de vital importância para o processo de Reconquista, sendo seu domínio uma “condição indispensável” para a ocupação efetiva da baixa Andaluzia. Tal realidade foi constatada pelos antecessores de Fernando III, incluindo Alfonso VII e Alfonso VIII, que após a grande vitória de Las Navas de Tolosa iniciaram o avanço em direção as principais cidades muçulmanas fronteiriças.

Discordando de Castillo Armenteros, Manuel González Jiménez (2014, p. 205) afirma que o intuito de Castela (e Alfonso VIII) não era o de dominar a Andaluzia, mas apenas retomar o que havia perdido em Alarcos. A coroa castelhana não estava preparada para tamanho embate, visto a dificuldade de povoamento e defesa do território. Mesmo assim, com a ascensão de Fernando III ao trono (e a fragmentação do império almóada) as campanhas militares estenderam as fronteiras castelhanas cada vez mais ao sul de Andaluzia. A região do Alto Guadalquivir estava ao alcance cristão; apenas Jaén possuía o poder para parar as investidas católicas.

Após a tomada de pequenas vilas ao redor da cidade, o monarca castelhanoleonês retornaria à cidade de Córdoba, confiando a seu irmão Alfonso parte de seus homens, para que realizassem o maior dano possível aos muçulmanos. Na primavera do ano seguinte, o monarca prosseguiu com seu plano de reduzir os recursos para a sitiada cidade de Jaén, atacando e devastando as terras vizinhas. O rei de Jaén, *Ibn Nasr*, estava inserido em uma delicada posição: o rei castelhanoleonês não abandonaria o cerco tão cedo, assim como ele mesmo não dispunha de tropas suficientes para socorrer seus súditos sitiados (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 149).

Assim, decide entregar a cidade em 28 de fevereiro de 1246 após o “cerco ferrenho” imposto pelas tropas católicas (CASTILLO ARMENTEROS, 1998, p. 162) e submete-se a condição de vassalo do rei, pagando-lhe tributos e lutando em guerras em seu nome.

de defensores que estaban dentro como por la fortaleza del lugar, se retiró del asedio” (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 90).

Por fim, a conquista de Sevilha foi notavelmente o maior empreendimento demandado por Fernando III e seu exército. A cidade era muito bem fortificada, sendo uma das principais do território muçulmano peninsular em sua época.

De acordo com Juan Carillo de Albornoz y Galbeño (1995):

De imediato a própria cidade estava excelentemente fortificada, contando com um recinto amuralhado, reforçado por torres, barbacana e numerosas portas bem organizadas, enquanto que toda ela estava situada entre dois rios, valiosos como defesas naturais. A defesa imediata se completava com a torre do Oro de um lado do Guadalquivir, e em sua outra margem, o castelo de Triana e as próprias muralhas do bairro de mesmo nome (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 150).⁵²

Sevilha demandou um contingente jamais visto pelas tropas de Fernando III: além do apoio dos soldados em terra, contou também com uma frota de 26 navios para bloquear o acesso muçulmano ao rio Guadalquivir. Estiveram envolvidos em tal campanha membros das ordens militares como Pelayo Pérez Correa, mestre da Ordem de Santiago, dom Fernando Ordóñez, mestre da Ordem de Calatrava, dom Pedro Yáñez, mestre da Ordem de Alcántara, dom Pedro Álvarez Avito, mestre da Ordem do Templo, dom Fernán Roiz, mestre da Ordem de San Juan, assim como membros de sua nobreza, como López de Haro, Almirante Ramón de Bonifaz, Alfonso Téllez, o Infante dom Fadrique, o Príncipe dom Alfonso e diversos conselheiros e cavaleiros de Castela e Leão. A *Primera Crónica General* (1955) descreve a consulta do monarca a seus aliados:

Oito meses morou o rei dom Fernando em Jaén, desde que a ganhou [...], pediu conselho a seus ricos homens e aos mestres das ordens que ali estavam, que eram quem o aconselhavam que fizesse, porque já era tempo de sair e de fazer algo, porque havia muito que estiveram descansando. E cada um deles lhe aconselhava aquilo que entendia que era o melhor: uns dizendo que enviasse correr contra a terra de Sevilha, outros que fossem sair sobre alguns dos castelos que estavam por cobrar dos mouros e que os fossem conquistar, e assim

⁵² Do original: “Por lo pronto la propia ciudad estaba excelentemente fortificada, contando con un recinto amurallado, reforzado por torres, barbacana y numerosas puertas bien organizadas, mientras que todo ello estaba situado entre dos ríos, de gran valor como foso natural. La defensa inmediata, se completaba con la torre del Oro a un lado del Guadalquivir, y en la otra orilla, con el castillo de Triana y las propias murallas del barrio del mismo nombre” (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 150)”.

cada um lhe aconselhava, segundo seus entendimentos, o melhor que entendiam (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 747)⁵³.

Segundo García Fitz (2000, p. 138), o planejamento para conquistar Sevilha foi iniciado imediatamente após a tomada de Jaén, em 1246. Munido de novos financiamentos provenientes da Igreja Católica, juntamente com a chegada de reforços, Fernando III inicia sua campanha contra Sevilha. Seus primeiros passos consistiram em arrasar os campos próximos à cidade, pois proporcionavam colheitas abundantes, visando o corte de suprimentos de seu inimigo.

Após a rendição da cidade e de localidades próximas (Reyna e Constantina), o monarca chega as proximidades de Sevilha, onde sitia e toma a fortaleza chamada *Alcalá del Rio* (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995. p. 152), dominando assim todas as vias de acesso à cidade. Paralelamente, a vitória do almirante Bonifaz e sua frota de 26 navios mediante aos mais de trinta muçulmanos iniciaria o verdadeiro cerco a Sevilha.

O cerco de Sevilha seria o mais longo registrado: 16 meses. Em 1248, Fernando III recebe a chegada do infante Alfonso com importantes reforços, entre eles cavaleiros castelhanos, leoneses, galegos, portugueses, aragoneses e numerosos arqueiros. Segundo Jaime Estevão dos Reis (2007):

A incorporação de Alfonso à hoste era o reforço de que o rei precisava para apertar o cerco a Sevilha. As tropas acampam próximo aos muros da cidade; Alfonso cercou a zona palaciana de Buhaira, chamada posteriormente de “Huerta del Rey”, e desse ponto, controlou a região localizada entre o alcácer e a “Puerta de Carmona” (REIS, 2007, p. 65).

Após um período de intenso controle dos pontos de acesso e castelos pertencentes a rede de defesa da cidade, os muçulmanos residentes iniciam as negociações para sua entrega.

⁵³ Do original: “Ocho meses moro el rey don Fernando en Jahen, desde la ouo ganada [...], demandando conseio a sus ricos omnes et a los maestros de las ordenes que y estauan, que era lo quel conseiauan que feziere, ca ya tienpo era de salir et de fazer algo, ca mucho auie que estodieran folgando. Et cada vnos dellos le conseiauan aquello que entendien que era lo mejor: los vnos deziendol que enbiase correr contra tierra de Seuialla, los otros que se fuese echar sobre algunos de los castiellos que eran por cobrar de los moros et que les fuesen conquistar; et asi cada vnos le conseiauan, segunt sus entendimientos, lo mejor que entendian” (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 747).

Inicialmente, foram apresentadas três propostas de rendição para Fernando III: a primeira, entregariam o alcácer de Sevilha; a segunda, dariam o alcácer e um terço de seus ganhos, com direito a senhorio; e a terceira, dividiriam a cidade em duas partes: uma cristã e outra muçulmana (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 766).

Ciente do poder e do potencial de Sevilha, o monarca recusa todas as propostas, não deixando outra escolha a não ser a total rendição e abandono da cidade. Seria concedida a permissão para que seus habitantes levassem consigo seus bens, assim como armas e dinheiro. Após o prazo de um mês para evacuação e de um ano e quatro meses de cerco, Fernando III entra triunfante em Sevilha (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 154).

Sua personalidade forte e marcante foi determinante para o êxito em suas campanhas militares. Apesar de, por vezes encontrar situações adversas e ser aconselhado a desistir, o monarca se mostrou irredutível, demonstrando seu valor como um grande guerreiro. Como define Juan Carillo de Albornoz y Galbeño:

Muito próximo a esse valor (de guerreiro), que era reconhecido por todos, incluindo seus inimigos, estava sua audácia e decisão, audácia que era compensada por um estudo ponderado sobre suas ações, antes de empreendê-las (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 137).⁵⁴

Fernando III também contou com o apoio de dois pilares fundamentais em suas conquistas: a Igreja Católica e a nobreza de Castela e Leão. A Igreja, através de séculos de mudança do pensamento sobre a guerra, passando pelo processo de justificação e santificação do combate, apoiou o monarca em suas campanhas, financiando os custos demandados pela logística de guerra, assim como fornecendo soldados através das ordens militares.

Já a nobreza, grupo que inicialmente manteve atrito com o monarca, soube se aproveitar das características únicas em que se encontravam, lutando ao lado do rei, porém com objetivos divergentes. A importância dos nobres para as conquistas

⁵⁴ Do original: "Muy cercano a ese valor, que fue reconocido por todos, incluidos sus enemigos, estaba su audacia y decisión, audacia por otra parte contrapesada por un estudio ponderado de sus acciones antes de emprenderlas" (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 137).

fernandinas foi tamanha que o grupo adquiriu status político suficiente para enfrentar as decisões reais, principalmente no reinado de Alfonso X, seu filho.

No presente capítulo buscamos analisar o fortalecimento do poder real de Fernando III, desde a subida ao trono de Castela, passando pela união do reino com Leão e culminando nas grandes conquistas aqui citadas: Córdoba, Jaén e Sevilha. O monarca soube contornar os problemas oriundos de parte de sua nobreza, insatisfeita com sua ascensão. Após resolvidos tais conflitos, o monarca obteve avanços grandiosos no território da Península Ibérica, modificando para sempre sua configuração.

Pautado não somente no apoio de sua nobreza, o monarca contou com o financiamento e estímulo da Igreja Católica, que através dos conceitos de guerra justa e guerra santa, promoveu o ideal de Reconquista entre os reinos católicos, motivando e recompensando os envolvidos em tal embate.

A tomada das principais cidades por Fernando III por vezes contara com o domínio de um castelo, antes ou durante o processo de cerco da cidade. No capítulo III, retomaremos tais conquistas, mas agora abordando pontos específicos dos embates: os castelos dominados e/ou construídos pelo monarca, bem como a logística de guerra implementada em tais campanhas militares.

CAPÍTULO III

AS CONQUISTAS: A FUNÇÃO MILITAR DOS CASTELOS NA EXPANSÃO TERRITORIAL DE FERNANDO III

No primeiro capítulo, discutimos sobre os castelos medievais, um dos principais símbolos da Idade Média. Buscamos, através de análises do conceito, definição e simbologia, aprofundar o vasto território historiográfico já produzido sobre tais monumentos, utilizando obras de autores já consagrados no campo de pesquisa, como também investigações recentes. No segundo capítulo, refletimos acerca da ascensão e reinado de Fernando III, o rei cristão que mais avançou no processo de Reconquista da Península Ibérica. Abordamos conceitos sobre a própria Reconquista e os ideais que a fundamentaram, bem como destacamos as principais campanhas militares do monarca castelhano-leonês, dando foco maior a três conquistas específicas: Córdoba (1236), Jaén (1246) e Sevilha (1248). Graças a tais estudos, podemos adentrar ao assunto do capítulo III: a função militar dos castelos durante as conquistas territoriais de Fernando III. Destacamos, que além dos castelos, analisaremos cercos e conquistas de cidades inteiras, pois tais cidades apresentavam complexos sistemas de defesa, fazendo uso de um ou mais castelos.

Neste momento específico, pretendemos responder à seguinte questão: qual foi a função militar dos castelos durante as conquistas fernandinas? Pretendemos realizar uma reflexão sobre a campanha militar fernandina, dando ênfase aos castelos conquistados pelo monarca. Para guiar a discussão, utilizaremos como fontes primárias as já mencionadas *Historia de Los Hechos de España* (1989) e *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999), que abordam o reinado até a tomada de Córdoba, além da *Primera Crónica General* (1955), que aborda todo o período de vida do rei.

Salientamos que analisar todos os castelos e fortalezas tomadas por Fernando III na presente dissertação seria uma vasta e fatigante tarefa. Para tanto, nos atentaremos aos principais castelos narrados pelas crônicas apresentadas acima, destacando as três maiores cidades e suas redes defensivas. Por fim, apresentaremos alguns aspectos relativos ao cuidado e manutenção dos castelos conquistados.

3.1. A estratégia de guerra fernandina

O sucesso de Fernando III no processo de Reconquista vai além das três cidades aqui citadas. O monarca participou ativamente de cercos e batalhas de 1224 até 1252, ano de sua morte.

Segundo Francisco García Fitz (1998):

A expansão territorial do reino de Castela e Leão em tempos deste monarca foi impressionante e dificilmente se pode encontrar um antecedente comparável, ao menos na época medieval, e isso não somente pela amplitude do espaço conquistado, senão também pela irreversibilidade de tais conquistas (GARCÍA FITZ, 1998, p. 117)⁵⁵.

A história das conquistas de Fernando III na Península Ibérica foi marcada por estratégias de batalhas semelhantes. Os castelos e fortalezas eram dominantes durante o século XIII, portanto, a conquista de um determinado território geralmente demandava a necessidade de enfrentar tais defesas. Para tanto, a tática do cerco era amplamente utilizada, como bem define Jim Bradbury (1992). Na época do monarca a guerra “talvez consistisse em 1% de batalhas e 99% cercos” (BRADBURY, 1992, p. 71)⁵⁶, assim como Francisco García Fitz, que afirma que “a maioria das práticas de guerra desenvolvidas durante a Idade Média tiveram como eixo de ação um castelo ou uma cidade murada cujo domínio estava em disputa entre os contendores (GARCÍA FITZ, 1998, p. 115)⁵⁷.

Segundo o autor:

[...] uma porção muito significativa dessas terras, ou seja, boa parte do vale do Guadalquivir, foi incorporada à soberania castelhana-leonesa por meio de uma série de expugnações e cercos [...], e concluindo que o destino de *al-Aldalus* foi decidido, em grande medida, por meio de

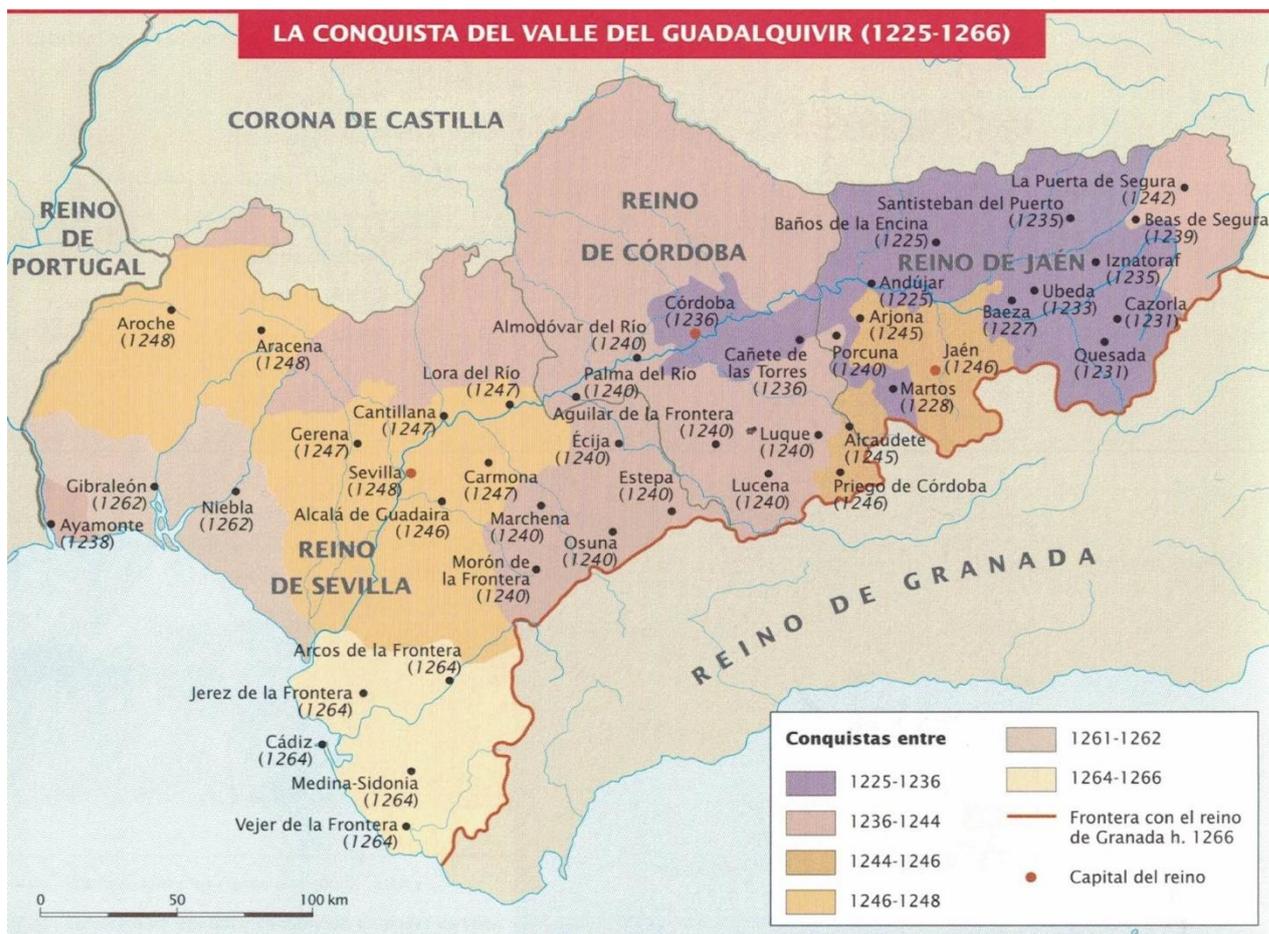
⁵⁵ Do original: La expansión territorial del reino de Castilla y León en tiempos de este monarca fue impresionante y difícilmente puede encontrarse un antecedente comparable, al menos en época medieval, y ello no sólo por la amplitud del espacio conquistado, sino también por lo irreversible de tales conquistas (GARCÍA FITZ, 1998, p. 117).

⁵⁶ Do original: ...perhaps consisted of 1% battles and 99% sieges (BRADBURY, 1992, p. 71).

⁵⁷ Do original: ...la mayor parte de las prácticas guerreras desarrolladas durante la Edad Media tuvieron como eje de actuación un castillo o una ciudad amurallada cuyo dominio estaba en disputa entre los contendientes (GARCÍA FITZ, 1998, p. 115).

uma sucessão de campanhas de cerco⁵⁸ (GARCÍA FITZ, 1998, p. 117).

Figura 8



A conquista do vale do Guadalquivir. Fonte: García de Cortázar, 2007, p. 208.

A tática de cerco utilizada por Fernando III em sua luta pela Reconquista da Península Ibérica não foi aplicada apenas no campo militar, como também nos campos político e social. Tal tática consistia no desgaste dos governantes árabes, gerando descontentamento de sua população mediante firmação de acordos de não-agressão (que exigiam grandes somas em dinheiro), pactos de vassalagem e ajuda entrei reis árabes adversários entre si, assim como o isolamento de grandes cidades e castelos, forçando o consumo de seus recursos financeiros e naturais de forma

⁵⁸ Do original: [...] una porción muy significativa de esas tierras, esto es, buena parte del valle del Guadalquivir, fue incorporada a la soberanía castllano-leonesa mediante un rosario de expugnaciones y cercos [...], y concluir que el destino de al-Aldalus fue decidido, en buena medida, mediante una sucesión de campañas de cerco (GARCÍA FITZ, 1998, p. 117).

acelerada. Devido as condições estabelecidas, os habitantes do castelo ou cidade sitiados eram obrigados a negociarem sua rendição:

Este plano político-militar de desgaste e erosão facilitava extraordinariamente as conquistas dos pontos fortes e, especialmente, das grandes cidades, sem que fosse necessário um uso massivo de força: significativamente, em todo este processo de expansão não houve nem uma grande batalha campal (GARCÍA FITZ, 2006, p. 105)⁵⁹.

O monarca castelhano-leonês possuía conhecimento da força militar de seu inimigo, como também de seu poder político e cultural. Era necessário não somente destruir o inimigo em si, mas também o ideal que ele defendia. No caso específico, a cristandade precisava sobrepujar o islamismo. Não era apenas o domínio físico que estava em jogo: era o direito de recuperar terras que foram tomadas há séculos. Era uma batalha que transpassava o campo militar, penetrando profundamente no campo ideológico, utilizando como bases os argumentos de uma guerra justa e santa.

Francisco García Fitz resume as estratégias de guerra utilizadas pelo monarca durante suas campanhas:

O uso e o potencialização consciente, para fins claramente corrosivos, da dissidência interna de *al-Andalus*, o uso de cavalgadas de curto e longo alcance, mas sempre de duração adequada às possibilidades de manter uma hoste no local sob o caráter e limitações de suas obrigações militares e da estação do ano escolhida, que permitia o abastecimento no terreno, capaz de enfraquecer os militares, econômica e moralmente, e o estabelecimento de bloqueios de cerco uma vez que os inimigos estivessem suficientemente desequilibrados, explicam amplamente a expansão alcançada durante esses anos, apesar das limitações técnicas, econômicas ou outras⁶⁰ (GARCÍA FITZ, 1998, pp. 164-165).

⁵⁹ Do original: Este plan político-militar de desgaste y erosión facilitaba extraordinariamente las conquistas de los puntos fuertes y, especialmente, de las grandes ciudades, sin que fuera necesario un uso masivo de la fuerza: significativamente, en todo este proceso de expansión no hubo ni una gran batalla campal. (FITZ, 2006, p. 105).

⁶⁰ Do original: El aprovechamiento y potenciación consciente, con fines claramente corrosivos, de las disidencias internas de al-Andalus, la utilización de las cabalgadas de corto y lardo radio, pero siempre de una duración adecuada a las posibilidades de mantenimiento de una hueste sobre el terreno en virtud del carácter y limitaciones de sus obligaciones militares y de la temporada del año elegida, que permitía el abastecimiento sobre el terreno, capaces de debilitar militar, económica y moralmente a los enemigos, y el establecimiento de asedios-bloqueos una vez que los enemigos habían sido suficientemente desequilibrados, explican en buena medida la expansión alcanzada durante estos años

O autor destaca as táticas mais utilizadas por Fernando III, mas tal afirmação não significa que ele se ateuve somente aos aspectos citados. Por vezes, castelos e fortalezas foram dominados sem a necessidade de um embate bélico. Nem todo árabe era visto como inimigo. Como estrategista, o monarca utilizou de diversas ferramentas e táticas de guerra para atingir seus objetivos. Uma dessas ferramentas foi fundamental para seu avanço em território inimigo: a diplomacia.

3.1.1. A diplomacia

Fernando III firmou vários pactos de vassalem e não-agressão entre seus inimigos muçulmanos, durante o processo de Reconquista. Tais pactos visavam o fortalecimento da Coroa de Castela em território inimigo, assim como o ganho de castelos e propriedades sem a necessidade de enfrentamento bélico, como também o auxílio de tropas muçulmanas durante as campanhas militares.

O primeiro dos acordos foi firmado com o rei de Baeza, *Muhammad Abdala el Bayasí*. O rei muçulmano auxiliou o monarca cristão em diversas campanhas militares, como a tomada do castelo de *Salvatierra*, e ao cerco a um outro importante castelo, o de *Capilla*. Segundo narra a *Crónica latina dos Reyes de Castilla (1999)*, o pacto foi respeitado até sua morte, por traição de seus próprios súditos, descontentes com sua forma de governo.

O monarca recebeu diversas fortalezas e castelos das mãos de *el Bayasí*, assim como seu auxílio em batalhas e cercos. O pacto de vassalagem ainda contaria com as campanhas do cerco de Jaén em 1225, a tomada de *Priego*, *Loja*, e de castelos e fortalezas fronteiriças à cidade de Córdoba (que passara a ser domínio de Baeza).

Fernando III admirava e respeitava seu vassalo, confiando plenamente em *al-Bayasí*, ignorando até mesmo conselhos de seus nobres que desconfiaram de uma suposta armadilha, após a chegada de um grande contingente de tropas em auxílio de Fernando III⁶¹. O vínculo fraternal entre ambos perduraria até a morte do rei

a pesar de las limitaciones técnicas, económicas o de cualquier otro tipo (GARCÍA FITZ, 1998, p. 164-165).

⁶¹ Segundo a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla (1999, p. 80)*, após a chegada do numeroso exército muçulmano, os nobres que acompanhavam Fernando III ficaram com receio de serem traídos

muçulmano no castelo de Almodóvar, morto pelas mãos de cordobeses revoltosos com a relação entre os dois reis (JIMÉNEZ, 2014, p. 211).

Outras autoridades muçulmanas também utilizaram pactos de vassalagem para se proteger do exército do monarca. Após uma campanha falha para retomar os territórios perdidos, o governador almóada de Al-Andaluz *Abu-l-Ula* firma uma trégua em 1228 em troca do pagamento de 300.000 *maravedís*⁶² (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 143).

Posteriormente, o novo califa *Ibn Hud*, após sua ascensão, também firma uma trégua através do pagamento da mesma soma de *maravedís*. Tais pactos não eram bem-vistos entre os muçulmanos, pois enunciavam a falta de poderio militar para fazer frente ao avanço católico, o que destacamos como um ponto positivo para Fernando III e seu projeto militar.

Após a morte de *Ibn Hud*, seu regente e rei de Granada, *Ibn al-Hamar*, após o terceiro cerco a cidade de Jaén, firma o chamado “pacto de Jaén” em 1245. O rei muçulmano se compromete a pagar uma soma de 150.000 *maravedís* anuais a Fernando III, em troca de uma trégua que duraria vinte anos, além de entregar a cidade ao monarca castelhano-leonês.

Com a queda de Jaén, os governadores muçulmanos de Sevilha e Túnez se apressaram para formar pactos com o monarca cristão, justamente como o rei de Granada havia feito, temendo o avanço de suas tropas. Porém, o acordo causou a ira do exército sevilhano, que se rebelou contra seu governador, *Ben Alchad*, assassinando-o e colocando seu comandante, *Checaf*, no controle da cidade (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 150). Sua primeira ação foi romper os pactos firmados por seu antecessor.

e mortos pelos soldados de Al-Bayasí. Somente o monarca se manteve sereno e firme, acreditando fielmente na palavra de seu vassalo.

⁶² O *maravedí* foi uma moeda recorrente na Península Ibérica criada pelos povos almorávidas, cunhada em ouro. Existem registros da moeda também ser produzida em bronze, para o uso em transações diárias. Devido à grande quantidade de ouro obtida dos povos muçulmanos, as monarquias peninsulares também cunharam a moeda.

3.1.2. Os cercos

Quando a diplomacia não era viável, entravam em ação as máquinas de guerra e a logística de cercos. Uma vez bloqueados todos os pontos de entrada e saída de um castelo, restava aos atacantes aguardarem a falta de mantimentos daqueles que estavam sitiados. Caso não recebessem apoio externo, o castelo era entregue, mediante pactos firmados entre as duas partes, geralmente resguardando a vida dos derrotados e o direito de deixarem suas terras em segurança. O evento poderia transcorrer de forma rápida (como o caso de Guilherme II e o assédio de dois dias ao castelo de *Tonbridge* em 1088) ou durar até mesmo anos (como Godofredo V de Anjou (1129-1151), que cercou *Montreuil-Bellay* até sua queda, três anos depois).

Por mais impenetráveis que poderiam parecer, poucos eram os castelos que condiziam com tal característica. O fator humano seria crucial para o sucesso ou o fracasso de uma conquista, como afirma Maurice Keen:

O equilíbrio sutil entre as estruturas defensivas e o armamento ofensivo caracteriza o período, ainda que de fato foram poucas as fortalezas que caíram como resultado direto de bombardeios ou assaltos. Muitas mais caíram como consequência da fragilidade humana devido à escassez de provisões ou devido ao fracasso das forças de apoio que vinham para ajudar a guarnição assediada (KEEN, 2010, p. 214)⁶³.

A técnica de assédio foi utilizada largamente não somente durante as conquistas de Fernando III, mas também em grande parte de todas as batalhas medievais. Conforme define Maurice Keen:

Durante o período entre o ano de 800 e 1450 poucas campanhas se desenvolveram sem que houvesse o assédio de um, e as vezes vários pontos chave, e somente em sociedades não defendidas por castelos, como na Irlanda no século XII, ou em Gales no século XIII, os assédios permaneceram em segundo plano. Ao longo de todo o período, os assédios superaram em números as batalhas campais, os

⁶³ Do original: El sutil equilibrio entre las estructuras defensivas y el armamento ofensivo caracteriza este período, aunque de hecho fueron pocas las fortalezas que cayeron como resultado directo de bombardeos o asaltos. Muchas más cayeron como consecuencia de la fragilidad humana al escasear las provisiones o debido al fracaso de las fuerzas de apoyo que acudían en ayuda de la guarnición assediada (KEEN, 2010, p. 214).

enfrentamentos navais, as expedições de ataque a cavalo, e a qualquer outra forma de atividade bélica (KEEN, 2010, p. 212)⁶⁴.

Tal informação apresentada pelo autor confirma a importância dos cercos durante a Idade Média no ocidente europeu. Principalmente na Península Ibérica, local em que o autor ainda cita a tomada de Córdoba e Sevilha durante o processo de Reconquista como desdobramentos de diferentes assédios (KEEN, 2010, p. 2012).

Segundo Bradbury e Keen, não existiu outra forma de combate bélico que tenha sido amplamente utilizada como os cercos. Mas porque a Idade Média foi palco de tantos assédios? Pelo fator de risco. Em uma batalha direta, o enfrentamento entre dois exércitos levava a perdas imensas. Como já descrito na presente dissertação, a batalha de Las Navas de Tolosa (1212) foi considerada o “divisor de águas” na história da Reconquista, pois após a vitória cristã, o Império Árabe jamais conseguiu se recuperar dos desdobramentos causados pela batalha campal. Devido ao grande custo financeiro e humano causado com uma batalha frontal, o cerco era mais utilizado, pois significava o maior controle do combate por parte dos atacantes, assim como a segurança de suas tropas. A duração dos combates era mais longa, porém, o resultado era garantido.

O monarca castelhano-leonês promoveu grandiosos cercos durante sua campanha na Reconquista. Os bloqueios eram executados de forma intensa para que se esgotassem todas as opções viáveis de salvação aos sitiados, não restando outra saída a não ser a rendição. Elaboramos a tabela abaixo para demonstrar o tempo empreendido nos cercos por Fernando III em suas principais conquistas:

⁶⁴ Do original: En el periodo entre el año 800 y 1450 pocas campañas se desarrollaron sin que se produjese el asedio de uno, y a veces varios, pimientos clave, y sólo en las sociedades no defendidas por castillos, como en Irlanda en el siglo XII y en Gales en el siglo XIII, los asedios permanecieron en un segundo plano. A lo largo de todo el período, los asedios sobrepasaban en número a las batallas campales, a los enfrentamientos navales, a las expediciones de ataque a caballo y a cualquier otra forma de actividad belica (KEEN, 2010, p. 212).

Tabela 1

Cidade	Duração do cerco
Capilla	3,5 meses
Baeza	Conquistada sem cerco
Úbeda	6 meses
Córdoba	5 meses
Jaén	7 meses
Sevilha	16 meses
TOTAL	37,5 meses

Duração dos principais cercos de Fernando III.

Observamos que a maioria dos cercos realizados por Fernando III foi de longa duração. Raramente uma fortaleza era tomada rapidamente, em um ataque direto. Mas por qual motivo tal tática de guerra era pouco efetiva? Segundo Francisco García Fitz (1998, p. 118-121), são dois fatores principais que compõem a resposta: o assalto direto a uma fortaleza exigia um alto custo de vida humana. Dessa forma, apenas exércitos volumosos (o que era raro para o período) realizavam tal tática, mesmo que a vitória ainda fosse pouco provável.

Em segundo lugar, a tecnologia empregada nas armas e equipamentos de ataque era inferior à tecnologia empregada na defesa de um castelo. Tais máquinas geralmente eram mais efetivas quando utilizadas próximo a seu alvo, e se aproximar de uma muralha ou torre de um castelo, por muitas vezes, significava colocar a própria vida em risco. O fato da má qualidade dos equipamentos de cerco também deve ser levado em conta (GARCÍA FITZ, 1998, p. 121).

É importante salientar o “espelho de cavaleiro” retratado nas crônicas abordadas acerca da imagem de Fernando III. O rei sempre é retratado como um guerreiro exemplar, que prevalece sobre os inimigos da Igreja, porém, também

demonstra compaixão e piedade com os vencidos, assim como seu compromisso com a verdade e a honestidade. Após a tomada do castelo de *Capilla*, Fernando III cumpre o acordo que outrora tinha firmado com seus ocupantes, em caso de rendição:

O rei, de sua parte, mantendo fidelidade inclusive a seus inimigos, fez com que os mouros, suas esposas e filhos, saíssem com os bens móveis e fossem levados a salvo, como havia prometido, até o castelo de Gahet (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 82)⁶⁵.

A figura real é descrita no campo de batalha como um mortal inimigo daqueles que se opunham à sua vontade, porém, piedoso e gentil com aqueles que aceitam sua vitória. Segundo Juan Carillo de Albornoz y Galbeño (1995), o monarca provaria seu valor em diversas ocasiões, tendo suas qualidades reconhecidas até mesmo por seus inimigos. Além da audácia de seus planos, realizados sempre após um estudo detalhado sobre a situação, outras qualidades são exaltadas pelo autor:

[...] a firmeza de carácter, a sua lealdade à palavra dada ou aos pactos acordados, a severidade exigida para seu cumprimento, ou como punia com punho de ferro o seu descumprimento, a sua generosidade para com os vencidos e sua tolerância, seu espírito de justiça, a tenacidade demonstrada mil vezes ao longo de suas inúmeras campanhas, e seu carácter amável, simples e humilde ao mesmo tempo, sem preconceito ou perda de autoridade⁶⁶ (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, P. 137).

Como já destacado na presente dissertação, a intencionalidade das crônicas medievais deve ser levada em questão, pois, seu objetivo era de demonstrar a figura real como alguém ideal, guerreiro e cortês, admirado por todos e capaz de perdoar seus inimigos.

⁶⁵ No original: “El rey, por su parte, guardando fidelidad incluso a los enemigos, hizo que los moros, sus esposas e hijos, salieran con los bienes muebles y fueran llevados salvos, como había prometido, hasta el castillo de Gahet” (CRÓNICA LATINA DOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 82).

⁶⁶ Do original: ...la firmeza de carácter, su lealtad a la palabra dada o a los pactos acordados, la severidad con la que exigía su cumplimiento, o con la que castigaba su incumplimiento con mano de hierro, su generosidad con el vencido y su tolerancia, su espíritu de justicia, la tenacidad demostrada mil veces a lo largo de sus numerosas campañas, y su carácter bondadoso, llano y humilde a un tiempo, sin menoscabo ni pérdida de la autoridad (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, P. 137).

3.2. O aspecto militar dos castelos durante a Reconquista de Fernando III

O monarca castelhano-leonês não poupou esforços em sua luta contra os muçulmanos. Contando com o apoio de sua mãe, a rainha Berenguela, dos nobres da cidade de Castela (e posteriormente, de Leão), do papado e de diversas Ordens Militares⁶⁷, Fernando III levantou recursos financeiros e humanos, dando início a sua luta contra os muçulmanos.

Durante suas campanhas militares, o monarca (que efetivamente não participou de nenhuma batalha em campo aberto) se tornaria o rei que mais conquistou territórios durante o processo de Reconquista da Península Ibérica. Os castelos merecem destaque, pois poucos avanços se deram sem que houvesse a necessidade de enfrentar uma fortificação.

No presente item, objetivamos identificar e analisar as principais campanhas militares do monarca, enfatizando os castelos e fortalezas disputados, além das três principais conquistas já citadas na presente dissertação.

3.2.1. As primeiras campanhas militares

Após o aval da nobreza para o início das campanhas militares (item 3 do segundo capítulo da presente dissertação), o monarca parte em direção ao território inimigo. A *Primera Crónica General* narra o primeiro castelo que Fernando III e suas tropas enfrentaram:

Ele passou por Úbeda e Baeza, aprisionando Quesada assim que chegou, e foram mortos e presos muitos milhares de mouros, e o castelo que estava derrubado pelos muitos combates que os cristãos fizeram outras vezes: o rei dom Fernando não o quis tomar aquela vez, nem o reter, nem fazer a mais do que havíamos dito que ele fez⁶⁸ (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 720).

⁶⁷ Segundo as fontes medievais aqui abordadas, participaram das campanhas militares soldados das ordens de Santiago, Calatrava e Alcántara.

⁶⁸Do original: Et paso por Vbeda et Baeça, fasta que llogo a Quesada et prisola; et muertos et catiuados muchos millares de moros, por el castiello que era derribado por las muchas conbateduras que los cristianos fezieran y dotras vezes: el rey don Fernando non lo quiso tomar daquela uez nin retenerle, nin fazer y mas que lo que auemos dicho que fizo y (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 720).

O castelo de *Quesada* não foi mantido por Fernando III devido à destruição causada pelos ataques constantes (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 344), o que denuncia o uso de armamentos pesados durante o ataque, mesmo não sendo especificados quais foram tais equipamentos utilizados em nenhuma das fontes aqui abordadas. Salientamos que os principais equipamentos utilizados para um ataque e cerco de um castelo eram o *arriéte*, o *trabuco* e a *catapulta* (KEEN, 2010, P. 13).

Após tal episódio, Fernando III e seu exército se concentram na tomada da cidade de Jaén, naquele que seria o primeiro de três cercos a cidade. *A Crónica Latina de los Reyes de Castilla* apresenta o cerco em detalhes:

Ao se aproximar da nobre e habitada cidade de Jaén, a assediaram e expurgaram durante muitos dias, e retiveram cercados todos os que estavam na vila, devastando pomares, vinhas, árvores e plantações. Isso fez com que aquela nobre cidade, florescente e vigorosa, fosse enegrecida como carvão. A terra secou e os campos definharam: caiu, caiu sua primeira glória (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 77-78)⁶⁹.

O monarca e seus vassalos não conseguem tomar a cidade em seu primeiro cerco, devido às defesas sólidas apresentadas por Jaén. O esforço demandado por um ataque direto poderia significar a perda de milhares de soldados. O rei opta por abandonar o cerco, promovendo ataques a fortalezas que se encontravam ao redor da cidade de Jaén. Com a aproximação do inverno, Fernando III retorna para suas terras “rico e honrado” (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 720).

Destacamos aqui, o aspecto defensivo da cidade de Jaén, que forçou o monarca a abandonar o cerco, visto que o ataque direto a fortaleza era muito arriscado. A cidade se manteve irredutível, mesmo com as tropas inimigas em seus portões. Ao perceber que o cerco seria mais longo que o previsto, Fernando III parte

⁶⁹ Do original: Acercándose a la noble y habitada ciudad de Jaén, la asediaron y expugnaron durante muchos días, y retuvieron cercados a todos los que estaban en la villa, devastando huertos, viñas, árboles y mieses. La faz de aquella noble ciudad, floreciente y vigorosa, se ennegreció como el carbón. La tierra se marchitó y los campos languidecieron: cayó, cayó su gloria primera (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 77-78).

em retirada, mas não sem antes queimar os campos ao redor de Jaén, e destruir as fortalezas menores que compunham a guarda da cidade.

Tal tática era utilizada visando o enfraquecimento dos suprimentos da fortaleza principal. Mesmo que o cerco não estivesse montado, os muçulmanos ainda precisariam dos víveres que os campos ao redor de Jaén produziam, que outrora foram arrasados pelo exército cristão.

No ano seguinte⁷⁰, as tropas fernandinas contam com o apoio do rei de Baeza, seu vassalo, que avançam por Jaén, chegando ao rio Bétis. Graças ao pacto firmado, a coroa cristã consegue importantes castelos sem a necessidade de qualquer embate:

Embora os povos em sua totalidade voltassem deste lugar para suas terras, o rei ficou com os nobres, ou seja, com os magnatas e outros soldados, e então o rei de Baeza, conforme o pacto que havia assinado com nosso rei, deu o nobre e bem defendido por natureza castelo de Martos, Jaén e Andújar e alguns outros castelos menores, porque pelo pacto foi obrigado a entregar ao nosso rei todas as fortificações que quisesse receber e deixar nas terras dos mouros aquelas que o rei de Baeza poderia reter⁷¹ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 78).

Destacamos aqui a importância do pacto entre Fernando III e *el Bayasí*, que proporcionou a tomada de importantes castelos sem a necessidade de empreender um cerco. O castelo de *Martos* estava localizado em uma colina a 1003 metros de altitude, sendo praticamente inexpugnável a um ataque direto. Segundo Juan Eslava Galón (1990), “sua vista protetora e ameaçadora é sentida a muitas léguas de distância”⁷² (GALÓN, 1990, p. 153).

⁷⁰ As fontes medievais aqui abordadas apresentam divergências a respeito sobre a ordem de conquistas de Fernando III: de acordo com a *Primera Crónica General* (1955) e a *Historia de los Hechos de España* (1989) a ordem das conquistas foram: Quesada, Martos, primeiro cerco a Jaén e Capilla. Já a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999) apresenta a seguinte sequência: Quesada, primeiro cerco a Jaén, Martos e Capilla.

⁷¹Do original: Aunque los pueblos en su totalidad volvieron desde este lugar a sus tierras, el rey se quedó con los nobles, es decir con los magnates y otros soldados, y entonces el rey de Baeza, según el pacto que había firmado con nuestro rey, le entregó el noble y bien defendido por la naturaleza castillo de Martos, Jaén y Andújar y algunos otros castillos menores, pues por el pacto estaba obligado a entregar a nuestro rey todas las fortificaciones que él quisiera recibir y dejar en tierras de moros las que el rey de Baeza pudiera retener (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 78).

⁷² Do original: “Su vista protectora o amenazante se hace sentir a muchas leguas de distancia” (GALÓN, 1990, p. 153).

Figura 9



Castelo de Martos. Fonte: <http://castillosyfortalezasdejaen.com/castles/27-pena-de-martos-castle.html>. Acesso em: 08/04/2021.

Devido à dificuldade em tomar um castelo da proporção como *Martos* através de um cerco (ou ainda mais por um ataque direto), salientamos que a entrega não somente deste, como de outros castelos que compunham o corpo defensivo próximo à cidade de Jaén facilitou o escoamento das tropas e provisões de Fernando III, contribuindo para um maior avanço em direção ao território inimigo.

Na sequência, as tropas de Fernando III ainda atacaram os castelos de *Priego* e *Alhama* utilizando táticas semelhantes: aprisionavam o inimigo, o matavam com golpes de faca e demoliram ambas as fortalezas, para que os árabes não voltassem a utilizá-las (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 345; PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 720-721).

3.2.2. O castelo de Capilla e a cidade de Úbeda

O castelo de *Capilla* localizava-se entre as cidades de Badajoz e Córdoba, cercado por rios, riachos e serras montanhosas. A região contava com rotas diretas

para as cidades de Mérida, Sevilha, Córdoba, Almadén e Toledo, possuindo em suas margens populações árabes, em sua maioria formada por berberes⁷³. Se dedicavam à criação de gado, e após sofrerem com revoltas internas, decidiram erguer castelos para sua proteção.

Segundo Francisco J. Durán Castellano (2000):

Deve-se ter em mente que esta área foi ponto de confluência de importantes rotas comerciais, como a que ligava Mérida a Almadén e na qual se localizava a fortaleza da Capela, junto com Magacela, Benquerencia e Almorchón, como núcleos defensivos ao longo do caminho⁷⁴ (DURÁN CASTELLANO, 2000, p. 108).

Tais características fortaleceram o surgimento de comunidades que dependiam de um castelo para sua segurança. A questão de defesa das importantes rotas comerciais também é um aspecto militar a ser destacado, o que fazia do castelo uma construção de grande importância.

A *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, entre as fontes aqui abordadas, é a que mais oferece informações sobre a campanha de *Capilla*. A *Primera Crónica General* apenas menciona o assédio, “que era um castelo muito forte” (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 721), enquanto a *Historia de los Hechos* apenas menciona que o castelo pertenceu a diocese de Toledo, e que o cerco durou quatorze semanas (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 345).

Segundo a *Crónica Latina*, Fernando III utilizou “máquinas admiráveis” durante o cerco a *Capilla*, o que demonstra o poderio militar do monarca. Além do maquinário utilizado, o cronista exalta as qualidades do rei enquanto guerreiro, que se manteve firme em seu propósito, mesmo após receber a notícia de que um de seus principais vassallos, o rei de Baeza, havia sido assassinado⁷⁵ pelos seus próprios súditos:

⁷³ Segundo Michael Brett (2019), os berberes são povos árabes livres de origem nobre, que habitavam as terras do norte da África e falavam o idioma berbere. Atualmente vivem nas regiões de Marrocos, Algéria, Tunísia, Líbia, Egito, Mali, Níger e Mauritânia.

⁷⁴ Do original: Asimismo hay que tener en cuenta que esta zona era punto de confluencia de importantes rutas comerciales, como la que unía Mérida con Almadén y en la que se situaba la fortaleza de Capilla, junto con Magacela, Benquerencia y Almorchón, como núcleos defensivos a lo largo del camino (DURÁN CASTELLANO, 2000, p. 108).

⁷⁵ O rei de Baeza havia prometido a Fernando III a posse de diversos castelos, como já destacado pela *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999, p. 78), sendo *Capilla* um deles. Porém, ao se aproximar do castelo, seus ocupantes se recusam a entregá-lo, devido ao fato de que tal promessa causou a revolta de seus súditos, ocasionando assim a traição e decapitação de al-Bayasí.

Nosso rei, insistindo viril e incansavelmente no empreendimento, combatia como podia, de dia e de noite sem interrupção, o castelo que havia assediado. E ainda que parecesse impugnável a alguns, e, quando souberam da morte do rei de Baeza, aconselharam o rei que se retirasse do assédio e se deslocasse a terras cordobesas, onde poderia causar muitos danos aos mouros e principalmente aos cordobeses em vingança de seu nobre vassalo o rei de Baeza, o rei, sem dúvida, seguindo o prudente conselho de sua mãe, que havia recomendado não se retirar de modo algum do assédio até que tomasse o castelo, firme e constante, com perseverança em seu propósito, não dava descanso aos mouros assediados nem de dia nem de noite⁷⁶ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 81).

A fonte destaca as qualidades militares do monarca castelhano, assim como a prudência e sabedoria de sua mãe, Berenguela. Mesmo aconselhado por seus soldados a recuar após a morte de seu vassalo, o assédio se manteve, ainda mais firme, com o uso constante de máquinas de guerra.

Capilla caiu em 1226. Não devido a invasão das tropas cristãs diretamente, mas sim ao ataque intenso de Fernando III com suas máquinas de assédio e torres de assalto, que após negociações, permitiu que os ocupantes do castelo o deixassem em segurança, levando tudo aquilo que poderia carregar. Mais uma vez, um castelo que era considerado inexpugnável era dominado, devido a fragilidade da vida humana de seus ocupantes.

⁷⁶ Do original: Nuestro rei, insistiendo viril e infatigablemente en la empresa, impugnaba como podía, de día y de noche sin interrupción, el castillo que había asediado. Y aunque les parecía impugnable a algunos, que, cuando conocieron la muerte del rey de Baeza, aconsejaban al rey que se retirara del asedio y pasaria a tierras cordobesas, donde podría inferir muchos males a los moros y principalmente a los cordobeses en venganza de su noble vassalo el rey de Baeza, el rey, sin embargo, siguiendo el prudente consejo de su madre, que le había recomendado no retirarse en modo alguno del asedio hasta que tomara el castillo, firme y constante, con perseverancia en el propósito, no daba a los moros asediados descanso ni de día ni de noche (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 81).

Figura 10



Castelo de Capilla. Disponível em: <https://listaropatrimonio.org/ficha/castillo-de-capilla/>.

Acesso em: 16/02/2021.

Após o feito, o monarca se concentrou em organizar os territórios conquistados, assim como fortalecer seus laços com os nobres, Igreja e ordens monásticas, essenciais para a continuação de sua campanha. Realizou a unificação dos reinos de Castela e Leão em 1230 (item 1 do segundo capítulo da presente dissertação) e prosseguiu com seu avanço em direção ao sul da Península Ibérica.

O próximo alvo seria Úbeda, vila posicionada estrategicamente entre grandes territórios muçulmanos. O interesse pela conquista estava relacionado ao controle do território local, assim como o de fixar novos pontos de logística para futuros avanços. Segundo Gonzalo Martínez Díez (2000):

A cidade de Úbeda, arrasada pelos cristãos em 1212 na batalha de Las Navas de Tolosa, havia sido restaurada; sua posse era importante para Fernando III por estar situada próxima a Baeza e porque também

interceptava as comunicações com Quesada e Cazorla, já em mãos cristãs⁷⁷ (MARTÍNEZ DÍEZ, 2000, p. 637).

A *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999, p. 92) destaca que, antes da campanha, Fernando III reúne sua corte de nobres, com membros de Castela, Leão, Galícia e outras partes de seu reino. Após deliberar assuntos pertinentes ao reino, o monarca parte com sua hoste em 1233 e inicia o cerco a vila de Úbeda “com uma multidão e com muitos equipamentos⁷⁸ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 93). Enquanto a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* apresenta mais detalhes sobre o cerco, a *Historia de los Hechos* é bem sucinta:

Então o rei Fernando sitiou novamente Úbeda, uma fortaleza muito povoada, protegida com soldados e grandes defesas, mas ele a atacou com tal ímpeto que os sitiados se renderam a ele em troca de suas vidas⁷⁹ (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 349).

Um acontecimento curioso é registrado: Fernando III sofreu com a perda de grande parte de suas tropas durante o cerco, pois de acordo com as leis de Leão, os nobres que acompanhavam a hoste estavam livres de participarem de suas obrigações militares a seu rei após três meses. O monarca se manteve firme, e após sete meses de cerco, devido à escassez de alimentos e falta de ajuda aos sitiados, a fortaleza é entregue, novamente após negociações que garantiram a saída em segurança de seus habitantes (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 93).

Observamos que o cronista exalta de forma intencional a perseverança de Fernando III, que mesmo após significativa redução de suas tropas, não abandona o cerco a Úbeda. Após sete meses (maior tempo até então empreendido pelo monarca

⁷⁷ Do original: La ciudad de Úbeda, arrasada por los cristianos en 1212 tras la batalla de Las Navas de Tolosa, había sido restaurada; su posesión era importante para Fernando III por su situación próxima a Baeza y porque interceptaba también las comunicaciones con Quesada y Cazorla, ya en manos cristianas (MARTÍNEZ DÍEZ, 2000, p. 637).

⁷⁸ Do original: ... en gran multitud y con mucho aparato (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 93).

⁷⁹ Do original: A continuación el rey Fernando sitió de nuevo Ubeda, fortaleza muy poblada, asegurada con soldados y grandes defensas, pero arremetió contra ella con tal ímpetu que los asediados se le rindieron a cambio de sus vidas (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 349).

em um cerco), o castelo é entregue, o que demonstra sua capacidade defensiva para resistir aos ataques promovidos pelas máquinas de guerra do monarca.

3.2.3. A conquista de Córdoba

Córdoba foi uma cidade poderosa para o Império Omíada, descrita na *Primera Crónica General* (1955, p. 729) como “cidade real e mãe das outras cidades da Andaluzia”. Possuía grandes bibliotecas, banheiros públicos, comércio intenso de grãos, escravos e livros, atraindo comerciantes de diversas regiões. Porém, a situação começou a se modificar após o século X.

Como afirma Ricardo da Costa:

Contudo, a partir do século XI, em um período relativamente curto todo esse esplendor do império omíada e sua capital sofreram três violentos baques. Em primeiro lugar, a fitna (1008-1031) – violenta guerra civil que varreu Córdoba alguns anos após a morte de Almançor (1002), uma das causas do posterior surgimento dos reinos de taifas. Depois, o sítio, o saque e a destruição de parte da cidade pelos muçulmanos berberes (que durou três meses). Por fim, a conquista de Córdoba, em 1070, por al-Mutamid (Muhammad ibn'Abbad al-Mu'tamid, 1040-1095), rei da taifa de Sevilha (e poeta), fato de graves conseqüências, pois Córdoba nunca mais recuperaria sua condição de capital califal (COSTA, 2008, p. 14-15).

Tais pontos destacados por Ricardo da Costa promoveram o enfraquecimento interno da cidade e principalmente o descontentamento da população. Como já mencionado⁸⁰, um pequeno grupo de almogávares invadiu as muralhas da cidade à noite utilizando escadas, matando silenciosamente as sentinelas que faziam a guarda e se apossando de um bairro da cidade, chamado Axarquía.

A tomada do bairro pelo pequeno grupo de soldados, segundo narra a *Primera Crónica General*, se deu por dois motivos principais: o primeiro, a confissão feita por guardas muçulmanos, pois revelaram que os muros da cidade não eram bem vigiados. Em segundo lugar, o pequeno contingente de pessoas que habitavam o bairro no momento do ataque, sendo que a maioria havia se retirado para o centro da cidade,

⁸⁰ Item 3.1 da presente dissertação.

temendo um ataque cristão (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 730). A falta de pessoas para a defesa de suas residências culminaria no fácil domínio cristão.

Segundo Fernando Díaz-Plaja (1997, p. 192-193), o pequeno contingente cristão decidiu invadir a cidade após interrogar um prisioneiro árabe. Em troca de sua liberdade, revelou que a cidade era calma, e apesar de seus muros e torres, poucas pessoas faziam a guarda. Córdoba era muito bem defendida. Seus grossos muros eram interligados por torres, de onde seus guardas poderiam contra-atacar qualquer invasor. O difícil acesso a essas torres fazia com que uma pequena guarnição suportasse o assédio por meses. A cidade contava com uma rede de defesas que contornavam seu perímetro, demandando um esforço ainda maior para seu cerco, se comparada a um castelo.

A tomada do bairro de Axarquía se deu na calada da noite. A vida pacata e feliz dos muçulmanos habitantes da cidade, como descrita pelo prisioneiro, jamais seria a mesma:

Córdoba viu um povo de outra religião e língua, que não havia alimentado, condenar à morte, em seu próprio seio, seus filhos, e, atordoada, não poderia fortalecer suas mãos sem força e joelhos fracos contra os inimigos, que, embora fossem poucos, não lhes pôde resistir, pois a indignação de Nosso Senhor Jesus Cristo e o seu poder oprimiam tão grande e forte multidão de mouros (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 98)⁸¹.

Após a tomada do bairro, os guerreiros mandaram um auxílio de socorro para Fernando III, na esperança de que suas tropas se juntassem ao pequeno contingente cristão. O bispo Jiménez de Rada dedica um breve trecho para narrar a partida do rei, bem como a tomada da cidade:

E o rei Fernando, que então se encontrava no reino de Leão, ao receber a notícia, após convocar conterrâneos e cavaleiros, mas sem esperar a sua chegada, partiu imediatamente com apenas cem cavaleiros, mas, atrasado devido às chuvas e o transbordamento dos

⁸¹ Do original: Córdoba vio un pueblo de otra religión y lengua, al que no había nutrido, dar muerte, como en su propio seno, a sus hijos, y, como aturdida, no podía robustecer las manos sin fuerzas y las débiles rodillas contra los enemigos, a los que, aunque eran pocos, no les podía resistir, ya que la indignación de Nuestro Señor Jesucristo y su poder oprimía la multitud tan grande y fuerte de los moros (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 98).

rios, não poderia avançar na velocidade que pretendia; No entanto, ainda chegou a tempo e a cada dia, tanto de Castela como de Leão, vinham cavaleiros, nobres e milícias das cidades, e começaram a apertar o cerco de Córdoba; Finalmente, vítima dos ataques e da falta de comida, é derrotada e curvada, e com a única concessão de vida os árabes sitiados partiram, e a cidade patricia é purificada das abominações de Maomé na festa dos apóstolos Pedro e Paulo (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 350)⁸².

A tomada da cidade seguiu os moldes das outras conquistas fernandinas até então: o cerco total ao local, forçando o consumo de mantimentos estocados, até a rendição de seus habitantes. Não existem registros do uso de armas de guerra contra Córdoba nas crônicas aqui abordadas, o que indica que o monarca evitou o confronto direto, se mantendo a distância. Após bloquear o acesso à ponte do rio Guadalquivir:

Então foi bloqueada a saída e entrada dos mouros e o rei tomou o castelo que estava na ponte; e foi cercada a cidade de Córdoba e seus arredores, aproximando as hostes dos cristãos; e como a cada dia ambas as partes lutavam fortemente com facas e dados mortais, os mouros, vencidos com fome e muitos afazeres, deram a nobre cidade de Córdoba ao glorioso rei Fernando, e tais mouros partiram para outras vilas dos sarracenos⁸³ (RODRÍGUEZ, 2001, p. 77).

É importante ressaltar que no caso de Córdoba, os castelos envolvidos na tomada da cidade se encontravam fora da cidade, fazendo parte do sistema defensivo das rotas de comércio. Os castelos se chamavam *Iznatoraf*, *San Esteban* e as torres de *Albáranchez* e *Chiclana*. Todos foram tomados por Fernando III antes do cerco (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 95-96).

⁸² Do original: Y el rey Fernando, que por entonces se encontraba en el reino de León, una vez recibida la noticia, después de llamar a paisanos y caballeros pero sin esperar su llegada, se puso en seguida en camino con apenas cien caballeros, mas, retardado un tanto por las lluvias y el desbordamiento de los ríos, no pudo avanzar a la velocidad que pretendía; sin embargo, llegó aún a tiempo, y cada día acudían, tanto de Castilla como de León, caballeros, nobles y milicias de las ciudades, y comenzó a estrechar el cerco de Córdoba; finalmente, víctima de los ataques y la falta de víveres, queda vencida y doblegada, y con la sola concesión de la vida salieron los árabes sitiados, y la ciudad patricia es purificada de las abominaciones de Mahoma en la festividad de los apóstoles Pedro y Pablo (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 350).

⁸³ Do original: Estonçe fue vedada la salida y entrada a los moros y tomó el rey el castillo que estava en essa puente; y fue cercada la çibdad de Cordova enderredor, allegandose la hueste de los christianos; y como cada día peleasen de cada parte fuertemente con cuchillos y dardos mortales, los moros, vencidos con hambre y muchos trabajos, dieron la noble çibdad de Cordova al glorioso rey Fernando, y partieronse esos moros y metieronse en las otras villas de los sarracines (RODRÍGUEZ, 2001, p. 77).

3.2.4. A conquista de Jaén

Após duas tentativas frustradas de cerco, a primeira em 1225 e a segunda em 1230 (em ambas o monarca abandona a campanha militar, pois a tomada da cidade demandaria muito tempo e material bélico), Jaén finalmente cai em 1246. Fernando III realizou o cerco à cidade acompanhado de membros das ordens militares, tropas aliadas advindas de Úbeda, Baeza e Quesada e tropas nobiliárias de Castela e Leão, após ser aconselhado por Pelayo Correa, mestre da Ordem de Santiago (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 745).

As tropas de Fernando III, antes de iniciar a campanha de cerco, promoveram excursões sobre os territórios fronteiriços à cidade, destruindo plantações e bloqueando estradas. Tal tática objetivava o enfraquecimento de recursos para a cidade sitiada. Juan Castillo de Albornoz y Galbeño (1995) destaca que tal tática evidenciou a determinação do monarca em realizar um cerco final. Devido à falta de apoio das tropas muçulmanas, os cavaleiros cristãos permanecem por mais de um mês destruindo metodicamente os arredores da cidade, sem qualquer interferência moura (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 149).

Além de destruírem as plantações e vilas ao redor de Jaén, os exércitos tomaram os castelos que compunham o corpo defensivo da cidade. Segundo Juan Carlos Castillo Armenteros (1998, p. 162), os castelos tomados foram: *Arjona*, *La Guardia*, *Pegalajar*, *Mata Berig*, *Cazalla* e *Carchelejo*. Os pontos defensivos, agora nas mãos cristãs, serviriam como ponto de apoio logístico para o avanço.

Observamos, aqui, o aspecto defensivo destes castelos, que significavam perigo eminente para Fernando III e seus soldados. O monarca decide pela tomada à força, atacando e dominando os pontos que compunham a defesa de Jaén. Sem o apoio das tropas muçulmanas outrora alocadas, a cidade ficaria à sua própria sorte. Assim, após uma série de ataques às terras vizinhas, o monarca decide iniciar o cerco a cidade durante o verão de 1245.

Jaén possuía defesas muito poderosas para serem enfrentadas em um confronto direto, o que explica a razão da necessidade de um cerco eficiente para sua tomada. Ciente da situação, Fernando III é aconselhado a não utilizar máquinas de guerra em um ataque, decidindo optar pelo assédio e principalmente, pela fome

(MERINO LAGUNA, 2008, p.1). A afirmação é contradita por Juan Carillo de Albornoz y Galbeño (1995), que elucida como tudo aconteceu:

O cerco seria realizado em duas etapas, sendo que na primeira foi construída uma torre, ou andaime, a partir da qual a hoste de D. Fernando (que não estava presente nesta etapa) poderiam vencer o muro. A segunda etapa viria como consequência do fracasso da anterior, e nela o rei com todos os seus meios e toda a sua tenacidade se engajou, estreitando o cerco e estabelecendo suas tropas de forma permanente, apesar do mau tempo⁸⁴ (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 149).

O fracasso do ataque direto à Jaén exemplifica seu aspecto militar defensivo. Como já mencionado por Francisco García Fitz (1998), os equipamentos de cerco geralmente eram de baixa qualidade, sendo repelidos pelos sitiados diretamente. Após a constatação de que a tomada seria improvável com esse método, as tropas decidem optar pelo cerco total.

O cerco a Jaén seria tão intenso que o rei de Granada, sem opções para salvar seu povo após sete meses sitiado, decide entregar a cidade a Fernando III, firmando um pacto de vassalagem com o mesmo. O monarca aceita de bom grado, se enchendo de “piedade e moderação” (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 746). O rei de Granada, *Ibn al-Ahmar*, com o chamado “pacto de Jaén” garantiu assim a manutenção de seu território perante o avanço cristão e consolidando sua posição na Península Ibérica (o reino de Granada seria o último reduto muçulmano no local, sendo conquistado apenas em 1492).

Segundo Alejandro García Sanjuán:

Ibn al-Ahmar beijou a mão de Fernando III se reconhecendo seu vassalo e se comprometendo o pagamento de certo tributo (parias) no valor de 150.000 *maravedís* anuais e comparecer anualmente as

⁸⁴ Do original: El sitio se llevaría a cabo en dos etapas, para la primera se construyó una torre o bastida, desde la que las huestes de don Fernando (que no estaba presente en esta fase) pudiesen ganar la muralla. La segunda etapa, vendría como consecuencia del fracaso de la anterior, y en ella se empleó el rey con todos sus medios y toda su tenacidad, estrechando el cerco y estableciendo sus tropas de forma permanente, a pesar del mal tiempo que sobrevino (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 149).

cortes do rei; mesmo assim, lhe entregou a cidade de Jaén⁸⁵ (GARCÍA SANJUAN, 1998, p. 716).

O monarca conquistava mais um ponto forte em seu processo de Reconquista, após falhar inicialmente ao realizar um ataque direto. Evidenciamos o aspecto defensivo das muralhas e torres de Jaén, capazes de segurar o numeroso exército cristão. Entre o primeiro e o terceiro cercos, se passaram vinte anos. Após o episódio, Fernando III desempenharia o maior feito de sua campanha militar: a conquista de Sevilha.

3.2.5. A conquista de Sevilha

Sevilha, até então a maior cidade muçulmana da Península Ibérica, resplendia o requinte e luxo de seu povo. A cidade era rica em cultura e sua arquitetura mesclava aspectos defensivos com decorações espalhafatosas. O cuidado em sua decoração era tanto que segundo Fernando Díaz-Plaja (1997), era difícil de acreditar que Sevilha fosse realmente uma fortaleza:

Ainda mais difícil do que no caso de Granada é ver aquele palácio sevilhano como uma fortaleza; o cheiro de jasmim e flor de laranjeira impede você de sentir a pólvora ou o sangue que tantas vezes foi aspirado. As mesmas flores e arbustos dificultam distinguir a muralha defensiva que atravessa a praça dos Cavalos, passando pela Borceguineria até as ruas de Los Toqueros e Vidro. A verdade é que era uma fortaleza, uma fortaleza dura, mas todos os seus proprietários tiveram o prazer de decorá-la⁸⁶ (DÍAZ-PLAJA, 1997, p. 198).

Apesar de sua beleza incontestável, Sevilha apresentava uma fraqueza considerável: a falta de apoio político. A cidade estava praticamente isolada no

⁸⁵ Do original: Ibn al-Ahmar besó la mano de Fernando III, reconociéndose su vasallo y comprometiéndose al pago de tributo gierto (parias) por valor de 150.000 maravedíes anuales y a acudir cada año a las cortes del rey; asimismo, le entregó la ciudad de Jaén (GARCÍA SANJUAN, 1998, p. 716).

⁸⁶ Do original: Todavía más difícilmente que en el caso de Granada cuesta ver ese palacio sevillano como una fortaleza; el olor de jazmines y azahar impide sentir el de la pólvora o el de la sangre que tantas veces se respiró en él. Las mismas flores y matas hacen difícil distinguir la muralla defensiva que va por la plazuela de los caballos, por la Borceguinería hasta las calles de los Toqueros y del Vidrio. La verdad es que fue fortaleza, dura fortaleza, pero todos sus dueños se complacieron en adornarla (DÍAZ-PLAJA, 1997, p. 198).

momento da chegada da hoste de Fernando III. O reino de Granada era aliado do monarca cristão, as vilas de Niebla e Jerez assinaram um tratado de paz e o rei de Túnez, seu único aliado, acabara por assinar um acordo de não-agressão (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 150). Entendemos que tal isolamento foi fruto da tática de guerra fernandina, através da diplomacia.

Porém, no tocante a suas defesas bélicas, a cidade era bem munida. Possuía um grande exército treinado, muros sólidos e máquinas de guerra para atacar em caso de cerco, como trabuques, catapultas e grandes bestas. Seu exterior também era fortemente protegido:

A defesa da cidade foi ampliada, num perímetro mais distante, com uma série de bons castelos como os de Carmona e Alcalá de Guadaira, no caminho de Córdoba, enquanto a margem norte do rio era flanqueada e defendida por fortalezas como Alcalá, Guillena ou Gerena. Finalmente, a área de Aljarafe foi protegida por pontos fortes como Aznalfarache ou Sanlúcar⁸⁷ (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 150).

Fernando III parte de Jaén em 1246, após reunião com seus nobres e mestres das ordens militares presentes. Seu primeiro movimento foi liderar pessoalmente um ataque as terras vizinhas de *Carmona*, visando o enfraquecimento dos recursos do castelo. Na sequência, suas tropas partem em direção a *Alcalá de Guadaira*, que se entrega ao rei de Granada, que acompanhava as hostes do monarca no momento da expedição. Posteriormente, o castelo é repassado para os cavaleiros cristãos.

Destacamos aqui que os primeiros movimentos para o cerco de Sevilha foram no intuito de tomar dois castelos considerados fortes pontos de defesa da cidade. Graças a tal feito, as tropas cristãs poderiam usar as estradas protegidas por tais castelos para o deslocamento e abastecimento logístico de suas tropas, fator que colaborava com o aumento na duração dos cercos impostos.

Já em 1247, Fernando III parte de Córdoba e realiza novamente um ataque as terras de *Carmona*, que temendo um longo assédio, firmam um pacto com o monarca

⁸⁷ Do original: La defensa de la ciudad se ampliaba, en un perímetro más alejado, con una serie de buenos castillos como los de Carmona y Alcalá de Guadaira, en el camino de Córdoba, mientras que el lado norte del río se veía flanqueado y defendido por fortalezas como Alcalá, Guillena o Gerena. Finalmente la zona del Aljarafe estaba protegida por puntos fuertes como los de Aznalfarache o Sanlúcar (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 150).

em troca de suas vidas. Após seis meses de espera, o castelo é entregue e seus habitantes se retiram das localidades. A caída de *Carmona* ocasionou a submissão voluntária de outras duas localidades: *Reyna* e *Constantina* (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 749). Destacamos aqui o aspecto militar defensivo do castelo, que devido a sua queda, faz com que os habitantes de castelos próximos se entregassem imediatamente.

Sua hoste decide atravessar o rio Guadalquivir, em um movimento estratégico. No avanço, caíram localidades como *Cantillana*, *Guilena* e *Gerena* através de assaltos e pactos. O monarca envia suas tropas⁸⁸ para assediar o castelo de *Alcalá*, que mesmo recebendo reforços diretos de Sevilha, capitula (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 152). Com isso, estava terminado o cerco à Sevilha: todos os castelos e cidades que faziam a defesa da cidade estavam tomados por tropas cristãs.

A tomada dos pontos fortes fez com que o exército de Sevilha evitasse sair de seus domínios para enfrentar o exército cristão em um embate direto. Sem o apoio de tais fortificações (e o pior, elas estavam a serviço do inimigo), os soldados se viram acuados, se preparando para se defender de qualquer ataque em suas muralhas.

Além do apoio em terra, a campanha militar contava com uma novidade: o ataque naval. Segundo Francisco Oliveira Simões:

Em julho de 1247, chegaram galeras, ao comando de Ramon Bonifaz, com reforços militares, desde nobres cavaleiros até membros de ordens religiosas militares, vindos da Cantábria, que se posicionaram ao largo da costa de Sevilha, após terem derrotado uma frota tunisina. Ramon Bonifaz era rico-homem e foi o criador da marinha real de Castela (SIMÕES, 2014, p. 10)

O almirante Bonifaz enfrenta a frota de navios de Sevilha (estima-se que os cristãos possuíam 26 navios, enquanto os árabes contavam com mais de 30), conseguindo uma grande vitória. As tropas navais cercam o acesso à cidade através do rio, iniciando assim o verdadeiro cerco. Segundo Juan Carillo de Albornoz y Galbeño (1995), o cerco foi dividido em duas partes:

⁸⁸ Segundo a *Primera Crónica General* (1955, p.749), Fernando III foi acometido por uma doença que o obrigou a repousar em Carmona, não estando presente no início na campanha.

Primeiramente foi realizada uma ação metódica para destruir todos os meios de produção para o desgaste do inimigo e, em seguida, o estreitamento do cerco à cidade e seu consequente estrangulamento⁸⁹ (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 152).

O cerco de Sevilha seguiu até o final de 1247. Em março do ano seguinte, o monarca recebeu o apoio de seu filho, Alfonso X, acompanhado de muitos cavaleiros, entre eles castelhanos, leoneses, galegos, portugueses e aragoneses, provisões e máquinas de guerra. Aos sitiados, de todas as zonas seguras já descritas, restava apenas a área de *Aljarafe*, acessível através de uma ponte feita com barcos e protegida por um forte castelo, o de *Triana*. Ciente de tal situação, Fernando III convoca o almirante Bonifaz para que ataque a ponte, impedindo assim o acesso à região (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 761). Além da ponte, o castelo de *Triana* também era necessário para garantir o total isolamento de Sevilha.

De acordo com Juan Carillo Albornoz y Galbeño (1995):

Após um primeiro ataque fracassado, o rei voltaria, com forças maiores e com máquinas de cerco, para realizar uma nova ação, que incluía uma tentativa de minar o castelo (que foi respondida com uma contra-mina), mas foram novamente rejeitados pela heroica defesa dos muçulmanos, que por sua vez receberam reforço da cidade. Finalmente, Dom Fernando convenceu Bonifaz a mandar seus barcos patrulharem o rio, isolando assim completamente o castelo⁹⁰ (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 154).

Destacamos o aspecto defensivo do castelo de Triana, repelindo por duas vezes a ofensiva de Fernando III. Após o primeiro ataque, o monarca aumentou suas tropas e contou com mais máquinas de cerco, utilizando até mesmo a tática de minas⁹¹

⁸⁹ Do original: Por la primera se procedió a una metódica acción de destrucción de todos los medios de producción para el desgaste del enemigo, y por la segunda al estrechamiento del cerco a la ciudad y su conseqüente estrangulamento (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 152).

⁹⁰ Do original: Después de un primer ataque fracasado, el rey volvería, con mayores fuerzas y con máquinas de asedio, a realizar una nueva acción, en la que se incluyó un intento de minado (al que se respondió con una contramina), pero de nuevo fueron rechazadas por la heroica defensa de los musulmanes, que a sua vez recibían refuerzos desde la ciudad. Finalmente don Fernando convenció a Bonifaz para que sus barcos patrullaran por el río, para aislar así totalmente al castillo (ALBORNOZ Y GALBEÑO, 1995, p. 154).

⁹¹ Segundo Conrad Cairns (2010, p. 13), o minado era a tática mais efetiva para demolir um castelo. Consistia em perfurar um túnel subterrâneo até chegar abaixo da construção alvo, escavando uma

no intuito de derrubar suas muralhas. Ambos os ataques foram ineficazes, o que demonstra a grande engenharia defensiva empregada na construção do castelo, assim como a capacidade de resistência de seus soldados. Somente o cerco ao mesmo, excluindo seu acesso ao exterior, fez com que seus habitantes se rendessem. Segundo a *Primera Crónica General* (1955):

Esses mouros de Triana, assim que viram a ponte quebrada por ou todo o seu acorro, viam, e por outro lado que de tantos disfarces os puniam dos ensaios, começaram a se abastecer e colocar todas as coisas de fora do castelo para o seu interior; eles colocaram muitas armas e muitas pessoas e quanta comida que puderam ver; e possuíam muitas bestas, muito fortes⁹² (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 762).

O bloqueio total do castelo de *Triana* marcou o encaminhamento da vitória de Fernando III, forçando os sevilhanos a negociarem sua rendição. Como já mencionado, o monarca recusa as propostas feitas que objetivavam a divisão da cidade entre cristãos e muçulmanos, fazendo com que seus habitantes a abandonassem, após longo período:

Por dezesseis meses ficou cercada a nobre cidade de Sevilha pelo bem-aventurado rei dom Fernando, que não realizou tal ação sem razão de fazer muito por ela, que era uma nobre cidade⁹³(RODRÍGUEZ, 2001, p.149).

A figura abaixo ilustra como se deu o assédio e conquista de Sevilha. O rio Guadalquivir atravessava vários pontos importantes da cidade, portanto o controle naval imposto por Fernando III era crucial. Destacamos a posição defensiva ocupada

grande área e a apoiando com escoras de madeira. Terminada a escavação, os sapadores ateavam fogo nas escoras, fazendo com que a terra viesse abaixo. Era um trabalho desagradável e difícil, fazendo com que os sapadores, que eram especialistas em tal função, fossem prestigiados e ganhassem grandes somas em dinheiro para realizar seus trabalhos.

⁹² Do original: Estos moros de Triana, pues que vieron de la vna parte la puente quebrantada por o todo su acorro solien auer, et de la otra parte que de tantas guisas punnauan de los ensayar, oynnaron en se basteçer muy bien et en meter en el castiello todas las cosas que de fuera tenien; et metieron y muchas armas et mucha gente et quanta vianda podieron auer; et tenien muchas ballestas et muy fuertes (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 762).

⁹³ Do original: Dizeseys meses la tovo çercada a esa noble çipdad de Sevilla ese bienaventurado rey don Fernando, et no lo fazie sin razon de fazer mucho por ella, que es noble çipdat (RODRÍGUEZ, 2001, p.149).

3.3. Os louros da vitória: a administração dos castelos pós-conquista

Era a função do rei zelar pela subsistência e prosperidade de seu povo, fundamentado no exemplo de bom comportamento cristão, obediente à Igreja e buscando a salvação da alma de seus súditos. O que define um rei, além de seu caráter religioso, é seu caráter nobre:

A palavra gótica *kuni*, que significa “raça, família” é aparentada à latina *gens* e dará as palavras *king* e *könig*. Este é o homem bem-nascido, o homem nobre, e o rei medieval recolhe também essa herança germânica do sangue. Ele é definido não somente por uma boa família, mas também em relação à aristocracia e à nobreza. O rei é o rei de todo o povo, porém permanece sempre especialmente ligado à nobreza e deve respeitar os privilégios dos nobres (PASTOUREAU, 2017, p. 444).

A citação de Pastoureau evidencia a importância da nobreza para um rei. E no caso de Fernando III, como já observado, tal nobreza obteve papel de destaque desde sua subida ao trono, em 1217. Durante suas campanhas militares, o monarca contou com o apoio de inúmeros grupos sociais, que o auxiliaram não somente durante tais campanhas, mas também na administração de castelos e fortalezas pós-batalhas.

O monarca tinha consciência de que não poderia arcar com os altos custos demandados de uma guerra sozinho. Para tanto, antes de tomar qualquer decisão, convocava seus vassallos e nobres mais influentes, para discutir estratégias de batalha, pedir conselhos sobre como agir em determinadas ações, assim como definir os alvos. Como pode ser observado na passagem da *Crónica Latina de Los Reyes de Castilla*, em que Fernando III, após expor para sua corte e sua mãe o desejo de fazer guerra contra os muçulmanos:

O rei se retirou por um curto período a pedido dos magnatas, que permaneceram com a nobre rainha. Após uma pequena troca de opiniões e deliberação, todos concordaram com a mesma opinião: que o rei deveria declarar guerra aos sarracenos. Quando o rei soube a vontade de sua mãe e ouviu a resposta dos magnatas, ele se alegrou

no Senhor mais do que se podia acreditar (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 75)⁹⁴.

Após o episódio, Fernando III fez com que a notícia se espalhasse por todo seu reino. Todos os nobres e mestres das ordens militares, que eram Gonzalo Yáñez (Calatrava), Fernando Pérez (Santiago) e Diego Sánchez (Alcántara) para que partissem imediatamente para Toledo, a fim de organizar seus exércitos e iniciar sua contenda contra os muçulmanos. Mas por que um rei, dentro de todas as suas atribuições, precisaria convocar uma corte de nobres para consultá-los sobre o que fazer? Devido à sua grande capacidade militar e influência política. A nobreza de Castela e Leão era uma poderosa aliada da coroa, como também uma poderosa inimiga, se contrariada.

O envolvimento da nobreza no processo de Reconquista fez com que o grupo conquistasse ainda mais posses e riquezas. Faustino Menéndez Pidal (2015) afirma que os primeiros avanços de tal processo foram propícios para ganhar riquezas, poder, prestígio militar e político no governo dos novos territórios (MENÉNDEZ PIDAL, 2015, p.31). Tais ganhos refletiriam futuramente até mesmo na tomada de decisões reais.

No caso de Fernando III, a nobreza castelhana-leonesa conquistaria direito sobre um vasto território, adquirindo privilégios de ordem jurídica e legal, o que lhe garantiu certa autonomia em relação ao poder real (MOXÓ, 2000, p.225). O conflito de interesses entre coroa e nobreza atingiria seu ápice no reinado de Alfonso X, sucessor de Fernando III, que desejava unificar todo o território conquistado por seu pai baixo a um código jurídico que centralizasse o poder nas mãos do rei.

O crescimento da nobreza de Castela e Leão se deu paralelamente ao fortalecimento real obtido por Fernando III e mais tarde por Alfonso X, graças as campanhas militares da Reconquista e o apoio da Igreja Católica. Ambas as forças eram poderosas, com a nobreza de um lado buscando descentralizar o poder e manter

⁹⁴ Do original: El rey se retiró aparte un poco de tiempo a petición de los magnates, que permanecieron con la noble reina. Después de un pequeño cambio de impresiones y deliberación, coincidieron todos en la misma opinión: que el rey declarara la guerra a los sarracenos. Cuando el rey conoció la voluntad de su madre y oyó la respuesta de los magnates, se alegró en el Señor más que podría creerse (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 75)

seus próprios privilégios, e a coroa, do outro, promovendo a centralização jurídica (ELIAS, 1993, p. 119).

O processo de centralização do poder foi iniciado por Fernando III e continuado por Alfonso X, que como seu pai, também enfrentou problemas relativos a sua ascensão ao trono de Castela e Leão, antes mesmo de assumi-lo. Após a conquista de Sevilha, Alfonso X recomenda que seu pai, Fernando III, exija que as concessões das terras e propriedades conquistadas se realizassem mediante a prestação de homenagens a ele, como príncipe herdeiro da coroa de Castela e Leão e futuro rei.

De acordo com Jaime Estevão dos Reis:

Fernando III acatou a proposta de Alfonso, o que provocou o descontentamento de alguns membros da nobreza e, sobretudo, do Infante Enrique. Estes queriam que as doações fossem feitas graciosamente, como recompensa pelos serviços prestados na conquista de Sevilha. Não houve acordo, e o infante abandonou a reunião em que se discutia o assunto (REIS, 2007, p. 213).

A situação se agravaria ainda mais com a tentativa de implementação de um código jurídico por parte do rei, o chamado *Fuero Real*, que promovia a redução dos direitos nobiliários. Mais tarde, Alfonso X também produziria um conjunto de leis objetivando a unificação jurídica de seu território, *Las Siete Partidas*⁹⁵.

Segundo Luiz Augusto Oliveira Ribeiro:

O denominado “novo direito” provocou o conflito com a nobreza castelhano-leonesa. Ao longo de toda a revolta dos anos de 1272 e 1273, as reivindicações e solicitações feitas ao monarca estavam direta ou indiretamente ligadas às questões de domínios político-jurídicos e heranças. Os nobres reivindicavam a manutenção de sua autonomia jurídica, ameaçada pelo projeto alfonsino e passaram a articular as forças que culminaram na revolta (RIBEIRO, 2017, p. 84).

Observamos que a relação entre rei e nobreza era delicada. Ambos lutaram juntos contra um inimigo em comum, mas ambos também possuíam objetivos e interesses divergentes. A grande questão da centralização jurídica de Alfonso X teve

⁹⁵ Apresentamos o código jurídico no item 2.2 do primeiro capítulo.

início com os primeiros movimentos bélicos de Fernando III, após deliberação dos mesmos nobres que viriam a questionar o poder real futuramente.

No tocante a administração dos castelos conquistados, devemos levar em conta que a posse de tais propriedades representava maior poder e controle para quem o possuísse. Como já apresentado no item 3.3 do primeiro capítulo, o castelo medieval servia como *status* social e político, sendo largamente utilizado pela nobreza. E no caso específico aqui apresentado, a nobreza castelhana-leonesa aliada ao monarca obteve grandes recursos.

Algumas passagens das crônicas medievais aqui abordadas evidenciam o cuidado com que Fernando III lidava com os castelos e cidades recém conquistadas, bem como o repasse de tais propriedades para seus aliados. A *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* (1999) apresenta a figura do monarca como generosa, que sempre ao final de conquistas importantes, distribuía os ganhos entre seus soldados (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 77).

A *Crónica Latina* também apresenta que o *Alcázar de Baeza* foi entregue aos cuidados do mestre da ordem de Calatrava, demonstrando que as ordens militares também se beneficiaram com a posse de novos territórios. A Igreja, grande aliada e financiadora das campanhas do monarca, também obteve ganhos, através do bispo Rodrigo Jiménez de Rada:

O arcebispo manteve o castelo em Quesada com outros castelos lá naquela terra; é conveniente saber o que eram os castelos: Pilos, Toya, Lacra, Agraysmo, La Fuente de Jullan, Torres de Alicun, Figura, Alaulula, El Eruela, Dos Ermanas, Villamontin, Nubla, Caçorla, Cuenca, e Chiellas⁹⁶ (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 725).

Destacamos o número elevado de castelos repassados à Igreja, o que demonstra a preocupação do monarca em repartir seus ganhos com seus aliados. Agora em mãos cristãs, os novos pontos fortes aliados eram abastecidos com armas

⁹⁶ Do original: Et guardo el arçobispo en quanto el uisco este castiello de Quesada con otros castiellos alla en esa tierra; conuiene a saber quales eran los castiellos: Pilos, Toya, Lacra, Agraysmo, La Fuente de Jullan, Torres de Alicun, Figura, Alaulula, El Eruela, Dos Ermanas, Villamontin, Nubla, Caçorla, Cuenca, et a Chiellas (PRIMERA CRÓNICA GENERAL, 1955, p. 725).

e guerreiros, fazendo parte do sistema defensivo de sua região. O aspecto militar hostil de tais fortificações se tornava aliado.

A *Crónica Latina* também descreve a posse dos castelos de *Martos, Jaén e Andujar*, conquistados pelo monarca e sendo repassados à um membro da nobreza aliada:

Então Álvaro Pérez, jovem nobre filho de Pedro Fernández, que já havia se separado da amizade com os mouros, tornou-se vassalo do nosso rei e recebeu das mãos do rei os mencionados castelos, e posteriormente os reteve e defendeu por muito tempo com fidelidade e poder⁹⁷ (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 78).

Tal passagem vai em desencontro com outra fonte aqui estudada. Na *Historia de los Hechos de España* (1989), o bispo Rodrigo Jiménez de Rada comenta sobre o avanço do monarca e a conquista de tais castelos:

...tomou Baeza, Andújar e Martos e concedeu esse magnífico castelo aos frades de Calatrava, e após destruir outros castelos e vilas regressou alegremente para sua terra⁹⁸ (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p. 344).

A mesma fonte ainda menciona que após a tomada de Córdoba, “o rei Fernando outorgou a nova igreja um dote adequado⁹⁹” (HISTORIA DE LOS HECHOS, 1989, p.351), o que demonstra o repasse financeiro à Igreja Católica para a manutenção do novo local.

Sobre Córdoba, a *Crónica Latina de los Reyes de Castilla* também menciona os procedimentos tomados para a manutenção e segurança do local conquistado:

⁹⁷ Do original: Entonces Álvaro Pérez, noble joven hijo de Pedro Fernández, que ya se había apartado de una amistad con los moros, se hizo vasallo de nuestro rey y recibió los castillos citados de manos del rey, y los retuvo y defendió posteriormente durante largo tiempo con fidelidad y poder (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 78).

⁹⁸ Do original: ... tomó Baeza, Andújar y Martos y concedió este magnífico castillo a los frailes de Calatrava, y tras destruir otros castillos y plazas regresó felizmente a su tierra (HISTORIA DE LOS HECHOS DE ESPAÑA, 1989, p.344).

⁹⁹ Do original: “y el rey Fernando otorgó a la nueva iglesia una dote adecuada (HISTORIA DE LOS HECHOS, 1989, p.351).

Foi finalmente determinado que alguns magnatas e mestres de ordens deixariam ali soldados com armas e cavalos, com os quais outros guerreiros também permaneceriam. Naquela época chegaram quarenta soldados segovianos, fortificados com armas e cavalos, e com abundante equipamento. Além disso, o rei colocou Tello Alfonso no comando de todos os que permaneceram na cidade, com quem ficou seu irmão Alfonso Téllez, ambos jovens, corajosos de armas, prontos para morrer defendendo a cidade¹⁰⁰. (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 103).

A distribuição de castelos e cidades conquistadas entre seus aliados objetivava dois pontos específicos. Em primeiro lugar, a manutenção dos novos territórios através de soldados e fortificações, que serviriam de apoio logístico para as tropas, tanto em questões de ataque quanto defesa. Um castelo significava o controle territorial das terras em seus domínios, e os aspectos militares já observados na presente dissertação evidenciam sua importância.

Em segundo lugar, o repasse das novas conquistas a seus aliados objetivava o fortalecimento das relações entre o rei e os grupos sociais que o acompanhavam em batalha: os nobres, a Igreja e as ordens militares. Especialmente a nobreza de Castela e Leão soube aproveitar a oportunidade que somente a Reconquista ofereceu: a conquista de novas terras e o direito de governar sobre as mesmas. Como já observado, tal direito de governo acabou por gerar atritos entre os dois grupos, principalmente após o projeto jurídico de Alfonso X.

¹⁰⁰ Do original: Se determinó finalmente que algunos magnates y maestros de órdenes dejaran allí soldados con armas y caballos, con los que permanecerían también otros hommbres guerreros. Llegaron por aquel entonces cuarenta soldados segovianos, fortificados con armas y caballos, y con abundantes vtuallas. Puso, además, el rey al frente de todos los que quedaban en la ciudad a Tello Alfonso, con el que se quedó su hermano Alfonso Téllez, ambos jóvenes, valerosos con las armas, dispuestos a morir o defender la ciudad. (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p. 103).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objeto relativamente novo para a historiografia moderna, os castelos medievais têm despertado a atenção dos estudiosos a partir do século XIX. Os primeiros estudos priorizaram apenas o aspecto militar, ignorando outros pontos importantes para a melhor compreensão de seu significado. Graças à renovação historiográfica trazida pelos *Annales*, outros aspectos dos castelos e fortalezas medievais, ganharam destaque.

A partir de tal renovação, os estudos ganharam fôlego, transpassando o campo militar. Atualmente, pesquisadores de todo o mundo produzem obras apresentando novas abordagens, renovando a produção historiográfica a respeito do tema. Elementos como a arquitetura, geografia, sociedade, cultura, meio de produção, economia, política e elementos artísticos são apenas alguns dos exemplos que podemos citar das investigações contemporâneas relativas aos castelos medievais.

Em nossa pesquisa, procuramos analisar a importância do castelo medieval inserido em um contexto histórico específico: o reinado de Fernando III, rei de Castela e Leão (1217-1525). A escolha deste recorte deve-se ao papel de Fernando III durante processo de Reconquista da Península Ibérica, pois o monarca se tornou o rei cristão que empreendeu a maior expansão territorial já registrada, tendo conquistado em suas batalhas, inúmeros castelos e fortalezas em territórios hostis e fortificados, dominados pelos muçulmanos.

Partimos, inicialmente, de uma abordagem geral acerca das origens dos castelos no Ocidente, destacando duas regiões específicas: a Inglaterra e a França, pois foram motivo das primeiras investigações acerca dos castelos medievais. Esta discussão nos permitiu um direcionamento para a análise do contexto Ibérico, notadamente, nos reinos de Castela e Leão durante o reinado de Fernando III. Discutimos as origens, conceitos, usos e simbologia do monumento medieval, constantemente atribuído como o símbolo da Idade Média.

No segundo capítulo, trabalhamos a imagem de um rei: Fernando III de Castela e Leão, um monarca guerreiro, assim como o seu processo de expansão militar, e o que o motivou a promover tal expansão: a Reconquista, pautada nos conceitos de Guerra Justa e Guerra Santa. Fernando III, como mostrado nas fontes medievais aqui

abordadas, encarna o ideal de príncipe cristão por excelência: um guerreiro que agia em nome de Deus e pautado no princípio de justiça, até mesmo perante seus inimigos. Um exemplo de rei medieval cristão justo e magnânimo.

Ao tratarmos da Península Ibérica, a reflexão sobre a realidade única na qual a região esteve inserida, se mostra crucial. O conceito de Reconquista, suas bases teóricas e suas motivações refletem diretamente na vida do monarca, que participou de um processo iniciado em 711, deixando enorme legado para os cristãos e para seu filho, Alfonso X.

Por fim, nos propomos a analisar as principais campanhas militares de Fernando III, em que a conquista de castelos esteve envolvida, bem como sua importância para a vitória frente aos muçulmanos. Verificamos que o monarca utilizou estratégias variadas para atingir seus objetivos: a diplomacia e o enfrentamento bélico, principalmente através dos cercos de castelos e cidades.

O avanço das tropas de Fernando III dependia, necessariamente, da conquista de alguns castelos que faziam parte do sistema defensivo de cidades muçulmanas. Os aspectos militares dos castelos, aqui estudados, mostram que o monarca agia de forma precavida, sempre contando com os conselhos de sua mãe, dos nobres, de membros da Igreja e as Ordens Militares. A tática de cerco foi largamente utilizada durante inúmeras campanhas militares, como Capilla, Úbeda, Córdoba, Jaén e Sevilha.

Destacamos, aqui, as três maiores conquistas do monarca: Córdoba, Jaén e Sevilha. Córdoba era uma cidade fortificada, contando com diversos muros e torres, assim como castelos externos. Foi tomada após cerco de cinco meses, motivado devido a um ataque surpresa de soldados, que conseguiram dominar facilmente um bairro da cidade durante um ataque noturno.

Jaén foi uma das conquistas mais difíceis. O monarca obteve êxito somente após a terceira tentativa. A fortaleza era descrita como inexpugnável, resistente aos ataques constantes das máquinas de guerra trazidas pelo exército cristão. Novamente, o cerco foi o fator decisivo para a vitória.

Por fim, Sevilha. Esta cidade foi o maior empreendimento militar do monarca, cujo cerco durou um ano e quatro meses. Destacamos que o cerco à cidade foi levantado somente após a tomada de castelos muçulmanos nas proximidades, o que

demonstra a necessidade de controle de território. Alguns castelos, como o de *Triana* demandou enorme esforço do monarca, que teve que empreender um cerco ferrenho com suas tropas.

Como já mencionado, o cerco foi a modalidade de combate mais utilizada em toda a Idade Média, superando, em números, as batalhas campais, navais, entre outras. O monarca castelhano-leonês soube aproveitar a fragmentação do Império Árabe para deslocar seu exército pelo território inimigo. Conquistado, o castelo era utilizado como ponto de logística para o planejamento de futuras campanhas, assim como o abastecimento das tropas. Os assaltos a Jaén e Sevilha foram planejados por Fernando III e seus aliados em Córdoba. Os castelos recém conquistados serviram como base de operações para grandes cercos. Além da proteção do território conquistado com o domínio de uma fortaleza, a distância entre o ponto de abastecimento militar e o deslocamento das tropas era encurtada.

Após a análise dos principais cercos, podemos responder à pergunta formulada no início do capítulo 3: os aspectos militares dos castelos durante as conquistas de Fernando III foram três. O defensivo, materializado na necessidade de longos cercos para sua conquista; o logístico, pois os castelos dominados eram reabastecidos e administrados pelos exércitos cristãos; e por fim, o político, demonstrado nos acordos de vassalagem e pactos de não-agressão firmados com os representantes das cidades e territórios conquistados.

Uma vez conquistados, os castelos eram concedidos àqueles que participaram diretamente das campanhas militares: nobres, membros da Igreja e das Ordens Militares. Com este expediente, o monarca estreitava laços de vassalagem e de soberania em relação à nobreza laica e clerical, afirmando-se como um *primus inter paris*.

Concluimos esta dissertação, afirmando que os castelos, monumentos medievais de grandeza única, contribuíram para a política de reconquista dos territórios da Península Ibérica conduzida por Fernando III. Além de seu caráter militar observado nas crônicas medievais aqui estudadas, o castelo também impactou no âmbito social, proporcionando poder e privilégios aos seus detentores, assim como na esfera política, pois, ao transferir sua posse a membros da nobreza, o monarca ganhava o apoio para campanhas futuras, garantindo sua autoridade como monarca.

REFERÊNCIAS

Fontes

ALFONSO X EL SABIO. **Las Siete Partidas**. Madrid: Editorial Reus, 2004.

BREA, Luis Charlo (Org.). **Crónica Latina de los Reyes de Castilla**. Madrid: Akal Ediciones, 1999.

JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. **Historia de los hechos de España**. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo Martinez (Org.). **La crónica de veinte reyes**. Burgos: Excelentísimo ayuntamiento de Burgos, 1991.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. (Ed.). **Primera Crónica General de España que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289**. Madrid: Editorial Gredos, 1955.

SANTO AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. Lisboa: Serviço de Educação e Bolsas Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. V.3.

SANTO AGOSTINHO. **Cuestiones sobre el Heptateuco**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1989.

SAN ISIDORO DE SEVILLA. **Etimologias**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.

Bibliografia:

ALBORNOZ Y GALBEÑO. Fernando III. Sus Campañas (El conquistador y la conquista). In: **Fernando III y su época**. Disponível em: [http://www.catedrageneralcastanos.org/documentos/pdf/Fernando III y su epoca.pdf](http://www.catedrageneralcastanos.org/documentos/pdf/Fernando%20III%20y%20su%20epoca.pdf). Acesso em: 21/12/2020.

ALLEN BROWN, Reginald. **English Castles**. Suffolk: Boydell Press, 2004.

ANTÓN, José M. M. **Concejos castellano-leoneses y feudalismo (Siglos xi-xiii)**. Reflexiones para un estado de la cuestión. Disponível em: https://revistas.usal.es/index.php/Studia_H_Historia_Medieval/article/view/4387/0. Acesso em: 21/12/2020.

ARAÚJO, Silvalino Ferreira de. **A guerra justa em Santo Agostinho e o seu legado no pensamento cristão**. Florianópolis: UFSC, 2017. Tese doutorado.

ARMITAGE, Ella S. **The Early Norman Castles of the British Isles**. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/48602/48602-h/48602-h.htm>. Acesso em: 21/12/2020.

BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo. **La formación del feudalismo en la Península Ibérica**. Barcelona: Crítica Barcelona, 2015.

BARNEY, Stephen A; LEWIS, W. J; OLIVER BERGHOF, J. A. B. **The Etymologies of Isidore of Seville**. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 252.

BARRERA, Julio Trebolle. GUERRA SANTA Y GUERRA JUSTA EN LA BIBLIA. In: **Revista de Historia Militar – Guerra Santa Guerra Justa**. Disponível em: <https://publicaciones.defensa.gob.es/revista-de-historia-militar-revistas-pdf-20283.html>. Acesso em: 21/12/2020.

BARROCA, Mário Jorge. **Uma paisagem com castelos**. Disponível em: https://www.academia.edu/438742/MJB_2003_-_Uma_Paisagem_Com_Castelos. Acesso em: 21/12/2020.

BAYARRI, José V. Gómez. **Castillos del Camino del Cid en tierras Valencianas**. Disponível em: <https://gomezbayarri.files.wordpress.com/2016/05/libro-castillos-del-camino-del-cid-en-tierras-valencianas2.pdf>. Acesso em: 05/05/2021.

BEDOS-REZAK, Brigitte. **Towns and seals: representation and signification in medieval france**. Disponível em: <https://www.escholar.manchester.ac.uk/api/datastream?publicationPid=uk-ac-man-scw:1m2245&datastreamId=POST-PEER-REVIEW-PUBLISHERS-DOCUMENT.PDF>. Acesso em: 21/12/2020.

BONASSIE, Pierre. **Vocabulário Básico de la Historia Medieval**. Barcelona: Crítica, 1999.

BRADBURY, Jim. **The Medieval Siege**. Woodbridge: Boydell & Brewer Ltd, 1992.

BRETT, Michael. **Berber**. In: Encyclopedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Berber>. Acesso em: 03/03/2021.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**. Bauru: EDUSC, 2004.

CABRERO PIQUERO, Javier. El concepto de la guerra en el cristianismo primitivo desde los evangelios a San Agustín. In: **Revista de Historia Militar – Guerra Santa Guerra Justa**. Disponível em: <https://publicaciones.defensa.gob.es/revista-de-historia-militar-revistas-pdf-20283.html>. Acesso em: 21/12/2020.

CAIRNS, Conrad. **Los Castillos Medievales**. Madrid: Akal, 2010.

CARDINI, Franco. O guerreiro e o cavaleiro. In: LE GOFF, Jacques. **O Homem Medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

CASTILLO ARMENTEROS, Juan Carlos. **La conquista castellana del Alto Guadalquivir y la organización política: el realengo y el señorío bajo Fernando III**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277072118>. Acesso em: 21/12/2020.

CLARK, George Thomas. **Medieval Military Architecture in England**. Disponível em: <https://archive.org/details/medivalmilitarya02clar/page/n7/mode/2up>. Acesso em: 21/12/2020.

COSTA, Ricardo da. Amor e Crime, Castigo e Redenção na Glória da Cruzada de Reconquista - Afonso VIII de Castela nas batalhas de Alarcos (1195) e Las Navas de Tolosa (1212). In: OLIVEIRA, Marco A. M. de (org.). **Guerras e Imigrações**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004, p. 73-94.

COSTA, Ricardo da. **A cavalaria perfeita e as virtudes do bom cavaleiro da Ordem da Cavalaria**. Disponível em: <http://www.ricardocosta.com/artigo/cavalaria-perfeita-e-virtudes-do-bom-cavaleiro-no-livro-da-ordem-de-cavalaria-1275-de-ramon>. Acesso em: 21/12/2020.

COSTA, Ricardo da. **A conquista de Córdoba (1236) Por Fernando III, o Santo (1199-1252)**. São Paulo: Editora SEMOrOc – Factash Editora, 2008, p. 07-18.

CRESPO, Antonio P. **El Reino de Murcia**. Disponível em: <https://www.laopiniondemurcia.es/opinion/2763/reino-murcia/47051.html>. Acesso em: 21/12/2020.

CRUXEN, Edson Bisso. Castelos e fortificações como documentos histórico-arquitetônicos: símbolos para o estudo das estruturas de poder na Península Ibérica medieval. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. ANPUH, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300208701_ARQUIVO_EdisonCruxenCasteloseFortificacoesANPUH2011.pdf. Acesso em 21/12/2020.

CRUXEN, Edson Bisso. História, arqueologia, arquitetura militar e fronteiras - uma pesquisa sobre Portugal medieval - séculos XIII-XIV In: **Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. v. 2, n. 2, 2009, p. 56-70. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9831/5645>. Acesso em 21/12/2020.

CRUZ, Carlos L. M. C. da. **Castelo de Gormaz**. Disponível em: http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=2270. Acesso em: 21/12/2020.

DELGADO, Carmen Panadero. **Conquista de Córdoba por Fernando III**. Disponível em: https://www.academia.edu/37659213/Conquista_de_C%C3%B3rdoba_por_Fernando_III. Acesso em: 21/12/2020.

DEMURGER, Alain. **Os Templários**. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

DÍAZ-PLAJA, Fernando. **Castillos de España**. Madrid: Editora Maeva, 1997.

DÍEZ DEL CORRAL, Luis. **Reflexiones sobre el castillo hispano**. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2128030.pdf>. Acesso em: 21/12/2020.

DINSTEIN, Yoram. **Guerra, agressão e legítima defesa**. Barueri: Manole, 2004.

DURAND, Philippe. **La Castellologie: Étudier le Château du Moyen Âge, Histoire et Images Médiévales**. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00008836>. Acesso em: 21/12/2020.

DURAND CASTELLANO, Francisco J. **Los Templarios en la Baja Extremadura**. Disponível em: https://www.dip-badajoz.es/cultura/ceex/reex_digital/reex_LVI/2000/T.%20LVI%20n.%201%202000%20en.-abr/RV11293.pdf. Acesso em: 19/12/2020.

ECHEGARAY, Esther P. **Nobleza y caballería en la Europa Medieval**. Madrid: Editora Síntesis, 2017.

ELIAS, Norbet. **O Processo Civilizador**. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. v.1 e 2.

FERRARESE, Lucio Carlos. **Odo de Bayeux: Patrono da Tapeçaria de Bayeux?** Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/4044.pdf>. Acesso em: 21/12/2020.

FERNANDEZ, José M. M. El incastellamento, veinte años después. In: **L'Incastellamento**: Actas de las Reuniones de Girona: (26-27 noviembre 1992) y de Roma: (5-7 Mayo 1994). Roma, Escuela española y arqueología en Roma, 1998.

FLORI, Jean. **Guerra Santa: Formação da Ideia de Cruzada no Ocidente Cristão**. São Paulo: Unicamp, 2013.

FONTES, Juan T. **Del tratado de alcaraz al de Almisra**. De la tenencia al señorío (1243-1244). Disponível em: <https://revistas.um.es/mimemur/article/view/7671/7431>. Acesso em: 21/12/2020.

FRANCOVICH, Riccardo; MILANESE, Marco. **Lo scavo archeologico di Montarrenti e i problemi dell'incastellamento medievale. Esperienze a confronto**. Florença: All'Insegna del Giglio, 1990.

GALÓN, Juan E. **El castillo de la Peña de Martos y la orden de Calatrava**. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2059846.pdf>. Acesso em: 09/02/2021.

GARCÍA FITZ, Francisco. **La Reconquista**: un estado de la cuestión. Clío & Crimen, nº 6, 2009.

GARCÍA FITZ, Francisco. El cerco de Sevilla: Reflexiones sobre la guerra en la Edad Media. In: GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (coord). **Sevilla 1248**: Congreso Internacional Conmemorativo del 750 Aniversario de la Conquista de la Ciudad de Sevilla por Fernando III, Rey de Castilla y León. Sevilla: Real Alcázar, 2000, p. 115-154.

GARCÍA FITZ, Francisco. **Ejércitos y actividades guerreras en la Edad Media europea**. Madrid: Arco Libros, 1998.

GARCÍA PELAYO, Manuel. **Mitos símbolos políticos**. Madrid: Taurus, 1964.

GARCÍA SANJUAN, Alejandro. **Consideraciones sobre el pacto de Jaén de 1246.** Disponível em: https://www.academia.edu/462423/Consideraciones_sobre_el_pacto_de_Jaén_de_1246. Acesso em: 23/02/2021.

GÉNICOT, Léopold. Nobreza. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** Vol. II. Bauru, SP: Edusc, 2006. p. 279-291.

GIES, Joseph; GIES, Frances. **Life in a Medieval Castle.** New York: Harper & Row, 1974.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mito, emblemas e sinais.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.143-179.

GONZÁLEZ-CASANOVAS, R. **Fernando III como rey cruzado en la Estoria de Espanna de Alfonso X:** la historiografía como mitografía en torno a la reconquista castellana. Birmingham: University of Birmingham, 1995.

GONZÁLEZ, José A. G; MANJÓN, Patricia S. **Castillos y fortalezas feudales en Asturias:** metodología para su estudio. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277741069_Castillos_y_fortalezas_feudales_en_Asturias_metodologia_para_su_estudio. Acesso em: 21/12/2020.

GONZÁLEZ, Juan J. S. **La construcción de un espacio de poder:** los castillos del estado señorial de feria. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5944/etfvii.2.2014.14193>. Acesso em: 21/12/2020.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. **Sobre la ideología de la Reconquista:** realidades y tópicos. Madrid: Real Academia de la Historia, 2000.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. **Fernando III y la repoblación de Andalucía.** Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2014.

HENRIET, Patrick. **“La guerra contra el islam: una guerra santa, pero ¿según qué criterios?”** Disponível em: https://www.historicas.unam.mx/publicaciones/publicadigital/libros/mundo/663_04_12_Patrick_Henriet.pdf. Acesso em: 10/10/2020.

JUSTO SÁNCHEZ, Daniel. **Castillos, castros y fortalezas durante la expansión del reino de León.** Poder y funciones en la montaña leonesa y el interfluvio távora-côa (siglos x-xi). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2018, p. 31-56.

KEEN, Maurice. **La caballería**. Barcelona: Ariel, 2008.

KEEN, Maurice. **Historia de la guerra en la Edad Media**. Madrid: A. Machado Libros, 2ª edição, 2010.

LE GOFF, Jacques. **O homem medieval**. Porto: Editorial Presença, 1989.

LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LE GOFF, Jacques. **Heróis e Maravilhas da Idade Média**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

LIBRO DE ALEXANDRE. ed. J. Cañas. Madrid: 1975. p. 471

LOMAX, Derek W. **La Reconquista**. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

LÓPEZ GONZÁLEZ, Maria C. **Del castillo medieval al palacio-fortaleza**. Disponível em: <https://riunet.upv.es/handle/10251/97284>. Acesso em: 12/12/2020.

LURKER, Manfred. **Dicionário de simbologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARROQUÍN, Armando Besga. **Orígenes hispano-godos del reino de Asturias**. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 2000.

MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. **Alava Medieval Tomo I**. Vitoria: Diputación Foral de Vizcaya, 1974.

MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. **La conquista de Andújar: Su integración en la corona de Castilla**. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/download/articulo/1146801.pdf>. Acesso em: 16/02/2021.

MATTOSO, José. **La difusión de la mentalidad vasallática en el lenguaje cotidiano**. Disponível em: https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/69686/La_difusion_de_la_mentalidad_vasallatica.pdf. Acesso em: 21/12/2020.

MCGRAIL, M. Justin. **The language of Authority - The expression of status on the Scottish Medieval Castle.** Disponível em: <https://www.collectionscanada.gc.ca/obj/s4/f2/dsk3/ftp04/MQ44096.pdf>. Acesso em: 21/12/2020.

MEIRELLES, William Reis. **História das imagens:** uma abordagem, múltiplas facetas. Assis: Pós-História, n. 3, 1995, p. 101.

MENÉNDEZ PIDAL, Faustino. **La nobleza en la España:** ideas, estructuras, historia. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 2015.

MERINO LAGUNA, Francisco M. **Tercer asedio de Fernando III.** Disponível em: <http://www.murallajaen.es/muralla/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=127>. Acesso em: 19/12/2020.

MIGUEL, Nicasio S. **Castillos y literatura medieval.** Madrid: Medievalismo, nº8, 1988, p. 65-78.

MIQUEL, André. **O Islame e sua civilização.** Lisboa: Edições Cosmos 1971.

MOLINA, Jesús F. P. **Ignacio de Ries, Fernando III el Santo.** Disponível em: https://www.academia.edu/35710535/Ignacio_de_Ries_Fernando_III_el_Santo. Acesso em: 21/12/2020.

MONTEIRO, João G; MARTINS, Miguel G; AGOSTINHO, Paulo J. Las Navas de Tolosa (1212): a Batalha dos Quatro Reis. In: **Guerra e poder na europa medieval das cruzadas à guerra dos 100 anos.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

MONTENEGRO, Renan H.; ANDRADE, Gustavo O. **“Cantigas de Santa Maria” (séc. Xiii):** Intersecções entre história e relações internacionais. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/42158>. Acesso em: 21/12/2020.

MORETTI JUNIOR, Augusto J. **Teoria e prática da guerra no reinado de Fernando III (1217-1252).** Maringá: UEM 2015. Dissertação Mestrado.

MOXÓ, Salvador de. De la nobleja vieja a la nobleza nueva: La transformación nobiliaria castellana em la baja Edad Media. In: **Cuadernos de Historia.**, Madrid, Revista Hispania, 1965.

MOXÓ, Salvador de. **La nobleza castellano-leonesa en la Edad Media**. Madrid: Instituto Jerónimo Zurita, 1970.

MOXÓ, Salvador de. **Feudalismo, senório y nobleza en la Castilla medieval**. Madrid: Real Academia de História, 2000.

NUNES, Antônio L. P. **Dicionário de Arquitetura Militar**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005.

O'KEEFFE, Tadhg. **Concepts of castle and the construction of identity in medieval and post-medieval Ireland**. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00750770109555777>. Acesso em: 21/12/2020.

O'NEIL, Brian St. James. **Castles: An Introduction to the Castles of England and Wales**. Londres: Her Majesty's Stationery Office, 1966.

PARKER, Geoffrey. **Historia de la guerra**. Madrid: Akal, 2010.

PASCAL, Alain Sanz. **Para una arqueología de las fortificaciones Altomedievales del alto ebro**. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4268221.pdf>. Acesso em: 21/12/2020.

PASTOUREAU, Michel. Símbolo. In: In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval**. São Paulo: UNESP, 2017, p. 555-572.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural**. Porto Alegre, editora Asterisco, 2008.

PESEZ, JEAN-MARIE. Castelo. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval**. São Paulo: UNESP, 2017, p. 153-171.

PISNITCHENKO, Olga. **A cavalaria no discurso político castelhano-leonês no final do século XIII início do século XIV**. Entre vínculo social e forma de vida virtuosa. Belo Horizonte: UFMG, 2016. Tese Doutorado.

QUIRÓS CASTILLO, Juan A. Castles and villages of the Early Middle Ages in northwest of Spain. In: Baker J., Brookes S. and Reynolds A., (ed.). **Landscapes of Defence in Early Medieval Europe, Studies in the Early Middle Ages**. Turnhout: Brepols, 2012. p. 303-339.

QUIRÓS CASTILLO, Juan A. **Los castillos altomedievales en el noroeste de la Península Ibérica**. Lejona: Universidad del País Vasco, 2012.

REIS, Jaime Estevão dos. **Território, Legislação e Monarquia no Reinado de Alfonso X, o Sábio (1252-1284)**. Assis: UNESP, 2007. Tese Doutorado.

RIBEIRO, Luiz A. O; REIS, Jaime E. **A nobreza castelhano-leonesa na crónica de Alfonso X**. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3487.pdf>. Acesso em: 21/12/2020.

RIBEIRO, Luiz A. O. **Rei versus nobreza: A revolta nobiliária de 1272/1273 na Crónica de Alfonso X**. Maringá: UEM, 2017. Dissertação Mestrado.

RODRÍGUEZ GARCIA, J.M. **Fernando III y sus campañas en el contexto cruzado europeo, 1217-1252**. Salamanca: Archivo hispalense, 1994.

RODRÍGUEZ, J. C. **Fernando III a través de las crónicas medievales**. Zamora: Excmo. Ayuntamiento de Zamora y Centro de la UNED de Zamora, 2001.

PÉREZ RODRÍGUEZ, María. **Poder y centros de representación: castros y castillos en la Toscana y Tierra de Campos (siglos X-XII)**. Disponível em: <http://estudiosmedievales.revistas.csic.es/index.php/estudiosmedievales/article/view/779>. Acesso em: 21/12/2020.

ROUND, John Horace. The castles of the conquest. In: **Archaeologia**. Oxford: Cambridge University Press, vol. 58, 1902, p. 313-340.

SANTOS, Joaquim M. Rodrigues dos. A castelologia portuguesa e a evolução dos estudos sobre fortificações medievais em Portugal. **Portvgalia**, Nova Série, vol. 33, Porto, DCTP-FLUP, 2012, pp. 107-143.

SENKO, Elaine Cristina. **O projeto político de Alfonso X (1252 – 1284) em seu trabalho jurídico “Las Siete Partidas”**. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/helikon?dd99=pdf&dd1=12457>. Acesso em: 21/12/2020.

SIMÕES, Francisco Oliveira. **A cavalaria portuguesa no cerco de Sevilha de 1248**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014. Dissertação mestrado.

SOUZA, Guilherme Queiroz de. **Da reconquista hispânica à conquista do novo mundo**: uma análise do espírito cruzadístico ibérico na crux cismarina e na crux ultramarina. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2011/pdf/comun/03058.pdf>. Acesso em: 21/12/2020.

SOUZA, Guilherme Queiroz de. **Adoubement e Cavalaria no Ocidente Feudal: o Eracle (c. 1159-1184) de Gautier d'Arras**. Disponível em: <http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/21-21.pdf>. Acesso em: 21/09/2020.

SOUZA JUNIOR, Almir Marques. **As duas faces da realeza na castela do século XIII**: Os Reinados de Fernando III e Afonso X. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009. Dissertação Mestrado.

THE LUTTRELL PSALTER. Londres: British Library, 2006. fol. 75v. Disponível em: http://www.bl.uk/manuscripts/Viewer.aspx?ref=add_ms_42130_fs001ar. Acesso em: 21/12/2020.

TOUBERT, Pierre. **Les structures du Latium médiéval**. Le Latium médiéval et la Sabine du IXe siècle à la fin du XIIe siècle. Roma: Palais Farnèse, 1973.

TOVAR, Joaquín Rubio. **El Castillo en la literatura**. Disponível em: <https://ebuah.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/6871/Castillo%20literatura.pdf>. Acesso em: 21/12/2020.

VASSALO. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/vassalo/>. Acesso em: 21/12/2020.

VALDEÓN BARUQUE, Julio. **La Reconquista** - El concepto de España: unidad y diversidad. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2006.

VALERO DE BERNABÉ, Luis. **Fernando III El Rey Caballero**. Disponível em: https://www.academia.edu/25955524/Fernando_III_El_Rey_Caballero. Acesso em: 21/12/2020.

VARELA AGÜI, Henrique. **Fortificación medieval y simbolismo**. Algunas consideraciones metodológicas. Disponível em: <https://digitum.um.es/digitum/bitstream/10201/35493/1/52351-222981-1-PB.pdf>. Acesso em: 21/12/2020.

VILLEHARDOUIN, Geoffroi de. **La conquête de Constantinople**. Paris, Belles Lettres, 1961.

VISO, Iñaki Martín. **Pervivencia y transformación de los sistemas castrales en la formación del feudalismo en la Castilla del Ebro**. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=963373>. Acesso em: 21/12/2020.

VISO, Iñaki Martín (ed). **La construcción de la territorialidade en la Alta Edad Media**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2020.

VON CLAUSEWITZ, Carl. **Da guerra**. Disponível em: <http://almanaquemilitar.com/site/wp-content/uploads/2014/02/Da-Guerra-Carl-Von-Clausewitz.pdf>. Acesso em: 21/12/2020.

WHEATLEY, Abigail Margaret. **The idea of the castle in medieval England**. Disponível em: <http://etheses.whiterose.ac.uk/9826/1/369275.pdf>. Acesso em: 21/12/2020. Tese doutorado.

WICKHAM, Chris. **Il problema dell'incastellamento nell'Italia centrale: l'esempio di San Vincenzo al Volturno**. Florença: All'Insegna del Giglio, 1985.